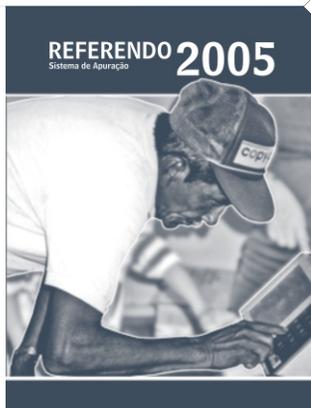
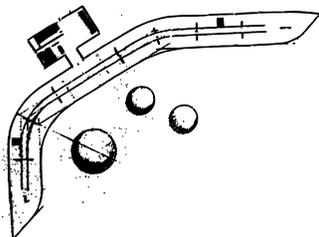


RELATÓRIO DE GESTÃO

REFERENDO

2005



RELATÓRIO DE GESTÃO

REFERENDO

2005



RELATÓRIO DE GESTÃO

REFERENDO

2005

© Tribunal Superior Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral
SAS – Praça dos Tribunais Superiores, Bloco C
70096-900 – Brasília/DF
<http://www.tse.gov.br>

Organização: Comissão designada pela Portaria-TSE nº 571/2005

Mauro Almeida Noletto (presidente)
Maria Inês Gonçalves de Oliveira Müller
Jorge Marley de Andrade
Maura Geralda de Nazaré
Alcides da Silva Júnior
Simone Dantas Montenegro

Revisão: Reivaldo Pereira Vinas

Editoração: Seção de Publicações Técnico-Eleitorais/Cobli/SDI

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral.
Relatório de gestão : referendo 2005. – Brasília : TSE/
SDI, 2006.
196 p.

1. Eleições (2005) – Relatório – Tribunal Superior
Eleitoral – Brasil. I. Título.

CDD 341.28091

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PRESIDENTE
Ministro Carlos Velloso

VICE-PRESIDENTE
Ministro Gilmar Mendes

CORREGEDOR-GERAL ELEITORAL
Ministro Humberto Gomes de Barros

Ministro Marco Aurélio
Ministro Cesar Asfor Rocha
Ministro Caputo Bastos

PROCURADOR-GERAL ELEITORAL
Dr. Antonio Fernando Souza

VICE-PROCURADOR-GERAL ELEITORAL
Dr. Mário José Gisi

ASSESSORIAS

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA
Eveline Caputo Bastos Serra

ASSESSORIA DE ARTICULAÇÃO PARLAMENTAR
Sebastião Evande Jorge

ASSESSORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Cláudia Nunes Pinta Gama

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Armando de Araújo Cardoso

CORREGEDORIA-GERAL ELEITORAL
Sergio Dias Cardoso – Secretário

COMISSÃO DE EXAME
DE CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS
Leonice Vera Severo Fernandes

SECRETARIA DO TSE

DIRETOR-GERAL
Athayde Fontoura Filho

SECRETÁRIA JUDICIÁRIA
Linda Maria Lima de Oliveira

SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Robson de Araújo Jorge

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
Antonio Carlos Elteto de Oliveira

SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS
Hamilton José Rodrigues de Lima

SECRETÁRIA DE DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
Maria Inês Gonçalves de Oliveira Müller

SECRETÁRIO DE INFORMÁTICA
Paulo César Bhering Camarão

SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO
Maurício Antônio do Amaral Carvalho

SECRETÁRIO DAS SESSÕES
Fernando Maciel de Alencastro

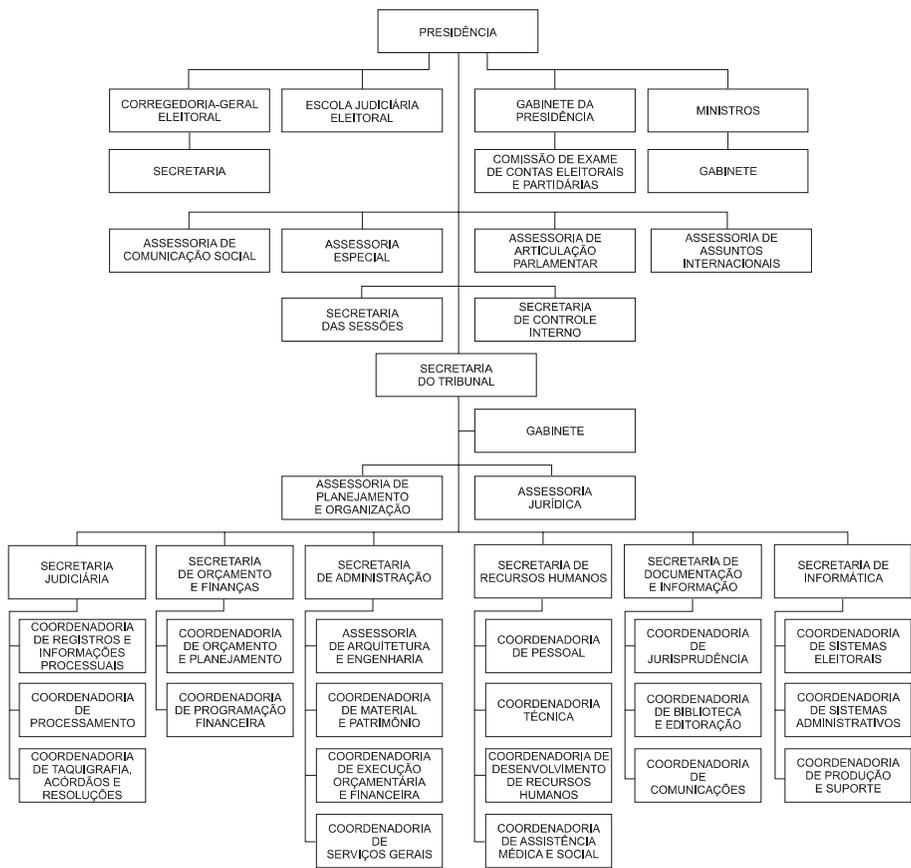
ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL (EJE)

DIRETOR
Ministro Humberto Gomes de Barros

COORDENADOR
Mauro Almeida Noletto

Sumário

Apresentação	11
Uma gestão de qualidade	15
Parte I – Gestão das Secretarias	
1. Administração	21
<i>Anexo I – Contratos</i>	29
<i>Anexo II – Licitações</i>	35
2. Controle Interno	53
3. Documentação e Informação	57
4. Jurisprudência do TSE (Principais alterações)	65
5. Informática	73
6. Orçamento e Finanças	77
7. Processamento Judiciário	85
8. Recursos Humanos	93
9. Secretaria da Corregedoria-Geral Eleitoral (CGE)	103
Parte II – Gestão das Assessorias	
1. Comunicação Social	111
2. Escola Judiciária Eleitoral (EJE)	115
3. Prestação de Contas	125
4. Relações Internacionais	129
Parte III – Referendo 2005/Estatísticas	
1. Grupos de Trabalho	139
2. Frentes Parlamentares (Prestação de contas)	145
3. Estatísticas	177
<i>Eleitorado</i>	177
<i>Totalização</i>	183
<i>Resultados</i>	189



Apresentação



Órgão máximo da Justiça Eleitoral, o TSE tem suas principais competências fixadas pela Constituição Federal e pelo Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15.7.65), e exerce papel fundamental na construção e no exercício da democracia brasileira, em ação conjunta com os tribunais regionais eleitorais, que são os responsáveis diretos pela administração do processo eleitoral. A Justiça Eleitoral é o instrumento de garantia da seriedade do processo eleitoral, seja no comando das eleições, evitando abusos e fraudes, seja na preservação de direitos e garantias, por meio da fixação e fiel observância de diretrizes claras e firmes, fundamentadas em lei.

A Justiça Eleitoral tem-se destacado no cenário internacional pelo sucesso na condução das eleições brasileiras. Em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), tem cooperado tecnicamente com outros países no sentido de promover o aperfeiçoamento dos serviços eleitorais, com vistas à consolidação da democracia. Em 2005, foram assinados acordos de cooperação com a Argentina, Panamá, Paraguai, Honduras e República Dominicana.

O ano de 2005 marcou a atuação da Justiça Eleitoral na condução do referendo sobre a comercialização de armas de fogo e munição no Brasil, considerado a maior consulta popular eletrônica já realizada em âmbito mundial. Ao mesmo tempo, foram implementados ou aperfeiçoados diversos projetos de iniciativa das unidades do TSE, especialmente os relacionados aos preparativos das eleições do ano de 2006.

O Referendo 2005 foi um pleito atípico, realizado quase que em situação emergencial, ao qual compareceram mais de 95 milhões de eleitores. Tal como as eleições anteriormente realizadas com a urna

eletrônica, o pleito transcorreu normalmente, o que mais uma vez demonstrou as virtudes do sistema de votação eletrônica implementado no país pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A Justiça Eleitoral demonstrou, em seu conjunto, plena capacidade de adaptação às contingências, de tal forma que, em ocorrendo com desenvoltura o pleito de outubro de 2006, ficará consagrada a situação peculiar de terem sido realizadas com absoluta eficiência e normalidade eleições em três anos consecutivos num país de dimensão continental. Os bons resultados alcançados recompensam o esforço dessa extraordinária mobilização.

O TSE também instituiu em 2005 comissão encarregada de apresentar propostas com o objetivo de rever a legislação relativa a delitos eleitorais e aprimorar o sistema de prestação de contas pelos candidatos a mandatos eletivos e partidos políticos. Em conclusão a esse trabalho, foi elaborado Anteprojeto de Revisão dos Delitos Eleitorais e Respectivo Processo, encaminhado aos Excelentíssimos Senhores Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. O intuito dessa iniciativa foi oferecer à sociedade brasileira uma contribuição eficaz, ainda que modesta, à positivação de um Direito Eleitoral afeiçoado ao exercício do Estado Democrático de Direito.

No ano de 2005 foram dados ainda os primeiros passos para a realização de um sonho acalentado por toda a instituição: a construção da nova sede do TSE no Setor de Autarquias Federais Sul, cuja Pedra Fundamental foi lançada no dia 5 de dezembro. O projeto arquitetônico da obra ficou a cargo do renomado arquiteto Oscar Niemeyer e o início dos trabalhos está previsto para o ano de 2006.

O Tribunal Superior Eleitoral tem-se mostrado em sintonia com as transformações de nosso tempo, com as mudanças e avanços da tecnologia e com as modernas práticas de administração, entre as quais se incluem a Gestão pela Qualidade e a Gestão por Competências.

As inovações e projetos desenvolvidos e implementados durante o ano revelam a preocupação da Justiça Eleitoral em se modernizar, inovar serviços, investir em gestão de processos e relações, assegurando o cumprimento de sua missão constitucional.

A inquestionável contribuição dada pela Justiça Eleitoral no fortalecimento da democracia e na preservação do exercício dos direitos do cidadão, por meio da realização de pleitos eleitorais com qualidade, transparência, segurança, rapidez e funcionalidade, é fruto desse constante esforço empreendido pelos órgãos desta Justiça especializada.

Pesquisa realizada em 2005 pelo Instituto Nexus (Centro de Informação Estratégica), encomendada pela TV Cultura (Fundação Padre Anchieta), instituição responsável pelas campanhas institucionais do TSE, apontou a Justiça Eleitoral como a de maior credibilidade entre as dez instituições avaliadas: 51,1% dos entrevistados a consideraram ótima ou boa, ao passo que as avaliações positivas totais somaram 79,6%. A pesquisa revelou que a Justiça Eleitoral brasileira é percebida como eficiente, ágil, presta serviços de qualidade e é capaz de garantir resultados eleitorais confiáveis.

Este relatório, sistematizado em três partes, apresenta a síntese das principais realizações do Tribunal no ano de 2005. A primeira e segunda parte remetem respectivamente à gestão das secretarias e assessorias, e a terceira registra as estatísticas do Referendo 2005. Em seu conjunto, essas informações revelam a atuação de uma instituição dinâmica, em sintonia com as grandes questões que dizem respeito à democracia nacional, cada vez mais consciente da importância de seu papel social.

MINISTRO CARLOS VELLOSO
Presidente do TSE

Uma gestão de qualidade

O Tribunal Superior Eleitoral recebeu no dia 10 de junho de 2005 a certificação ISO 9001:2000 pela sistematização das atividades de protocolização, autuação e distribuição dos processos enquadrados nas classes *habeas corpus*, *mandado de segurança* e *medida cautelar*.

Os esforços para essa certificação realizaram-se sob o influxo do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) no TSE, desenvolvido pelo Núcleo da Qualidade da Diretoria-Geral, e refletem o compromisso do Tribunal de busca permanente por um serviço público eficiente, eficaz, efetivo e transparente.

O sistema abrange os seguintes aspectos: *Responsabilidade da Direção*, *Gestão de Recursos*, *Realização do Produto*, e *Medição, Análise e Melhoria*, de acordo com as determinações da Instrução Normativa-TCU nº 47/2004, visando à implantação de instrumentos de gestão baseados em indicadores, metas, planos de ação corretiva e melhoria contínua.

A implantação do sistema foi iniciada no dia 30 de agosto de 2004 e a certificação se deu em junho de 2005. O processo encontra-se hoje em fase de expansão para outras áreas do TSE e outros órgãos da Justiça Eleitoral.

Aquisição de materiais e contratação de serviços

Em sua segunda etapa, o processo contemplou a sistematização das atividades de aquisição de materiais e contratação de serviços no âmbito do TSE, cuja avaliação externa está prevista para o 1º semestre de 2006, também com a finalidade de certificação.

Com a ampliação do escopo das atividades a serem sistematizadas, o TSE, em breve, terá todos os seus principais processos mapeados,

documentados, divulgados, avaliados e certificados, reforçando-se, desse modo, sua credibilidade institucional frente à sociedade.

O SGQ está sendo implementado também nos tribunais eleitorais do Pará, Maranhão e Goiás, sob consultoria do TSE.

Indicadores de qualidade

Para a implantação do SGQ, são estabelecidos *indicadores da qualidade*, que são em verdade parâmetros a partir dos quais é mensurada a eficácia do Sistema. Para cada atividade sistematizada, são definidos indicadores específicos de acompanhamento e avaliação, bem como fixados os valores a serem atingidos para aferição da eficácia, eficiência e efetividade da gestão em relação a padrões administrativos e gerenciais, expressos em metas e resultados negociados com a administração superior. Tais indicadores dão aos gestores a capacidade de minimizar riscos, evitar falhas e irregularidades.

O SGQ contempla ainda em sua aplicação mecanismos importantes para as práticas de *gestão do conhecimento*, *gestão de processos* e *gestão de competências*, além de servir de instrumento de apoio à persecução do direcionamento definido no planejamento estratégico da instituição.

A escolha de indicadores organizacionais envolve requisitos como validade; confiabilidade na coleta e no processamento de dados; aperfeiçoamento e integridade de informações, padrões e critérios de julgamento, interpretação e explanação de resultados; e relevância e adequação para a tomada de decisões. Nesse sentido, o Núcleo da Qualidade obteve sucesso na escolha da metodologia e na condução dos trabalhos, com transparência e envolvimento organizacional, pois a aplicação desses princípios e requisitos está totalmente alinhada com as exigências de uma gestão efetiva, estabelecidas pelo TCU.

Apoio à gestão organizacional

Os trabalhos iniciados pelo Núcleo da Qualidade têm importância fundamental para a melhoria da gestão organizacional da Justiça Eleitoral, uma vez que sua implementação se desenvolve em fases preordenadas – de *entendimento*, *formalização* e *engenharia e reengenharia de*

processos – que permitem definir, organizar e conhecer as atividades de cada área, no transcurso das quais se dá publicidade aos procedimentos e se estabelecem mecanismos de medição, análise e melhoria dos processos.

A certificação já alcançada, portanto, impõe a continuidade do trabalho desenvolvido, no sentido de garantir que a gestão da Justiça Eleitoral se faça com constante aprimoramento, em benefício do cidadão, que lhe reconhece o esforço na prestação de serviços de qualidade, com credibilidade e segurança.

ATHAYDE FONTOURA FILHO
Diretor-Geral



PARTE I



Gestão das Secretarias

1. Administração

À Secretaria de Administração do Tribunal Superior Eleitoral (SA/TSE) compete coordenar e supervisionar as atividades de administração de *recursos materiais, patrimoniais, de serviços gerais e de execução orçamentária e financeira*, e, observada sua esfera de atuação, propor diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados no âmbito da Justiça Eleitoral, em consonância com a organização sistêmica preconizada pela Lei nº 8.868, de 14 de abril de 1994.

O referendo 2005

Em atendimento às competências regulamentares da Secretaria de Administração e em face do papel institucional do TSE, os esforços da SA/TSE em 2005 convergiram para a entrega pronta e eficaz de materiais, equipamentos e suporte técnico necessários à realização do *referendo acerca da comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional*.

As contratações mais relevantes realizadas pelo Tribunal atestam o impacto do evento na estrutura de apoio do TSE. Foram elas:

- suporte técnico, nos cartórios eleitorais e nos locais de votação em todos os municípios brasileiros, entre os dias 22 de agosto e 20 de novembro, compreendendo preparação, instalação, realização de testes e operacionalização das urnas eletrônicas (UE), bem como suporte à totalização dos boletins de urna (BU) e à transmissão dos resultados;
- processamento de dados do cadastro eleitoral para impressão gráfica e eletrônica de 18.200 milheiros de folha de votação (capas, miolos e contracapas das folhas de votação) e 40 milheiros de

- relatórios e controle, bem como montagem dos cadernos de folhas de votação e geração dos arquivos de controle, com entrega nos tribunais regionais eleitorais, situados nas capitais dos estados e no Distrito Federal;
- locação e distribuição de equipamentos de operação dos Sistemas Móveis de Transmissão de Voz e Dados via satélite (SMSat), compatíveis com a telefonia celular digital e analógica utilizada em centros urbanos, para prover a comunicação de voz e dados entre seções eleitorais e TREs durante o referendo;
 - fornecimento, impressão gráfica e distribuição dos manuais de instrução;
 - fornecimento e distribuição de 165.510 cabinas de votação;
 - fornecimento e distribuição de material gráfico da Campanha Institucional de Educação e Esclarecimento do Eleitor;
 - fornecimento, impressão gráfica e distribuição de 12.210.000 de cédulas eleitorais;
 - aquisição de peças de reposição para todos os modelos de urnas eletrônicas (UE98, UE2000, UE2002 e UE2004);
 - fornecimento e distribuição de 34.000.000 de formulários de requerimento de justificativa eleitoral (RJE);
 - aquisição de suprimentos para urnas eletrônicas modelos 1998, 2000, 2002 e 2004, sendo: 511.270 disquetes de 3,5”, 20.500 baterias, 49.552 embalagens e peças de reposição;
 - serviços de produção e distribuição de etiquetas de segurança, envelopes e lacres auto-adesivos para garantir a inviolabilidade das urnas eletrônicas e das urnas de lona.

Entrega e coleta de urnas pela ECT

O Tribunal constituiu ainda comissão de logística com a incumbência de realizar negociações com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), para a prestação dos serviços de entrega e coleta de urnas, disquetes e material de eleições para o Referendo 2005, mediante contratação pelos TREs. O principal êxito dessa equipe consistiu em obter redução de aproximadamente 12% dos custos dos serviços, em relação aos preços praticados pelo Correio em âmbito nacional.

Integraram a comissão os servidores Adriano Craveiro Neves (secretário de Administração do TRE/PI), Elizeth Afonso de Mesquita (secretária de Administração e Orçamento do TRE/RO), e Denise Goulart Schlickmann Sobierajski (secretária de Administração e Orçamento do TRE/SC), sob a coordenação de Antonio Carlos Elteto de Oliveira (secretário de Administração do TSE).

Nova sede do TSE

Há uma década, aproximadamente, o TSE vem consignando, no orçamento da União, o projeto de construção de sua nova sede. Todavia, a conquista dessa meta vinha sendo postergada devido a múltiplos fatores, entre eles a política de contingenciamento do governo federal.

Finalmente, em julho de 2005, por intermédio da SA/TSE, o TSE anunciou a contratação de serviços técnicos profissionais especializados para elaboração e fornecimento de projetos executivos de arquitetura e complementares visando à construção do conjunto de edificações da nova sede do Tribunal, com área total de 70 mil metros quadrados e localização na Quadra 7 do Setor de Autarquias Sul (SAF/SUL). A empresa contratada para a realização do serviço foi a *Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda.*, com sede no Rio de Janeiro/RJ.

Histórico da negociação

Em dezembro de 2004, o renomado arquiteto brasileiro Dr. Oscar Niemeyer foi contatado pelo Tribunal para saber se a *Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer* tinha interesse em elaborar o projeto arquitetônico da nova sede do TSE. A principal informação solicitada ao arquiteto foi se o terreno disponível possibilitava a edificação nas dimensões pretendidas. Em resposta, o Dr. Oscar Niemeyer afirmou, em razão do projeto que tinha em mente, que o terreno não seria suficiente e sugeriu a demarcação de um novo lote.

Seguiram-se então contatos com a Terracap, no sentido de verificar a possibilidade de ser colocado à disposição do TSE um outro terreno, situado no Lote 3, Quadra 5, no próprio SAF/SUL, de área

compatível com o volume da edificação pretendida. A companhia pronunciou-se verbalmente sobre a impossibilidade de ceder o referido terreno, dado que ele já havia sido distribuído, mediante termo de entrega, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O posicionamento da Terracap levou o TSE a procurar o presidente do TRF 1ª Região, retomando tratativas iniciadas em 29.11.2004, com a finalidade de trocar o conjunto de edificações do TSE no Setor de Autarquia Sul (Praça dos Tribunais Superiores) pelo lote 2 da Quadra 7 do SAF/SUL, de propriedade da União e distribuído ao TRF. O Tribunal obteve êxito na negociação em 26.5.2005. Firmou-se então termo de acordo com o TRF 1ª Região para mútua cessão de imóveis de uso especial da União.

Como medida preparatória e necessária à futura construção, foram realizados serviços de remanejamento de rede de esgoto localizada entre os lotes 1 e 2 do SAF/SUL, Quadra 7, mediante contratação da Caesb, empresa pública do Governo do Distrito Federal.

A Pedra Fundamental da nova sede foi lançada no dia 5 de dezembro de 2005.

Construção

Encontra-se em tramitação o projeto básico destinado à contratação de serviços profissionais especializados para elaboração de relatório técnico visando ao recebimento de projetos executivos, elaboração de edital de licitação e execução de procedimento licitatório para a construção do conjunto de edificações da nova sede do TSE e fiscalização da obra.

A nova sede é conquista durante muito tempo acalentada pelo TSE, cujos importantes e decisivos primeiros passos já foram dados.

O início da construção está previsto para o ano de 2006.

Pregão eletrônico

A realização do primeiro Pregão Eletrônico no TSE se deu em 29 de novembro de 2005. A implementação desse sistema aliou ao cumprimento da determinação legal (leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993; 10.520, de 17 de julho de 2002; e 11.107, de 6 de abril de 2005; e

Decreto nº 5.504, de 5 de agosto de 2005) o compromisso de melhoria contínua da gestão do TSE, além de alargar o leque de participações nos certames licitatórios do Tribunal, em atendimento ao princípio da isonomia, com garantia de melhores contratações.

Outras realizações da SA/TSE

Paralelamente à prioridade conferida ao suporte ao Referendo 2005, a SA/TSE, alinhada à política de melhoria contínua preconizada pelo Tribunal, em 2005 persistiu em suas ações voltadas *à sustentação do processo eleitoral e à preparação para as eleições 2006; à modernização tecnológica e ao desenvolvimento organizacional; à manutenção predial e reorganização do espaço físico; à atuação sistêmica; à interação entre TSE e TREs e à formação continuada*, esta em parceria com a Secretaria de Recursos Humanos (SRH/TSE), notadamente na pauta das contratações públicas e na gestão dos contratos.

Dessa forma, por intermédio da Coordenadoria de Material e Patrimônio (Comap/SA), com o concurso da Comissão Permanente de Licitação (CPL), da Seção de Compras, da Seção de Contratos e do Setor de Elaboração de Editais, a SA/TSE, além dos contratos firmados especificamente para o Referendo 2005, efetuou ainda outras contratações e aquisições, relacionadas no anexo I deste relatório (p. 29).

Preparação para as eleições 2006

Consignaram-se ainda, pela relevância na sustentação do processo eleitoral e na preparação para as eleições 2006 (cujo procedimento licitatório haveria de se realizar em dezembro de 2005), as seguintes propostas de contratações e aquisições:

- fornecimento de solução de engenharia para construção e implementação de ambiente seguro de armazenamento certificado com a marca de segurança ABNT, conforme procedimentos NI/ABNT 09.113.01, que abrigue o Centro de Processamento de Dados da Justiça Eleitoral (CPDJE), para a proteção de informações e sistemas, e autoridade certificadora, incorporando infra-

- estrutura de alta disponibilidade, ambientes físicos altamente protegidos e sistemas de controle e monitoração do ambiente;
- aquisição de 39 servidores para instalação em *rack*, com garantia técnica de 36 meses, e de 28 *rack*s, com entrega no TSE e nos TREs;
 - instalação de equipamentos para complementar o sistema de controle de acesso por leitura biométrica da geometria da mão, associado ao sistema de circuito fechado de TV digital (CFTV), com fornecimento de material nos edifícios Sede, Anexo II e Anexo III do TSE.

Veja-se ainda:

Nas áreas de modernização tecnológica e desenvolvimento organizacional:

- serviços técnicos especializados para implementação do Sistema de Videoconferência da Justiça Eleitoral (SVConf), na Rede de Comunicação de dados do TSE e dos TREs;
- contratação de serviços de manutenção corretiva e atualização de *software* para 33 Roteadores Cisco 3640, 1 Roteador Cisco 3660 e 1 Roteador Cisco 7513;
- serviços de microfilmagem de segurança dos documentos de guarda permanente da Secretaria de Documentação e Informação;
- aquisição e atualização competitiva de Ferramenta Corporativa de Antivírus com 27.182 licenças, sendo: aquisição de 12.355 licenças e atualização de 14.827 licenças. Garantia de 24 meses;
- serviços especializados de consultoria para identificação e mapeamento de perfis de competência, essenciais ao exercício das atividades do TSE;
- serviços de auditoria, visando verificar a conformidade com a norma ISO 9007:2000, dos Sistemas de Gestão da Qualidade das unidades da Secretaria de Documentação e Informação e da Secretaria Judiciária;
- customização, manutenção, suporte técnico e atualização de *hardware* e *software* utilizados como:
 - a) Process & Storage Sound (PSS), na área de taquigrafia;
 - b) Servidor RISC Superdome, na JE; Office Scan Corporation;
 - c) HiPath 3000, nos anexos I e II do TSE;

d) Sistema Máximo, nas áreas de manutenção predial, atendimento em microinformática, controle de passagens e diárias, pesquisas em jurisprudência, doutrina e legislação, matéria normativa e bancos de dados;

Voltadas para a melhoria contínua/formação continuada/ atuação sistêmica/interação entre TSE e TREs:

- realização, nos dias 5 a 7 de dezembro de 2005, do VI Seminário de Licitações e Contratos da Justiça Eleitoral, no Rio de Janeiro/RJ, sucedendo outras ações, tais como contratação de prestação de serviço de instrutoria e treinamento, com elaboração e editoração do *Manual de Gestão de Contratos do TSE*, como medida complementar à norma sobre gestão de contratos, a ser publicada;
- realização do Encontro de Secretários de Administração e Orçamento, em Recife/PE, em 31.3.2005, em cuja pauta foram propostos novos procedimentos para levantamento de informações e encaminhamento de instruções de recebimento e aceite.

Quanto à manutenção predial e reorganização do espaço físico, a SA/TSE, com o concurso da Assessoria de Arquitetura e Engenharia (AAE/TSE) e da Coordenadoria de Serviços Gerais (Coseg/SA), atuou nas reformas a seguir mencionadas, buscando preservar e otimizar os imóveis e instalações do Edifício Sede e dos anexos do TSE, com o objetivo plural de proporcionar boas condições de trabalho aos ministros e servidores, mediante:

- reforma e manutenção das seguintes áreas:
 - Auditório do Edifício Sede;
 - Divisão de Pagamento;
 - Corregedoria-Geral Eleitoral;
 - Garagem do Edifício Sede do TSE, priorizando a ambientação e humanização das áreas comuns e do subsolo, com novo mobiliário e novas divisórias, para abrigar a Coordenadoria de Material e Patrimônio, que se encontrava instalada no Anexo II, na Asa Norte;
 - Banheiros coletivos do primeiro pavimento do Edifício Sede;
 - Gabinetes de ministros e Assessoria Especial da Presidência;
 - Biblioteca e Setor de Reprografia;

- manutenção de pisos e paredes, com instalação de novo revestimento de piso e divisórias de granito em áreas diversas dos edifícios Sede, Anexo I e Anexo III;
- reforma do sistema de impermeabilização do reservatório de água superior do Edifício Anexo I e da junta de dilatação de cortina de concreto;
- ampliação da capacidade de geração de energia do grupo motogerador, redimensionamento do *no-break* e reforma de quadros gerais de eletricidade;
- manutenção do Sistema de Sinalização do TSE.

Em conclusão, a SA/TSE, de janeiro a novembro de 2005, por intermédio de suas unidades, Comap/SA (Seção de Compras, Seção de Contratos e Setor de Elaboração de Editais), ao lado da CPL e da AAE/SA, elaborou 100 editais, 58 instrumentos contratuais, 97 termos aditivos e 7 rerratificações, englobando todas as modalidades licitatórias, a saber: Pregão-36; Tomada de preços-2; Concorrência-2; Convite-1; Dispensa de licitação-9; e Inexigibilidade de licitação-6, conforme anexo II deste relatório (p. 35).

Anexo I – Contratos





TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - BR
Secretaria de Administração
Relação de contratos por Situação e Modalidade

24/11/2005 Fl.: 1

CONTRATO	VIGÊNCIA	SITUAÇÃO	EMPRESA	MODALIDADE	VALOR ORIGINAL	VALOR ATUAL	PROTOCOLO
2005.0001	04/01/2006	VIGENTE	CLIP & CLIPPING PUBLICIDADE E PRODUÇÕES LTDA.	PREGAO	33.600,00	33.600,00	172432004
Objeto:	Aquisição de serviços de clipping eletrônico televisivo e digitalização de todo o material jornalístico de interesse da Justiça Eleitoral (excetuando-se emissoras de televisão, inclusive em programas humorísticos e filmes durante o dia).						
2005.0002	06/01/2006	VIGENTE	ERALDO PERES DA SILVA ME	PREGAO	20.040,00	20.040,00	75572004
Objeto:	Prestação de serviços especializados de laboratório fotográfico, compressão e envio de arquivos de filmes coloridos e preto e branco de 35mm com 36 poses e processamento de copias e contatos em papel fotográfico de qualidade profissional; e, parecer de negativos ou arquivos fotográficos digitais fornecidos pela TSE em mídia compact disc, zip drives, disquetes e HDs contendo em unidades por e-mail.						
2005.0003	27/01/2006	VIGENTE	CTIS INFORMATICA LTDA	CONCORRENCIA	1.965.573,60	1.965.573,60	184292004
Objeto:	Prestação de serviços de consultoria para contratação e implementação de sistemas de software MÍNIMO para gerenciamento dos processos administrativos, na área de gerenciamento público, especificamente em gerenciamento, controle de passagens e ações, pesquisas em jurisprudência, doutrina, legislação em geral, normalização e banco de dados baseado em requisição, acompanhamento e fechamento de solicitações possibilitando a emissão de relatórios estatísticos e gerenciais, visando um controle de gestão por unidade.						
2005.0004	13/01/2006	VIGENTE	IRECYR FRANCO ME	PREGAO	78.997,15	78.997,15	154232004
Objeto:	Prestação de serviços de impressão e gravatura de aproximadamente 1350 mil folhetos e cartilhas, e sets de horas de aulas de áudio (fita magnética de rolô, fita cassete, fita digital) a ser produzidos em papel DART 1 e de aproximadamente 1435 mil quadros em folha A4 (cinco) e horas de vídeo VHS, SE FANAX, BETACAM e U-MATIC) para o padrão digital da Seção de Arquivo da Coordenadoria de Comunicações, da Secretaria de Documentação e Informação da TSE.						
2005.0005	16/02/2006	VIGENTE	CALEVI MINERADORA E COMERCIO LTDA	PREGAO	25.270,00	25.270,00	182652004
Objeto:	C. presença contata (em por objeto o fornecimento de água mineral sem gás (item 1) e água mineral com gás (item 2), emvasadas em garrafas de 500 ml, lacradas, acondicionadas em caixa com 12 ou 24 unidades cada e com rótulo padão) pelo período de 12 meses.						
2005.0007	11/02/2006	VIGENTE	NT IMAGEM E SERVIÇOS LTDA	PREGAO	900.000,00	970.300,00	148072004
Objeto:	Prestação de serviços de microfilmagem de segurança, dos documentos de guarda permanente (históricos), da Seção de Arquivo de Coordenação de Comunicações de S/DI pelo período de 12 meses.						
2005.0008	11/02/2006	VIGENTE	ALFA ENCADERNADORA LTDA ME	PREGAO	21.803,00	21.803,00	99882004
Objeto:	Prestação de serviços de encadernação das coleções de publicações pertencentes ao acervo de biblioteca do TSE, conforme especificações constantes da Anexo I, de Edital de Licitação TSE n.º 92/2004						
2005.0008	18/03/2006	VIGENTE	GLOBAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	PREGAO	124.800,00	124.800,00	150462004
Objeto:	C. fornecimento de 60.000 litros de gasolina comum para abastecer os veículos de propriedade do TSE, conforme especificações do Anexo I de Edital de Licitação TSE n.º 37/2005.						
2005.0009	04/04/2006	VIGENTE	CALEVI MINERADORA E COMERCIO LTDA	PREGAO	78.300,00	78.300,00	178462004
Objeto:	C. presença contata (em por objeto o fornecimento de água mineral sem gás (item 1) e água mineral com gás (item 2), emvasadas em garrafas transparentes de polietileno (PET), retornável, com capacidade para acondicionar 20 litros, contendo, letra de requisição e rótulo padão, pelo período de 12 meses, conforme especificações do Edital de Licitação n.º 42/2005.						
2005.0010	26/09/2005	ENCERRADO	AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL LTDA	DISPENSAVEL	1.386.000,00	1.386.000,00	209622005
Objeto:	O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de assistência médica-hospitalar e ambulatorial, de serviços de assistência médica-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como internações, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas, em atendimento individual como banheirio privado, sem exclusão de doenças preexistentes ou crônicas, aos beneficiários regularmente inscritos no TSE, pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias.						
2005.0011	04/10/2005	ENCERRADO	PROBANK LTDA.	DISPENSAVEL	42.146,40	42.146,40	5632005
Objeto:	O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de atendimento em consultório odontológico, pelo período de até 180 dias, em conformidade com as especificações contidas no projeto básico e proposta da contatada.						
2005.0012	25/04/2006	VIGENTE	KENTA INFORMATICA LTDA	INEXIGIVEL	50.880,00	50.880,00	72582004
Objeto:	O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção e atualização de versões das licenças do sistema Process & Sound (PSS) aplicadas à instalação da Seção de Horas Trabalhadas do TSE, sendo 3 licenças de programa servidor e 2 de programa cliente, incluindo suporte técnico telefônico e manutenção corretiva de tipo on-site.						
2005.0013	18/04/2006	VIGENTE	FUNDAÇÃO CARLOS ALBERTO VANZOLINI	DISPENSAVEL	22.450,00	22.450,00	177472004
Objeto:	Prestação de serviços de auditoria, visando verificar a conformidade com a norma NBR ISO 9007:2000 dos Sistemas de Gestão da Qualidade das Unidades da Secretaria de Documentação e Informação e da Secretaria Judiciária.						
2005.0014	19/05/2006	VIGENTE	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA CIE	DISPENSAVEL	206.193,60	206.193,60	8532003
Objeto:	Prestação de serviços de operacionalização de programas de concessão de até 37 horas de estágio a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos de graduação, vinculados a instituições de ensino particular, oficiais ou reconhecidos, cuja área de conhecimento esteja diretamente relacionada com atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelo TSE.						

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - BR		24/11/2005		Fl: 2				
Secretaria de Administração								
Relação de contratos por Situação e Modalidade								
CONTRATO	VIGÊNCIA	SITUAÇÃO	EMPRESA	MODALIDADE	PRORROGAÇÃO	VALOR ORIGINAL	VALOR ATUAL	PROTOCOLO
2005/0015	31/12/2005	VIGENTE	DISTRIBUIDORA METROPOLITANA LTDA	PREGAO	PRORROGAVEL	6.933,45	6.933,45	10442005
Objeto : Fornecedor, até 31 de dezembro de 2005, de frutas (Item 1), para a produção de lanches.								
2005/0016	31/12/2005	VIGENTE	COMERCIO DE ALIMENTOS PC LTDA EPP.	PREGAO	PRORROGAVEL	22.400,88	22.400,88	10442005
Objeto : Fornecedor, até 31 de dezembro de 2005, de gêneros alimentícios (pães, polpa de frutas, doces, leite, flocos, refrigerantes e diversos - itens 4 a 31) para produção de lanches.								
2005/0017	20/06/2006	VIGENTE	TATIANA DOS SANTOS ROSA FERREIRA - ME	PREGAO	Não prorrogável	3.400,00	3.400,00	4962005
Objeto : Fornecedor de cabos com cabo e base em madeira, carimbos auto-entintados automáticos e prestação de serviço de substituição de brochuras dos carimbos reutilizáveis, pelo período de 12 meses.								
2005/0018	31/12/2005	VIGENTE	ALCIR SILVA NASCIMENTO ME	PREGAO	PRORROGAVEL	26.898,00	26.898,00	10452005
Objeto : O presente contrato tem por objeto a fornecimento, até 31 de dezembro de 2005, de aplicação cristal, aplicar refratado, lã de vidro, desalvado, granulada e instaladora, adoçante a base de aspartame, guardanapos de papel, bobina de filme transparente de PVC e sal-flor em maquiagem (para dentes), conforme especificações constantes do Anexo I do Edital de Licitação TSE n.º 11/2005, modalidade Pregão								
2005/0019	24/11/2005	VIGENTE	ENCOM COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	DISPENSAVEL	PRORROGAVEL	77.940,00	77.940,00	45322005
Objeto : Locação, em caráter emergencial, de um notebook, pelo período de 90 dias, conforme especificações constantes da proposta de comando.								
2005/0020	09/06/2006	VIGENTE	JOSE ALBERTO SILVA BEZERRA ME	PREGAO	Não prorrogável	8.718,96	8.718,96	20262005
Objeto : Prestação de serviços de lavanderia, que consiste em lavar e passar, pesa e ocupar, utilizadas: em diversos setores: da TSE, pelo período de 12 meses.								
2005/0021	10/06/2006	VIGENTE	AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL LTDA	PREGAO	Não prorrogável	2.902.915,08	2.902.915,08	39382004
Objeto : O presente contrato tem por objeto a prestação, em toda a território nacional, dos serviços de assistência médico-hospitalar ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como internações, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospital e clínicas, em apartamento hospitalar com banheiro privativo, sem incluir diárias, prescrição: os critérios, são beneficiários regulamentados inscritos na TSE, pelo período de 12 (doze) meses.								
2005/0022	31/03/2008	VIGENTE	PROCOMP INDUSTRIA ELETRONICA LTDA.	PREGAO	PRORROGAVEL	4.646.012,42	4.646.012,42	3232005
Objeto : Prestação de serviços de manutenção das tintas eletrônicas, modelo 2002 (UE2002) e de carga, descarga e recarga de suas baterias, pelo período de 36 meses, podendo ser prorrogado.								
2005/0023	13/07/2006	VIGENTE	COENCIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	INEXIGIVEL	PRORROGAVEL	30.528,00	30.528,00	19792005
Objeto : Fornecedor de 18.000 litros de óleo diesel comum para abastecer veículos de propriedade da TSE e para eventual utilização no grupo gerador do Tribunal.								
2005/0024	27/06/2006	VIGENTE	HEWLETT-PACKARD COMERCIAL DO BRASIL LTDA	INEXIGIVEL	PRORROGAVEL	1.070.916,00	1.070.916,00	25482005
Objeto : Prestação de serviços de manutenção de hardware e suporte técnico a software do servidor RISC Superdome da Justiça Eleitoral.								
2005/0025	08/02/2006	VIGENTE	SEBASTIAO SOARES DE SOUSA SERRALHERIA	PREGAO	Não prorrogável	11.500,00	11.500,00	167502004
Objeto : Prestação de serviços de manutenção para conexão e instalação de módulo de grelhas metálicas para as caixas de escoamento de águas pluviais do Edifício Sede, Anexo I e II, fabricado em perfil 78".								
2005/0026	02/10/2005	ENCERRADO	ESSENCIAL ENGENHARIA LTDA.	CONVITE	PRORROGAVEL	25.877,78	25.877,78	32022005
Objeto : O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de reforma do sistema de impermeabilização de uma de divisões da cortina de concreto, com fornecimento de material.								
2005/0027	14/07/2006	VIGENTE	COMISSARIA AEREA BRASILIA LTDA	PREGAO	PRORROGAVEL	214.696,00	214.696,00	29142005
Objeto : Fornecedor de "alimentos preparados" pela prazo de 12 (doze) meses.								
2005/0028	14/07/2006	VIGENTE	BANCA DE REVISTAS 416 SUL LTDA ME	PREGAO	PRORROGAVEL	24.146,74	25.353,83	32892005
Objeto : Fornecedor de jornais e revistas, pelo período de 12 meses.								
2005/0029	08/07/2006	VIGENTE	TREND MICRO DO BRASIL LTDA	INEXIGIVEL	PRORROGAVEL	263.424,00	263.424,00	39232005
Objeto : Prestação de serviços de manutenção e atualização do hardware OfficScan Corporation (14-827) licenças).								



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - BR
Secretaria de Administração
Relação de contratos por Situação e Modalidade

24/11/2005 Fl. 3

CONTRATO	VIGENCIA	SITUAÇÃO	EMPRESA	MODALIDADE	PRORROGAÇÃO	VALOR ORIGINAL	VALOR ATUAL	PROTOCOLO
2005/0030	29/07/2006	VIGENTE	ENTRELINHAS SULBEL GRAFICA E EDITORA LTDA	DISPENSÁVEL	PRORROGÁVEL	30.000,00	30.000,00	55282004
Objeto : Fornecimento e a entrega de publicações encaminhadas na área jurídica e de outras áreas de interesse das unidades de controle, por litro ou distribuições especializadas, pelo período de 12 meses, para a biblioteca do TSE.								
2005/0031	21/07/2006	VIGENTE	UNICOMA INDUSTRIA E COMERCIO S. A.	PREGÃO	PRORROGÁVEL	530.000,00	530.000,00	18202005
Objeto : O presente contrato tem por objeto a aquisição de 20.500 baterias para uma eletrônica modelo 1998, 2000, 2002 e 2004.								
2005/0032	21/11/2005	ENCERRADO	OFFICE MASTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	PREGÃO	PRORROGÁVEL	347.663,60	347.663,60	18202005
Objeto : Aquisição de 3.512 discos de 3,5 para uma eletrônica modelo 1998, 2000, 2002 e 2004.								
2005/0033	21/01/2006	VIGENTE	D.P.O. - COMERCIO E DISTRIBUICAO DE EMBALAGENS	PREGÃO	PRORROGÁVEL	1.437.008,00	1.486.308,00	18202005
Objeto : Aquisição de 95.52 embalagens para uma eletrônica modelo 1998, 2000, 2002 e 2004.								
2005/0034	26/07/2006	VIGENTE	ODEBRECHT COMERCIO E INDUSTRIA DE CAFE LTDA	PREGÃO	PRORROGÁVEL	29.724,00	29.724,00	61532005
Objeto : Fornecimento de café torrado e moído e café em grãos, pelo período de 12 meses.								
2005/0035	05/08/2006	VIGENTE	PROBANK LTDA	PREGÃO	PRORROGÁVEL	89.400,00	89.400,00	187912004
Objeto : Prestação de atendimento em consultório dentário, pelo período de 12 meses, admitida prorrogação.								
2005/0036	10/12/2005	VIGENTE	PROBANK LTDA	PREGÃO	PRORROGÁVEL	41.900.000,00	42.923.533,92	40172005
Objeto : Prestação de suporte técnico no referendo 2005, nos Circuitos Eleitorais e no local de votação em todos os municípios brasileiros, para o período de 30 dias, a partir de 20 de novembro, compreendendo a preparação, instalação, testes e operacionalização das urnas eletrônicas (UR), bem como suporte e manutenção dos sistemas de urnas (SU) na administração dos recintos, conforme especificações no Anexo I e II do Edital de Licitação nº 351/05/00000.								
2005/0037	16/08/2006	VIGENTE	ADEIR FEITOSA PORTOME	PREGÃO	PRORROGÁVEL	7.810,00	7.810,00	29702005
Objeto : Fornecimento de chave e prestação de serviços de chaveiro, com fornecimento de peças e componentes de fechaduras, para a administração dos diversos setores do TSE.								
2005/0038	30/10/2005	ENCERRADO	ITAGUAÇU - PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA	PREGÃO	PRORROGÁVEL	496.530,00	496.530,00	36382005
Objeto : Fornecimento e distribuição, até 15 de setembro de 2005, de 165.510 cabines de votação para os Tribunais Regionais Eleitorais.								
2005/0039	16/08/2006	VIGENTE	PANACOPI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS	PREGÃO	PRORROGÁVEL	120.000,00	120.000,00	145022004
Objeto : Prestação de serviço de manutenção técnica preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças, componentes e suprimentos (exceto toner, papel e grampo), em máquinas fotocopadoras, marca CANON								
2005/0040	17/11/2005	ENCERRADO	COMERCIO E INDUSTRIA MULTIFORMAS LTDA.	PREGÃO	PRORROGÁVEL	220.320,00	239.760,00	36392005
Objeto : Fornecimento e distribuição de 34.000.000 (trinta e quatro milhões) de formulários "Requerimentos de Justicativo Eleitoral - R.J.E".								
2005/0041	19/08/2006	VIGENTE	SIEMENS LTDA	INEXIGÍVEL	PRORROGÁVEL	209.580,00	209.580,00	30562005
Objeto : Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em Central PABX que consiste em 1 (um) sistema HP4000 localizado na Ed. Sede e 2 (dois) sistemas HP4000, localizados nos Anexos I e III, com fornecimento e troca de peças								
2005/0042	24/08/2006	VIGENTE	UNICOMP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PREGÃO	PRORROGÁVEL	100.000,00	100.000,00	9432005
Objeto : Fornecimento de medicamentos, pelo período de 12 meses, para uso dentro da instalação da SAMSE/TSE. Bem como o medicamento: lenoxol de cobertura de ICMS.								
2005/0043	06/02/2006	VIGENTE	FACULDADES CATÓLICAS MANTENEDORA DA PONTIFÍCIA... DISPENSÁVEL	PRORROGÁVEL	PRORROGÁVEL	439.437,00	439.437,00	70542005
Objeto : Prestação de serviços especializados de consultoria para identificação e mapeamento de perfil de competência (conhecimentos, habilidades e atitudes) essenciais ao cumprimento da missão institucional do Tribunal Superior Eleitoral								
2005/0044	31/12/2005	VIGENTE	CTIS INFORMÁTICA LTDA	CONCORRÊNCIA	PRORROGÁVEL	4.078.464,00	4.262.486,80	25472005
Objeto : contratação de serviços de processamento de dados do Cadastro Eleitoral para impressão gráfica e eletrônica de 18.200 milheiros de Folhas de Votação e 40 milheiros de Folhas de Controle, bem como montagem dos Cadernos de Folhas de Votação e a geração do Arquivo de Controle para atender a Referenda 2005, com entrega no Tribunal Regional Eleitoral, situados nas capitais dos estados e na Distrito Federal								

		24/11/2005		Fl. 4				
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - BR Secretaria de Administração Relação de contratos por Situação e Modalidade								
CONTRATO	VIGENCIA	SITUAÇÃO	EMPRESA	MODALIDADE	PRORROGAÇÃO	VALOR ORIGINAL	VALOR ATUAL	PROTOCOLO
2005/0045	10/11/2005	ENCERRADO	CASA DA MOEDA DO BRASIL	DEPENSAVEL	PRORROGAVEL	475.528,19	475.528,19	37812005
Objeto : Prestação de serviços de produção e distribuição de envelopes de segurança, envelopes e blocos auto-adesivos, para garantir a inviolabilidade das urnas eletrônicas e das urnas convencionais de lêmbrs, após a sua preparação para a votação do Referendo 2005.								
2005/0046	23/10/2005	ENCERRADO	ESDEVA EMPRESA GRAFICA LTDA	PRECAO	PRORROGAVEL	145.000,00	145.295,46	70192005
Objeto : Fornecedor, impressão de manuais de instrução de Referendo 2005.								
2005/0047	14/12/2005	VIGENTE	LIMA ENGENHARIA LTDA	TOMADA DE PREÇOS	Não prorrogável	195.298,18	195.298,18	38102005
Objeto : Prestação de serviços de reforma nos seguintes itens: Auditorio do Edifício 5º e 6º, Divisão de Pagamento e Corregedoria - Geral Eleitoral do TSE F, com fornecimento de materiais, conforme especificações detalhamento dos Anexos I, II, III e IV do Edital de Licitação TSE n.º 442/05.								
2005/0048	07/11/2005	ENCERRADO	VIA TELECOM INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA	PRECAO	Não prorrogável	1.890.000,00	1.890.000,00	57232005
Objeto : Locação e instalação de equipamentos e a prestação de serviços para adequação das Sisasnas Móveis de Transmissão (Voz e Dados) via satélite - SMS-4, compatíveis com telefonia celular digital e analógica, utilizada em centros urbanos, a fim de prover a comunicação de voz e dados entre Seções Eleitorais e TREs durante o Referendo 2005, conforme requisitos, especificações, quantidades e demais exigências constantes dos Anexos I e II do Edital de Licitação TSE n.º 46/2005.								
2005/0049	23/10/2005	ENCERRADO	CTIS INFORMATICA LTDA	PRECAO	PRORROGAVEL	159.898,76	159.898,76	75862005
Objeto : O presente contrato tem por objeto o fornecimento e a distribuição de material gráfico da Companhia Institucional de Eleições e Esclarecimento do Eleitor - Referendo 2005.								
2005/0050	31/10/2005	ENCERRADO	SPP AGAPRINT LTDA INDUSTRIAL E COMERCIAL EX	PRECAO	PRORROGAVEL	84.981,60	84.981,60	77542005
Objeto : O presente contrato tem por objeto o fornecimento, a impressão gráfica e a distribuição de 12.210.000 cédulas eleitorais para o Referendo 2005.								
2005/0051	30/09/2006	VIGENTE	SEAL ELETRONICA LTDA	PRECAO	PRORROGAVEL	2.189.000,00	2.189.000,00	176822004
Objeto : O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados para a implementação do Sistema de Videokonferência do Sistema de Justiça Eleitoral - SVCant, na rede de comunicação de dados do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, compreendendo o fornecimento e a instalação de equipamentos e garantia técnica de 12 (doze) meses, aos produtores e serviços fornecidos.								
2005/0052	06/03/2006	VIGENTE	ARQUITETURA URBANISMO OSCAR NIEMEYER S/C LTDA	INEXIGIVEL	PRORROGAVEL	5.917.683,00	5.917.683,00	96412005
Objeto : Prestação de serviço técnico profissional especializado para elaboração e desenvolvimento de conjunto de projetos executivos, de arquitetura e complementares e arquitetura, para construção do conjunto de edificações que abrigará a nova sede do TSE, com área total estimada de 70.000 m², e localização na quadra 7 do setor de Alagoinhas Federais SIA - Brasília.								
2005/0053	17/10/2006	VIGENTE	AIRWAY TRANSPORTES LTDA	PRECAO	PRORROGAVEL	52.300,00	52.300,00	43122005
Objeto : Prestação de serviços de transporte terrestre (item 1 a 26) de material eleitoral, de informática, impressos oficiais e outros, de Brasília para as capitais dos Estados e vice-versa, pelo período de 12 meses.								
2005/0054	25/10/2006	VIGENTE	T.B. ENCOMENDAS E DISTRIBUIDORES LTDA	PRECAO	PRORROGAVEL	43.038,00	43.038,00	43122005
Objeto : Prestação de serviços de transporte aéreo (item 27 a 31), de material eleitoral, de informática, impressos oficiais e outros, de Brasília para as capitais dos Estados e vice-versa.								
2005/0055	17/03/2006	VIGENTE	COMPANHIA DE AGUAS ESGOTO DE BRASILIA-CAES B	INEXIGIVEL	Não prorrogável	738.755,92	738.755,92	93562005
Objeto : Prestação de serviço de manutenção de rede de esgoto localizada entre os Lotes 01 e 02 do SIAF Sul, Quadra 7, destinado à construção de nova rede de TSE, com fornecimento de material.								
2005/0056	18/03/2006	VIGENTE	CONSTRUTORA MOURA LTDA	TOMADA DE PREÇOS	Não prorrogável	389.704,31	389.704,31	58422005
Objeto : Prestação de serviços de reforma e manutenção dos blocos de edifício do Anexo III, com fornecimento de materiais								
2005/0057	10/11/2006	VIGENTE	CARPLAC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	PRECAO	PRORROGAVEL	26.200,00	26.200,00	71232005
Objeto : Prestação de serviços de manutenção do Sistema de Sinalização dos Edifícios do TSE, incluindo fornecimento de materiais e mão-de-obra.								

Anexo II – Licitações



Nº/Modalidade	Abert/Proced	Objeto	Estimativa	Valor da compra	Situação/Publicações
1/2005 Convite	21.2.2005 – 15h Contrato nº 13.475/2004	Seguro total de 23 veículos da frota do TSE, pelo período de 12 meses.	101.672.973,35 57.967,00	16.073.841,15 27.916,78	85.599.132,20 Resultado de julgamento divulgado: Generali do Brasil Cia. Nacional de Seguros (itens 1, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13 e 14) e Vera Cruz Seguradora S/A (itens 2, 4, 9, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23). Deserta.
2/2005 Convite	24.2.2005 – 15h Contrato nº 9.425/2003	Edição da <i>Revista de Direito Eleitoral</i> de propriedade do TSE, compreendendo, entre outras, editoração, publicação, promoção, distribuição e comercialização, pelo período de 12 meses.	0,00	0,00	
3/2005 Pregão	2.3.2005 – 15h Contrato nº 15.046/2004	Aquisição de 18.000 litros de óleo diesel/ comum (item 1) e 60.000 litros de gasolina comum (item 2), com entrega parcelada durante o período de 12 meses.	162.744,00	124.800,00	Global Distribuidora de Combustíveis Ltda. (item 2). Item 1 repetido: 8/2005 – Pregão.
4/2005 Pregão	9.3.2005 – 15h Contrato nº 17.846/2004	Fornecimento de água mineral sem gás, envasada em garrafas transparentes de polietileno (PET), retornável, com capacidade para acondicionar 20 litros, contendo lacre de segurança e rótulo padrão.	67.625,00	R\$4,35 (x)	A empresa Calevi Mineradora e Comércio Ltda. foi declarada habilitada e vencedora do certame. Franqueada a palavra, não houve manifestação de interesse de interposição de recursos.

Nº/Modalidade	Abert/Proced	Objeto	Estimativa	Valor da compra	Situação/Publicações
5/2005 Pregão	17.3.2005 – 14h Contrato nº 3.938/2004	Prestação, em todo o território nacional, de serviços de assistência médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como internações, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas, em apartamento individual com banheiro privativo, sem excluir doenças preexistentes ou crônicas, aos beneficiários regularmente inscritos no TSE.	101.672.973,35 1.602.157,95	16.073.841,15 0,00	85.599.132,20 Aguarda diligência.
6/2005 Convite	11.3.2005 – 15h Contrato nº 9.425/2003	Edição da <i>Revista de Direito Eleitoral</i> de propriedade do TSE, compreendendo, entre outras, editoração, publicação, promoção, distribuição e comercialização, pelo período de 12 meses.	0,00	0,00	Deserta.
7/2005 Pregão	31.3.2005 – 15h Contrato nº 436/2005	Prestação de serviços de remessa de encomendas na modalidade porta a porta (documentos e volumes), incluindo a coleta e a entrega, de Brasília/DF para as capitais e os municípios, bem como no âmbito do Distrito Federal.	130.000,00	0,00	Suspensa por tempo indeterminado.
8/2005 Pregão	5.4.2005 – 15h Contrato nº 1.979/2005	Aquisição de 18.000 litros de óleo diesel/comum, para abastecer veículos de propriedade do Tribunal Superior Eleitoral e para eventual utilização no grupo gerador localizado no Edifício Sede do TSE, durante o período de 12 meses.	0,00	0,00	Deserta.

Nº/Modalidade	Abert/Proced	Objeto	Estimativa	Valor da compra	Situação/Publicações
9/2005 Pregão	20.4.2005 – 15h Contrato nº 615/2005	Fornecimento de café torrado e moído e café em grão, pelo período de 12 meses.	101.672.973,35 29.760,00	0,00	85.599.132,20 Análise de proposta.
10/2005 Pregão	7.4.2005 – 14h Contrato nº 18.986/2004	Aquisição de 96 frascos de <i>toner</i> colorido para uso em impressora/copiadora Imagerunner, marca Canon, não remanufaturado, sendo 24 unidades da cor amarela – <i>yellow</i> (item 1), 24 unidades da cor azul – <i>cyan</i> (item 2), 24 unidades da cor preta – <i>black</i> (item 3) e 24 unidades da cor vermelha – magenta (item 4).	78.087,60	45.528,00	New Wave Suprimentos para Informática.
11/2005 Pregão	22.4.2005 – 17h Contrato nº 1.045/2005	Fornecimento, até 31 de dezembro de 2005, de açúcar cristal, açúcar refinado, leite em pó desnatado, granulado e instantâneo, adoçante a base de aspartame, guardanapo de papel, bobina de filme transparente de PVC e palitos em madeira (para dentes).	19.000,00	0,00	Aguarda diligência.
12/2005 Pregão	19.4.2005 – 9h Contrato nº 601/2005	Aquisição de pastas em papelão, cartões para crachá, blocos de rascunho e envelopes em papel cartão.	23.240,00	10.980,00	Gráfica e Editora Globo Ltda. (Itens 1, 3 e 4). Comercial Terra Ltda. (item 2).
13/2005 Pregão	19.4.2005 – 11h30min Contrato nº 496/2005	Fornecimento de carimbos e prestação de serviço de substituição de borrachas dos carimbos reutilizáveis, pelo período de 12 meses.	7.210,50	3.400,00	Tatiana dos Santos Rosa Ferreira – ME.
				104,00	

Nº/Modalidade	Abert/Proced	Objeto	Estimativa	Valor da compra	Situação/Publicações
14/2005 Pregão	22.4.2005 – 14h Contrato nº 1.044/2005	Fornecimento de gêneros alimentícios (frutas, polpa de frutas, derivados do leite, frios, pães, refrigerantes e diversos) para produção de lanches, até 31 de dezembro de 2005.	101.672.973,35 25.272,00	16.073.841,15 0,00	85.599.132,20 Aguarda diligência.
15/2005 Pregão	11.5.2005 – 15h Contrato nº 10.762/2004	Aquisição de materiais de copa.	22.056,00	0,00	Aguarda abertura.
16/2005 Convite	10.5.2005 – 16h30min Contrato nº 2.128/2005	Seguro total para o veículo microônibus do TSE, pelo período de 12 meses.	8.195,73	0,00	Aguarda abertura.
17/2005 Convite	16.5.2005 – 15h Contrato nº 3.385/2005	Aquisição de medalhas comemorativas de metal.	25.500,00	0	Revogada, com base no disposto no art. 49 da Lei nº 8.666/93.
18/2005 Pregão	20.5.2005 – 15h Contrato nº 2.026/2005	Prestação de serviços de lavanderia, que consiste em lavar e passar peças e roupas utilizadas em diversos setores do Tribunal Superior Eleitoral, pelo período de 12 meses.	10.580,22	5.812,64	Resultado de julgamento (20.9.2005): José Alberto Silva Bezerra – ME (Cristal Lavanderia).
19/2005 Pregão	23.5.2005 – 14h Contrato nº 323/2005	Prestação de serviços de manutenção das urnas eletrônicas modelo 2002 e de carga, descarga e recarga das baterias.	2.168.420,94	4.850.000,00	Resultado de julgamento (20.9.2005): Procomp Indústria Eletrônica Ltda.
20/2005 Pregão	22.6.2005 – 14h Contrato nº 1.820/2005	Aquisição de suprimentos para urnas eletrônicas modelos 1998, 2000, 2002 e 2004, sendo: 511.270 disquetes de 3,5" (item 1), 20.500 baterias (item 2), 49.552 embalagens e peças de reposição para urnas eletrônicas 1998, 2000, 2002 e 2004 (item 3).	3.954.819,19	2.314.671,60	Resultado de julgamento (20.9.2005): Office Master (item 1); Unicoba (2) e DPO (3).

Nº/Modalidade	Abert/Proced	Objeto	Estimativa	Valor da compra	Situação/Publicações
21/2005 Pregão	10.6.2005 – 15h Contrato nº 16.750/2004	Prestação de serviços de serralheria para confecção e instalação de módulos de grelhas metálicas para as canaletas de escoamento de águas pluviais.	101.672.973,35 15,076,00	16.073.841,15 11.500,00	85.599.132,20 Resultado de julgamento (20.9.2005): Serralheria Sousa – ME.
22/2005 Convite	7.6.2005 – 15h Contrato nº 2.128/2005	Seguro total para o veículo microônibus placa JFO 2830 da frota do TSE.	8.195,73	6.948,19	Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais S/A.
23/2005 Pregão	17.6.2005 – 15h Contrato nº 2.914/2005	Fornecimento de “alimentos preparados”, durante o período de 12 meses.	155.000,00	213.288,50	Resultado de julgamento (20.9.2005): Comissaria Aérea Brasília Ltda.
24/2005 Convite	15.6.2005 – 15h Contrato nº 3.202/2005	Serviços de reforma de sistema de impermeabilização, com fornecimento de material.	25.511,32	25.877,78	Essencial Engenharia Ltda.
25/2005 Concorrência	6.9.2005 – 9h Contrato nº 4.763/2005	Aquisição de produtos e serviços associados ao fornecimento dos Sistemas de Coleta de Dados de Eleitores (SCIdent).	75.458.673,00	0	Adiada <i>sine die</i> .
26/2005 Pregão	27.6.2005 – 15h Contrato nº 3.289/2005	Fornecimento de jornais e revistas, pelo período de 12 meses, conforme especificações constantes do Anexo I, que faz parte deste edital.	17.958,40	12.074,00	Resultado de julgamento (20.9.2005): Banca de Revistas 416 Sul [maior percentual de desconto obtido: 14% (quatorze por cento)].
27/2005 Concorrência	9.8.2005 – 14h Contrato nº 2.547/2005	Processamento de dados do cadastro eleitoral para impressão gráfica e eletrônica de 18.200 milheiros de folha de votação (capas, miolos e contracapas das folhas de votação) e 40 milheiros de relatórios e controle, bem como montagem dos cadernos de folhas de votação e geração dos arquivos de controle para atender ao referendo 2005, com entrega nos TRES.	4.340.000,00	4.078.464,00	Resultado de julgamento (23.8.2005 – Ata 67): CTIS Informática Ltda.

Nº/Modalidade	Abert/Proced	Objeto	Estimativa	Valor da compra	Situação/Publicações
28/2005 Pregão	8.7.2005 – 15h Contrato nº 615/2005	Fornecimento de café torrado e moído e café em grãos, pelo período de 12 meses.	101.672,973,35 29.760,00	16.073.841,15 14.862,00	85.599.132,20 Resultado de julgamento (20.9.2005): Odebrecht Comércio e Indústria de Café Ltda.
29/2005 Pregão	15.7.2005 – 15h Contrato nº 18.791/2004	Prestação de serviços de atendimento em consultório dentário.	42.770,00	89.658,72	Resultado de julgamento (20.9.2005): Probank S/A.
30/2005 Pregão	25.7.2005 – 14h30min Contrato nº 787/2005	Aquisição de material de consumo odontológico.	23.293,46	8.183,50	Resultado de julgamento (20.9.2005): Saúde (itens 2, 3, 12, 14, 17, 18, 24-27, 29-37 e 41); Contrast (4, 20-22 e 28) e Tiradentes (8, 19 e 42).
31/2005 Pregão	10.8.2005 – 9h Contrato nº 2.805/2005	Aquisição de 9 veículos automotores, de natureza especial, e 5 veículos automotores de serviço, todos com seguro total, pelo período de 12 meses e garantia não inferior a 24 meses para o item 1 e não inferior a 12 meses para o item 2, conforme especificações constantes do Anexo I do edital.	1.133.034,00	0	Revogada.
32/2005 Pregão	16.8.2005 – 16h Contrato nº 2.592/2005	Aquisição e atualização de ferramenta corporativa de antivírus.	953.635,00	0	Aviso de anulação publicado no <i>DOU</i> , dia 21.9.2005, Seção 3, p. 88.
33/2005 Pregão	26.7.2005 – 16h Contrato nº 3.639/2005	Aquisição de requerimento de justificativa eleitoral (RJE).	462.945,00	220.320,00	Resultado de julgamento (20.9.2005): Comércio Indústria Multifformas Ltda.
34/2005 Pregão	28.7.2005 – 14h Contrato nº 2.970/2005	Fornecimento de chaves e prestação de serviço de chaveiro.	2.146,64	3.255,00	Resultado de julgamento (20.9.2005): Adeir Feitosa Porto – ME (Chaveiro Horizonte).

Nº/Modalidade	Abert/Proced	Objeto	Estimativa	Valor da compra	Situação/Publicações
35/2005 Pregão	29.7.2005 – 14h Contrato nº 2.993/2005	Aquisição de 4 fragmentadoras de papel, 43 bebedouros, 5 aparelhos de fac-símile e 11 calculadoras.	1.686,00 457,00 457,00 14.453,20 4.610,40 2.143,00 21.665,00	16.073.841,15 24.370,00	Resultado de julgamento (20.9.2005): FW Brasil, R\$3.120,00 (item 1); Mitra, R\$13.545,00 (2); Office Service, R\$5.890,00 (3) e Fenix, R\$1.815,00 (4).
36/2005 Pregão	1º.8.2005 – 9h Contrato nº 4.017/2005	Prestação de serviços de: 1. Suporte técnico ao referendo 2005, nos cartórios eleitorais em locais de votação em todos os municípios brasileiros, entre os dias 22.8 e 20.9, compreendendo preparação, instalação, testes e operacionalização das urnas eletrônicas (UE), bem como suporte à totalização dos boletins de urna (BU) e à transmissão dos resultados e, 2. Suporte técnico à atualização do cadastro dos eleitores, nos cartórios eleitorais e nos locais de coleta de dados cadastrais em todos os municípios dos estados do MA, MG, MT, TO e DF, entre os dias 25.10.2005 e 30.6.2006, compreendendo preparação, instalação, testes e operacionalização dos kits de recadastramento do eleitor, bem como atualização do cadastro de eleitores.	0	0	Resultado de julgamento (20.9.2005): Probank S/A (item 1: R\$41.900.000,00).

Nº/Modalidade	Abert/Proced	Objeto	Estimativa	Valor da compra	Situação/Publicações
37/2005 Pregão	1º.8.2005 – 14h Contrato nº 14.502/2005	Serviço de manutenção técnica preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças, componentes e suprimentos (exceto <i>toner</i> , papel e grampo), em máquinas fotocopadoras, marca Canon.	101.672.973,35 124.775,00	16.073.841,15 50.000,00	Resultado de julgamento (20.9.2005): Panacopy Comércio de Equipamentos Reprográficos Ltda.
38/2005 Pregão	2.8.2005 – 15h Contrato nº 89/2005	Aquisição de 2 projetores multimídia, tipo <i>datas/row</i> , 1 unidade gravadora e leitora de DVD, 2 gravadoras de CD-R, 6 microfones sem fio, 1 tela de projeção e 1 projetor multimídia. Garantia técnica de 12 meses, incluindo assistência técnica em Brasília/DF.	8.240,00	52.625,00	Resultado de julgamento (20.9.2005): VG Enterprises Comércio e Informática Ltda. (item 6); Intermax Tecnologia e Informática Ltda. (itens 1 e 5) e Papelaria Report Comércio e Serviços de Informática Ltda. (item 4); item 2 acima do estimado e dos preços obtidos.
39/2005 Pregão	3.8.2005 – 10h 9.8.2005 – 10h Contrato nº 2.271/2005	Material de expediente.	56.185,00 365.333,30	106.390,39	Resultado de julgamento (20.9.2005): Multiplik Comércio e Serviços Ltda. (itens 36, 37, 40, 63, 64, 66, 68, 69, 72 e 83), Inforpaper Com. de Fitas e Papéis Ltda. (itens 6, 11, 41 e 56), Comercial Terra Ltda. (itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 15, 16, 17 e 18), Socapas E.
40/2005 Pregão	4.8.2005 – 15h Contrato nº 3.638/2005	Fornecimento e distribuição, até 15 de setembro de 2005, de 165.510 cabinas de votação para os tribunais regionais eleitorais, conforme modelo, especificação e quantidades constantes nos anexos I, I-II, I-III e I-IV do edital.	730.000,00	496.530,00	Resultado de julgamento (20.9.2005): Itaguaçu Participação e Investimentos Ltda.

Nº/Modalidade	Abert/Proced	Objeto	Estimativa	Valor da compra	Situação/Publicações
41/2005 Pregão	5.8.2005 – 15h Contrato nº 943/2005	Fornecimento de medicamento por meio de drogaria ou farmácia.	101.672,973,35 22.000,00	16.073.841,15 41.667,00	85.599.132,20 Resultado de julgamento (20.9.2005): Unicom Produtos Hospitalares S/A. Deserta.
42/2005 Pregão	5.8.2005 – 8h Contrato nº 6.843/2005	Aquisição de peças de reposição para todos os modelos de urnas eletrônicas (UE98, UE2000, UE2002 e UE2004).	217.148,00	0	
43/2005 Pregão	10.8.2005 – 14h Contrato nº 2.092/2005	Aquisição e instalação de móveis, com garantia técnica pelo período de, no mínimo, 5 anos, incluindo assistência técnica em Brasília/DF.	23.417,00	8.900,00	Resultado de julgamento (20.9.2005): S. T. Móbile Ltda.
44/2005 Tomada de Preços	16.8.2005 – 9h Contrato nº 3.810/2005	Prestação de serviços de reforma nas seguintes áreas: auditório do Edifício Sede, Divisão de Pagamento e Corregedoria-Geral Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, com fornecimento de materiais.	244.410,50	195.298,12	Resultado de julgamento (23.8.2005): Lima Engenharia Ltda.
45/2005 Tomada de Preços	19.8.2005 – 15h Contrato nº 5.842/2005	Prestação de serviços de reforma e manutenção dos blocos do edifício do Anexo III do Tribunal Superior Eleitoral, situado no SGON – Quadra 5, nº 795, Brasília/DF, com fornecimento de materiais, conforme especificações constantes dos anexos I, II, III e IV.	592.748,54	389.704,31	Resultado de julgamento (14.9.2005): Construtora Moura Ltda.
46/2005 Pregão	22.8.2005 – 14h30min Contrato nº 5.723/2005	Locação e distribuição de equipamentos e prestação de serviços para operação dos Sistemas Móveis de Transmissão de Voz e Dados via Satélite (SMSat), compatível com telefonia celular digital e analógica utilizada em centros urbanos, para prover a comunicação de voz e dados entre seções eleitorais e TRES durante o referendo 2005.	1.998.300,00	1.890.000,00	Resultado de julgamento (20.9.2005): Via Telecom Informática e Telecomunicações Ltda.

Nº/Modalidade	Abert/Proced	Objeto	Estimativa	Valor da compra	Situação/Publicações
47/2005 Pregão	23.9.2005 – 14h30min Contrato nº 17.656/2004	Aquisição de 18 rádios portáteis para comunicação bidirecional, com garantia técnica não inferior a 12 meses, incluindo assistência técnica em Brasília/DF.	101.672,973,35 30.600,00	16.073.841,15 23.580,00	85.599.132,20 Minsascontrol Equipamentos e Sistemas Ltda.
48/2005 Pregão	26.9.2005 – 14h30min Contrato nº 4.312/2005	Prestação de serviços de transporte terrestre (item 1) e aéreo (item 2) de material eleitoral, de informática, impressos oficiais e outros, de Brasília para as capitais dos estados e vice-versa, conforme especificações constantes dos anexos I, I-I, I-II, I-III, I-IV e II, que são partes deste edital, pelo período de 12 meses.	47.669,00	23.835,00	Airway Transportes Ltda. (itens 1 a 26) e TB Encomendas e Distribuições Ltda. (itens 27 a 31).
49/2005 Pregão	30.8.2005 – 14h30min Contrato nº 7.753/2005	Aquisição de 35.000 CD-ROM e 2.000 DVD-R.	71.086,00	45.250,00	Resultado de julgamento (20.9.2005): Megadata Distribuidora de Produtos de Informática Ltda. (item 1: R\$1,17 e item 2: R\$2,15).
50/2005 Pregão	2.9.2005 – 14h Contrato nº 7.019/2005	Fornecimento, impressão gráfica e distribuição dos manuais de instrução do referendo 2005.	350.929,42	145.000,00	Resultado de julgamento (20.9.2005): Esdeva Indústria Gráfica Ltda.
51/2005 Pregão	5.9.2005 – 14h Contrato nº 7.586/2005	Fornecimento e distribuição de material gráfico da Campanha Institucional de Educação e Esclarecimento do Eleitor – referendo 2005.	305.709,00	159.900,00	Resultado de julgamento (20.9.2005): CTIS Informática Ltda.
52/2005 Pregão	8.9.2005 – 14h Contrato nº 7.754/2005	Fornecimento, impressão gráfica e distribuição de 12.210.000 de cédulas eleitorais.	0	0	Resultado de julgamento (20.9.2005): SPP Agaprint Industrial Comercial Ltda.

Nº/Modalidade	Abert/Proced	Objeto	Estimativa	Valor da compra	Situação/Publicações
53/2005 Concorrência	21.10.2005 – 14h Contrato nº 7.202/2005	Prestação de serviços e obras para adequação do sistema de energia ininterrupta, com fornecimento de equipamentos e materiais para os edifícios Sede, Anexo I e Anexo III do Tribunal Superior Eleitoral, bem como a alienação simultânea de um <i>no-break</i> UPS.	101.672.973,35 1.072.444,20	16.073.841,15 0	Prazo para impugnação de recurso interposto pela empresa Sistenge quanto ao resultado de habilitação publicado no <i>DOU</i> , Seção 3, p. 78, do dia 28.10.2005 (17.11 – 19h).
54/2005 Pregão	20.9.2005 – 14h30min Contrato nº 6.388/2005	Aquisição de 30 fitas DAT DDS4 4mm (item 1), 30 fitas DLT Tape IV Data Cartridge (item 2) e 250 Fitas Ultrium LTO 1 Data Cartridge (item 3), conforme especificações, quantidades e demais exigências constantes do anexo, que faz parte deste edital.	49.215,00	32.780,00	César Reis Office Products Ltda. (item 1), LKC Soluções em Tecnologia Ltda. (item 2) e Megadata Distribuidora de Produtos de Informática Ltda. (item 3).
55/2005 Concorrência	14.10.2005 – 13h30min Contrato nº 7.164/2005	Serviços de instalação de equipamentos para complementar o sistema de controle de acesso por leitura biométrica da geometria da mão associado ao sistema de circuito fechado de TV digital (CFTV), com fornecimento de material.	268.037,66	0	Aviso de anulação publicado no <i>DOU</i> , Seção 3, p. 135, em 10.11.2005.
56/2005 Pregão	29.9.2005 – 14h30min Contrato nº 7.072/2005	Fornecimento e distribuição de 8.710.000 (oito milhões setecentos e dez mil) formulários de títulos eleitorais, conforme condições, quantidades, especificações e modelo constantes dos anexos I e II, que são parte deste edital.	406.017,00	276.455,40	Formulários Piloto Ltda.

Nº/Modalidade	Abert/Proced	Objeto	Estimativa	Valor da compra	Situação/Publicações
57/2005 Convite	5.10.2005 – 13h30min Contrato nº 6.383/2005	Seguro total de 15 veículos da frota do TSE, pelo período de 12 meses.	101.672,973,35 34.853,03	16.073.841,15 7.255,97	85.599.132,20 Unibanco AIG S/A (itens 1 a 7, 10, 11 e 15) e Veracruz Seguradora (itens 8 a 10, 13 e 14).
58/2005 Pregão	13.10.2005 – 14h Contrato nº 6.740/2005	Aquisição de 10 discos rígidos de 116GB IDE (item 1), 50 fontes de 250W padrão ATX para gabinete mini torre (item 2), 20 fontes de 220W padrão ATX para gabinete mini torre (item 3), 50 fontes de 200W padrão ATX para gabinete mini torre (item 4) e 30 unidades de gravação de CD e leitura de DVD (COMBO) (item 5).	8.017,00	11.920,00	Disk Cartucho Informática Ltda. itens 1, 2 e 5.
59/2005 Pregão	20.10.2005 – 14h30min Contrato nº 7.123/2005	Contratação de empresa para manutenção do sistema de sinalização dos edifícios do Tribunal Superior Eleitoral, incluindo fornecimento de materiais e mão-de-obra, conforme especificações constantes dos anexos, que fazem parte deste edital.	45.297,00 27.160,12	4.370,00	Carplac Comércio e Serviços Ltda.
60/2005 Pregão	25.10.2005 – 14h Contrato nº 13.619/2005	Aquisição e instalação de móveis, com garantia técnica pelo período de, no mínimo, 5 anos, incluindo assistência técnica em Brasília/DF.	174.643,70	19.700,00	Giroflex S/A (R\$5.030,00) itens 2, 5 e 12 e WR Consultoria e Execução em Madeira Ltda. (R\$14.670,00) itens 4, 6, 7, 14, 18 e 19.

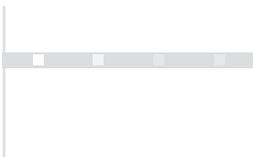
Nº/Modalidade	Abert/Proced	Objeto	Estimativa	Valor da compra	Situação/Publicações
61/2005 Pregão	9.11.2005 – 14h30min Contrato nº 8.588/2005	Fornecimento e entrega de publicações nacionais, inclusive publicações avulsas e oficiais (na área jurídica e outras áreas de interesse das unidades da contratante), por livraria ou distribuidor especializado, pelo período de 12 meses, para a biblioteca do Tribunal Superior Eleitoral, conforme especificação constante do Anexo I, que faz parte deste edital.	101.672,973,35 50.000,00	16.073.841,15 0	85.599.132,20 Entrelinhas Sulbel Gráfica e Editora Ltda. (Desc. 20,50%),
62/2005 Pregão	11.11.2005 – 9h Contrato nº 7.795/2005	Aquisição de material de consumo odontológico.	8.582,63	0	Aguardando relatório.
63/2005 Pregão	11.11.2005 – 14h30min Contrato nº 8.661/2005	Prestação de serviços de instalação e fornecimento de alambrado metálico em arame galvanizado, estruturado em tubos de ferro galvanizado, com arame farpado na parte superior, para complementação de cerca em terreno destinado ao TSE. Localizado no SAF/Sul, Quadra 7, Lote 1, conforme especificações constante do edital e seu anexo.	19.523,80	0	Deserta.
64/2005 Concorrência	13.12.2005 – 9h Contrato nº 10.124/2005	Aquisição de 39 servidores para instalação em rack, com garantia técnica de 36 meses, e 28 racks, com entrega no TSE e nos tribunais regionais eleitorais, situados nas capitais dos estados e no Distrito Federal, conforme quantidade e especificações técnicas constantes do Anexo I do edital.	2.196.603,60	0	Aguarda abertura.

Nº/Modalidade	Abert/Proced	Objeto	Estimativa	Valor da compra	Situação/Publicações
65/2005 Pregão	18.11.2005 – 14h30min Contrato nº 9.893/2005	Aquisição de 2 kits de atualização do analisador de cabeamento digital, dois kits de localizador de cabos e 4 teclados de cabos de rede.	101.672.973,35 32.368,55	16.073.841,15 789,25	85.599.132,20 Dental Roma Ltda. (R\$445,25) itens 1-6, 8-10, 11 e 14. Saúde Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. (R\$344,00) item 11. Aguarda abertura.
66/2005 Concorrência	14.12.2005 – 9h Contrato nº 7.164/2005	Serviços de instalação de equipamentos para complementar o sistema de controle de acesso por leitura biométrica da geometria da mão associado ao sistema de circuito fechado de TV digital (CFTV), com fornecimento de material.	268.037,66	0	Aguarda abertura.
67/2005 Pregão	25.11.2005 – 16h Contrato nº 11.773/2005	Aquisição de tambores de cópias para copiadoras Canon IRC 3220.	6.050,00	0	Aguarda abertura.
68/2005 Pregão	25.11.2005 – 14h30min Contrato nº 4.004/2004	Aquisição de 7 púlpitos.	10.680,00	0	Aguarda abertura.
69/2005 Pregão Eletrônico	16.11.2005 – 9h 29.11.2005 – 14h45min Contrato nº 9.503/2005	Aquisição de quadros com molduras.	806,66	0	Aguarda abertura. Cadastramento no http://www.comprasnet.gov.br/ .
70/2005 Pregão	29.11.2005 – 14h30min 1º.12.2005 – 14h30min 2.12.2005 – 14h30min 8.12.2005 – 14h30min 9.12.2005 – 14h30min Contrato nº 3.505/2005	Aquisição de material de consumo (material elétrico).	0	0	Aguarda abertura.

Nº/Modalidade	Abert/Proced	Objeto	Estimativa	Valor da compra	Situação/Publicações
71/2005 Pregão	29.11.2005 – 17h Contrato nº 7.921/2005	Contratação de serviço de marcenaria para restauração de móveis de madeira.	101.672.973,35 15.463,33	16.073.841,15 0	85.599.132,20 Aguarda abertura.
72/2005 Convite	23.11.2005 – 10h Contrato nº 12.399/2005	Aquisição de 800 agendas 2006.	0	0	Aguarda abertura.
73/2005 Concorrência	20.12.2005 – 10h Contrato nº 6.117/2005	Implementação de sistema multimídia de transmissão e captura de vídeo em padrão digital, assim como a criação de um sistema de difusão de som ambiente e chamadas nas dependências do Edifício Sede do Tribunal Superior Eleitoral, incluindo o fornecimento de equipamentos e componentes.	2.173.925,92	0	Aguarda abertura.
74/2005 Pregão	2.12.2005 – 10h Contrato nº 9.874/2005	Detetização e destratização em todas as dependências dos edifícios Sede, Anexo I, Anexo II (514 Norte) e Anexo III (SGON), deste Tribunal Superior Eleitoral.	0	0	Aguarda abertura.
75/2005 Concorrência	21.12.2005 – 9h Contrato nº 11.809/2005	Fornecimento de solução de engenharia para construção e implementação de ambiente seguro de armazenamento certificado com a marca de segurança ABNT, conforme procedimentos NI/ABNT 09.113.01, que abrigue o Centro de Processamento de Dados da Justiça Eleitoral (CPDJE).	0	0	Aguarda abertura.
76/2005 Pregão	2.12.2005 – 17h Contrato nº 10.242/2005	Manutenção técnica preventiva e corretiva e operação dos sistemas de aparelhos de condicionamento de ar.	380.040,00	0	Aguarda abertura.

Nº/Modalidade	Abert/Proced	Objeto	Estimativa	Valor da compra	Situação/Publicações
77/2005 Pregão	12.12.2005 – 14h30min Contrato nº 10.251/2005	Aquisição de 3 (três) equipamentos para envelopamento de documentos, com prazo de garantia mínimo de 36 (trinta e seis) meses, incluindo o fornecimento e troca de peças, bem como assistência técnica nas dependências deste Tribunal Superior Eleitoral.	101.672,973,35 82.150,00	16.073.841,15 0	85.599.132,20 Aguarda abertura.
78/2005 Pregão	9.12.2005 – 8h Contrato nº 10.250/2005	Aquisição de 176 fitas Tally T6218 LJ e 40 fitas Tally T6090, para impressoras lineares, com entrega no TSE e nos tribunais regionais eleitorais da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, situados nas capitais dos estados.	94.040,00	0	Aguarda abertura.
79/2005 Pregão	12.12.2005 – 17h Contrato nº 8.661/2005	Prestação de serviços de instalação e fornecimento de alambrado metálico em arame galvanizado, estruturado em tubos de ferro galvanizado, com arame farpado na parte superior, para complementação de cerca em terreno destinado ao TSE.	0	0	Aguarda abertura.

2. Controle Interno



A Secretaria de Controle Interno dispõe, em sua estrutura, de duas coordenadorias: Coordenadoria de Auditoria (Coaud) e Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação de Gestão (Coges).

A Coordenaria de Auditoria responde, entre outras atividades, pela realização das auditorias e pela organização do processo de tomada de contas anual. Por sua vez, a Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação de Gestão encarrega-se dos exames e do controle dos atos de gestão, tais como licitações, contratos e atos de pessoal.

Assim como no exercício de 2004, a SCI realizou, em 2005, o acompanhamento prévio da totalidade dos procedimentos licitatórios efetuados pelo Tribunal, o que representou um grande avanço no acompanhamento e controle dos atos de gestão, resultando em maior segurança nas contratações firmadas pelo TSE.

Ainda no âmbito dos exames procedidos pela Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação de Gestão, devem-se destacar os procedimentos que tratam dos atos de pessoal, tais como admissões, aposentadorias e outros.

A Secretaria de Controle Interno, pela atuação da sua Coordenadoria de Auditoria, levou a efeito o plano de auditoria definido para o exercício de 2005, que contemplou trabalhos nas áreas de almoxarifado, patrimônio e de recursos humanos, além da auditoria de gestão, com a finalidade de elaborar o processo de tomada de contas do exercício de 2004.

Auditoria de Gestão – 2005							
Unidades: Secretaria do Tribunal							
Objetivo: Avaliar o desempenho da gestão dos contratos sob responsabilidade da Secretaria de Administração, quanto aos aspectos de legalidade, regularidade e legitimidade, bem como resultados alcançados quanto a economicidade, efetividade, eficiência e eficácia. (Período de abrangência dos exames: 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2004.)							
Datas						Tempo de execução	
Planejamento		Execução		Relatório		Dias	Horas
Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim		
3.4.2005	16.5.2005	17.5.2005	29.6.2005	30.6.2005	31.7.2005	79	1.342
Foram examinados 29 do total de contratos firmados em 2004.							

Auditoria de Almoxarifado e Patrimônio							
Unidades: Secretaria de Administração (SA) e demais unidades							
Objetivo: Avaliar a gestão de almoxarifado e patrimônio e a confiabilidade dos Sistemas de Controle de Bens Patrimoniais e de Almoxarifado.							
Datas						Tempo de Execução	
Planejamento		Execução		Relatório		Dias	Horas
Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim		
1º.8.2005	30.8.2005	31.8.2005	16.9.2005	19.9.2005	30.9.2005	43	965
As verificações tiveram por base relatórios extraídos dos Sistemas ASI – Automation System Of Inventory, Administração Financeira, Siafi e Maximo. Verificações <i>in loco</i> e outros documentos.							

Auditoria de Recursos Humanos							
Unidade: Secretaria de Recursos Humanos (SRH)							
Averiguar a legalidade dos pagamentos relativos à remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como da concessão dos benefícios de auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência pré-escolar e outras vantagens pessoais.							
Datas						Tempo de Execução	
Planejamento		Execução		Relatório		Dias	Horas
Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim		
13.10.2005	11.11.2005	14.11.2005	30.11.2005	1º.12.2005	16.12.2005	44	945
Em andamento							

Ainda na área de atividade da Coordenadoria de Auditoria, cabe relatar os exames realizados pela Seção de Controle e Análise de Custos, referentes aos contratos firmados pelo TSE. Essa importante avaliação dos custos envolvidos nas renovações e termos aditivos dos instrumentos de avença do TSE, a partir do detalhamento das planilhas de composição desses custos, compilando as mudanças na legislação tributária e seus enquadramentos aos referidos contratos celebrados, trouxe economia significativa, da ordem de R\$850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), para a gestão no exercício de 2005, em dados do mês de novembro.

Neste ano, a Secretaria de Controle Interno empenhou-se também na reciclagem e no treinamento da sua equipe, buscando aumentar os conhecimentos dos servidores nas diversas áreas de atuação do controle interno. Para tanto, os servidores participaram de vários treinamentos, entre cursos, seminários e fóruns.

Dentre os principais eventos, destaca-se o treinamento denominado *Empowerment*, que teve como escopo integrar a equipe, promover o aperfeiçoamento das capacidades técnicas e também melhor explorar as potencialidades de cada servidor. O evento contou com a participação da totalidade dos servidores.

3. Documentação e Informação

A Secretaria de Documentação e Informação (SDI), formada pelas coordenadorias de Comunicações, de Biblioteca e Editoração e de Jurisprudência, consolidou no ano de 2005 projetos implementados nos últimos anos, em especial o aperfeiçoamento dos serviços de biblioteca, jurisprudência, editoração e protocolo, bem como deu seguimento às atividades de melhoria de gestão, com foco na sistematização dos processos de trabalho, na busca permanente pela qualidade dos serviços e na melhoria do atendimento a usuários e demais clientes. A síntese dessas realizações é apresentada a seguir.

Nova página da Biblioteca Professor Alysson Mitraud

A página da biblioteca do TSE na Internet foi inteiramente reformulada, seguindo a tendência das atuais páginas eletrônicas institucionais – de leveza, harmonia de cores e fácil navegabilidade. O projeto da página foi elaborado pela Coordenadoria de Biblioteca e Editoração (Cobli) a partir de sugestões dos usuários (coletadas em pesquisa de opinião). A execução ficou a cargo da Secretaria de Informática.

Sistema Aleph

O Catálogo Público da Cobli na Internet e Intranet, concebido no *software* Aleph, está em fase de testes, e logo que implantado os usuários terão acesso a todo o acervo da coordenadoria: legislação aplicável à Justiça Eleitoral, normas internas (portarias, ordens de serviço e instruções normativas), material bibliográfico (livros, folhetos e periódicos),

materiais especiais (fitas de vídeo, DVDs, CDs-ROM e fotografias), material museográfico e dados históricos dos ministros do TSE.

Em 2005, a equipe da Cobli foi treinada para operar o Aleph nos módulos *catalogação, aquisição, periódicos, pesquisa e controle de circulação de documentos e formato Marc 21*, entre outros.

As bases de dados da Cobli, exceto a de legislação eleitoral, foram convertidas para esse novo sistema (totalizando cerca de 50 mil itens). A equipe da coordenadoria trabalha atualmente na revisão dos dados e na inclusão de novas informações no Aleph.

A Cobli definiu também, no ano de 2005, o perfil dos usuários da biblioteca (a partir de entrevistas realizadas com servidores das diversas áreas do TSE), visando a implementar no Tribunal a disseminação seletiva da informação.

Os processos de aquisição e controle de periódicos, por seu turno, estão sendo totalmente informatizados e as pesquisas feitas pela equipe da Cobli ocorrem agora simultaneamente nas bases de dados de atos/portarias, instruções normativas/ordens de serviço e legislação aplicável à Justiça Eleitoral.

Sumários de periódicos

Foram incluídos no sistema da biblioteca os sumários das revistas jurídicas e de outros periódicos especializados em Direito Eleitoral constantes do acervo do TSE. De um total de 208, já foram processados 59 títulos, correspondentes a 1.238 fascículos e 18.970 artigos. Esse serviço permite a recuperação dos artigos publicados nas revistas que fazem parte da coleção de periódicos da biblioteca.

60 Anos da Justiça Eleitoral no Brasil

Foi criado grupo de trabalho para planejar ações inerentes ao resgate e à divulgação da memória da Justiça Eleitoral, constituído de servidores do TSE e de representantes dos seguintes regionais: Paraná, Minas Gerais, Piauí e São Paulo (Portaria-TSE nº 538/2004).

Com o apoio e incentivo desse grupo, os tribunais regionais promoveram no ano de 2005 atividades comemorativas dos 60 anos

da Justiça Eleitoral, a exemplo de exposições e palestras, lançamento de revistas e livros, entre outros. No TSE, a Secretaria de Documentação e Informação coordenou a produção, pela TV Cultura, do vídeo de abertura das solenidades comemorativas dos 60 anos do TSE.

Exposições

Como parte dessas comemorações pelos 60 anos do TSE, a SDI promoveu ainda a exposição virtual *Atuação da Justiça Eleitoral Brasileira no Exterior*, realizada sob a coordenação do Centro de Memória do TSE, com leiaute desenvolvido pela Seção de Publicações Técnico-Eleitorais (SPTE). A exposição apresenta a atuação destacada e positiva da Justiça Eleitoral no cenário internacional de janeiro de 2001 a fevereiro de 2005, com realce para a utilização da urna eletrônica brasileira em diversos países.

Esse trabalho pode ser visitado na Intranet e Internet e resultou num CD-ROM da exposição. O projeto contou com o apoio da Assessoria de Assuntos Internacionais e da Assessoria de Comunicação Social.

A SDI também promoveu a exposição *60 Anos da Justiça Eleitoral no Brasil*, que retratou em painéis e objetos a história das eleições no Brasil desde a criação da Justiça Eleitoral, em 1932, até os dias atuais. As sedes dos TREs, inclusive as históricas, também figuraram no evento, idealizado pelo Centro de Memória, com concepção gráfica da Seção de Publicações Técnico-Eleitorais.

Lançamento de livro

A segunda edição atualizada do livro *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*, do historiador Manoel Rodrigues Ferreira, foi lançada no dia 1º de junho de 2005, no Centro de Memória do TSE. Produzida pela SDI, a obra é importante fonte de referência histórica em matéria eleitoral.

Arquivo digital

A digitalização de documentos, primeira etapa da transição para a era dos documentos eletrônicos, é tendência inevitável às organiza-

ções públicas. A SDI, por intermédio da Coordenadoria de Comunicações (COM), tem desenvolvido projetos visando à implantação do Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) no TSE; entre essas iniciativas estão o aperfeiçoamento do Projeto Imagem ao longo da última década, a microfilmagem eletrônica dos documentos do Tribunal e a digitalização do acervo de áudios e vídeos do TSE.

Projeto Imagem, 10 anos de sucesso

O Projeto Imagem, que teve como meta inicial digitalizar os acórdãos e resoluções do TSE, permanece em atividade há dez anos e armazena hoje cerca de 400 mil imagens. Além dos acórdãos e resoluções, há aproximadamente 54 mil outros documentos digitalizados, disponíveis para acesso na Intranet, entre os quais se incluem todas as instruções normativas, ordens de serviço, portarias e contratos do TSE.

Microfilmagem eletrônica do acervo

A microfilmagem eletrônica alia à segurança e longevidade do microfilme as facilidades da digitalização de imagens. A SDI, por intermédio da Seção de Arquivo, iniciou a microfilmagem eletrônica de todo o acervo do TSE. Encontram-se microfilmados eletronicamente e digitalizados aproximadamente 155 mil documentos, que resultam em aproximadamente um milhão e setecentas mil imagens para acesso *on-line*. Isso corresponde a 96% dos processos judiciais (originários do Tribunal) existentes no acervo e a todos os acórdãos, resoluções, portarias, ordens de serviço, instruções normativas, atas e boletins internos referentes ao período de 1945 a 2004.

Digitalização do acervo de áudio e vídeo

Foram digitalizadas, pela Seção de Arquivo, aproximadamente 1.350 horas de gravação em áudio das sessões do Tribunal e aproximadamente 1.400 horas de gravação em vídeo, seguindo a tendência atual de digitalização de conteúdos como prática para facilitar o acesso a documentos e registros. O conteúdo desse material

são entrevistas, documentários, solenidades, eventos e palestras relacionados às atividades do TSE.

Arquivo

A SDI, em parceria com a Secretaria de Informática, desenvolveu o Sistema de Gestão do Arquivo (SGARQ), para o gerenciamento integrado de todos os documentos existentes no arquivo do Tribunal. O SGARQ foi, até agora, alimentado com 88 mil documentos, classificados e avaliados em conformidade com a Portaria-TSE nº 370/2003.

O sistema oferece recursos modernos e eficientes de busca, controle e localização de documentos. A Seção de Arquivo pode assim controlar não só os documentos protocolizados, mas também os documentos sem protocolo, em qualquer mídia, com seus anexos e volumes, além de aliar recursos de busca com os de localização automática de documentos microfilmados ou digitalizados.

Por meio do SGARQ é possível gerar automaticamente catálogos seletivos, inventários, listas de descarte, termos de transferência e de recolhimento, e ainda fazer a reclassificação, descrição, impressão de espelhos identificadores, utilização de códigos de barra e *blips* de localização.

Publicações do TSE

O ano de 2005 foi marcado pela consolidação da SDI como unidade responsável pelas edições do TSE. Além da publicação de mais de duzentos impressos no ano, entre livros, folhetos, jornais e periódicos, a secretaria aprimorou a produção de publicações eletrônicas, em CD-ROM e/ou concebidas para a Internet, bem como deu apoio às demais unidades do TSE na confecção de convites, medalhas, manuais, painéis de exposição, etc.

Foram, dessa forma, editorados pela Seção de Publicações Técnico-Eleitorais 40 números do *Informativo TSE*; 40 informativos eletrônicos; 12 números do *Boletim Interno*; 6 números da revista *Jurisprudência do TSE*; 16 volumes da série *Jurisprudência do TSE – Temas selecionados*;

12 números do jornal *aconTSE*. Destacam-se ainda a editoração do livro *Reforma eleitoral: delitos eleitorais, prestação de contas (partidos e candidatos)*, contendo anteprojetos de lei modificadores de dispositivos do Código Eleitoral relativos a essas questões, e as publicações em meio impresso e eletrônico apresentadas no quadro a seguir:

Publicações impressas
Regimento Interno do TSE
Regimento Interno do TSE – 2ª edição
Relatório de Gestão – Eleições municipais 2004
Guia do usuário – 3ª edição
Prestação de contas de partidos políticos
Seminário da Justiça Eleitoral/EJE
A evolução do sistema eleitoral brasileiro (versão impressa)
Edição comemorativa dos 60 anos do Tribunal Superior Eleitoral
Cerimônia de posse dos Ministros Carlos Velloso e Gilmar Mendes
Código de conduta da CGE
Série Jurisprudência – Temas selecionados – 16 volumes (atualização)
Revista Jurisprudência do TSE, v. 15, ns. 1, 2 e 3

Publicações eletrônicas
Títulos
Série Jurisprudência – Temas selecionados – 16 volumes (atualização)
Regimento Interno do TSE – 2ª edição
Projetos sociais da Justiça Eleitoral – Atualização
Glossário eleitoral – Atualização
Revista Jurisprudência do TSE, v. 15, ns. 1, 2 e 3
A evolução do sistema eleitoral brasileiro
Exposição virtual: 60 Anos da Justiça Eleitoral
Seminário da Justiça Eleitoral/EJE
Código Eleitoral – 6ª edição

Publicações para o referendo 2005
Manual de apuração
Cartilha dos mesários
Legislação federal, instruções, consultas

Seleção de jurisprudência

Foram submetidas a seleção 3.603 decisões para alimentação da base de dados de jurisprudência (Sjur) e edição de publicações técnico-eleitorais, a exemplo do livro *Instruções do TSE – Eleições 2005* e da revista *Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (RJTSE)*. Seis

números da *RJTSE* foram organizados pela Coordenadoria de Jurisprudência (Cojur) em 2005 (n. 3 e 4 do v. 14 e n. 1 a 4 do v. 15), abrangendo o período de agosto de 2004 a novembro de 2005.

A publicação *Referendo 2005: Instruções do TSE* foi organizada pela Cojur com a legislação federal e as instruções e resoluções do TSE editadas em resposta a consultas relativas ao referendo sobre a comercialização de armas de fogo e munição. A obra foi veiculada em versão impressa e eletrônica, e está disponível na Internet/Intranet.

Indexação para a base de dados Sjur

Foram analisadas e indexadas 1.063 decisões, para integrar a base de dados do Sistema de Jurisprudência (Sjur). O processo de análise dessas decisões foi mais complexo, pois envolveu, além da indexação e catalogação de praxe, também a anotação do *Código Eleitoral anotado* e a classificação das decisões para os folhetos da série *Jurisprudência do TSE – Temas selecionados*. Hoje isso vem sendo feito pelos analistas por meio do Sistema de Automação de Distribuição para Indexadores (Sadi), que recebeu melhorias e adaptações não só para facilitar a produção das publicações geradas no âmbito da Cojur, mas também para atualizar automaticamente os registros das decisões indexadas no sistema, eliminando retrabalho.

Foram catalogadas cerca de 11.168 decisões. Neste número, estão incluídas aproximadamente 10.145 decisões de 1945 a 1996, dentre as quais 4.437 estão pendentes de lançamento no Sjur. A maior parte delas, contudo, já foi analisada para esse fim.

Pesquisa de jurisprudência

Foram atendidas 2.758 solicitações de pesquisas de jurisprudência para os públicos interno (302 solicitações) e externo (2.456 pesquisas), das quais 2.416 foram respondidas por *e-mail*.

Em comparação com anos não eleitorais anteriores, o número total de pesquisas de jurisprudência realizadas em 2005 (até 24.11) representa crescimento de 20,54% em relação a 2003 (470 pesquisas a

mais); de 75% em relação a 2001 (1.182 pesquisas a mais); e de 289,54% (2.050 pesquisas a mais) em relação a 1999.

Série Jurisprudência do TSE – Temas selecionados

A Cojur atualiza mensalmente uma série de 16 volumes com os principais temas da jurisprudência do Tribunal, denominada *Jurisprudência do TSE – Temas selecionados*. Dessa série, foram atualizados durante o ano os volumes I a III, V, VI e VIII a XV; os demais terão publicação atualizada no próximo ano.

O volume XVI (*Temas diversos*) está em fase de revisão dos textos da atualização e apresenta decisões editadas até outubro de 2005.

Em fevereiro de 2006, estarão concluídas as atualizações de todos os 16 volumes da série, contemplando decisões publicadas até dezembro de 2005, bem como aquelas relativas ao período de recesso e ao mês de janeiro de 2006.

Padronização da jurisprudência do Poder Judiciário na Internet

A Coordenadoria de Jurisprudência teve um de seus servidores designado pelo presidente do TSE para compor comissão instituída pelo presidente do Supremo Tribunal Federal com a finalidade de elaborar estudos e oferecer propostas de padronização da forma de apresentação da jurisprudência do Poder Judiciário na Internet. O relatório do grupo foi aprovado pelo presidente do STF e as páginas de teste estão sendo desenvolvidas no âmbito de cada Tribunal representado na comissão, a saber: STF, TSE, TST, STM, STJ, TRF 1ª Região e TJDF.

4. Jurisprudência do TSE (Principais alterações)

A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral sobre determinados temas passou por sensíveis alterações no ano de 2005, apontadas em análise da Coordenadoria de Jurisprudência/SDI como a seguir descritas:

Condutas vedadas a agentes públicos (art. 73 da Lei nº 9.504/97)

Prazo para representação

O Tribunal fixou, por decisão majoritária, em cinco dias o prazo para o ajuizamento das representações pertinentes às condutas vedadas a agentes públicos em campanha eleitoral dispostas no art. 73 da Lei nº 9.504/97, contados da prática do ato ou data em que o interessado dele tomar conhecimento¹, ao entendimento de que

¹1. Acórdão no Recurso Ordinário nº 748, de 24.5.2005, rel. Min. Luiz Carlos Madeira, *DJ* de 26.8.2005: "Representação eleitoral. Condutas vedadas. Lei nº 9.504/97, art. 73. Questão de ordem. Acolhimento. O prazo para o ajuizamento de representação por descumprimento das normas do art. 73 da Lei das Eleições é de cinco dias, a contar do conhecimento provado ou presumido do ato repudiado pelo representante. Recurso ordinário. Representação. Intempestividade. Recurso desprovido"; 2. Acórdão no Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 21.508, de 8.9.2005, rel. Min. Luiz Carlos Madeira, *DJ* de 4.11.2005: "Agravo regimental no recurso especial (art. 73, I, da Lei nº 9.504/97). Eleição de 2002. Recebimento como ordinário. Perda do interesse de agir (RO nº 748/PA). Representação substitutiva de recurso contra expedição de diploma ou de ação de impugnação de mandato eletivo. Inadmissibilidade. Fundamentos do despacho não infirmados. Desprovido. É inadmissível dar à representação, por prática de conduta vedada, efeito substitutivo do recurso contra expedição de diploma ou da ação de impugnação de mandato eletivo. Esgotados os prazos destes, incabível aquela para os mesmos efeitos. Agravo regimental a que se nega provimento".

“o não-cumprimento deste prazo e a conseqüente omissão em buscar a imediata providência judicial, para fazer cessar a conduta, caracterizaria falta de interesse processual do representante”², e de que “esse prazo busca inibir as representações oportunistas, das quais se vale o interessado justamente no momento mais oportuno e conveniente do ponto de vista político”³.

Potencialidade e proporcionalidade

A exigência ou não de potencialidade de as condutas vedadas a agentes públicos em campanha influírem no resultado da eleição para fins da caracterização de violação ao art. 73 da Lei nº 9.504/97 foi tema de grandes debates no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral durante o ano e se encontra ainda em efervescência. A jurisprudência firmada pelas composições anteriores da Corte, no sentido da inexigibilidade de aferir-se tal potencialidade⁴, encontra posições con-

²Decisão monocrática no Recurso Especial Eleitoral nº 21.508, de 3.6.2005, rel. Min. Luiz Carlos Madeira, *DJ* de 14.6.2005, p. 199.

³Decisão monocrática na Medida Cautelar nº 1.663, de 27.5.2005, rel. Min. Gilmar Mendes, *DJ* de 1^a.6.2005, p. 86.

⁴1. Acórdão no Recurso Especial Eleitoral nº 24.862, de 9.6.2005, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, rel. designado Min. Luiz Carlos Madeira, *DJ* de 16.9.2005, p. 172: “Recurso especial. Representação. Conduta vedada. Caracterização. Incidência do § 5^o do art. 73 da Lei nº 9.504/97. Para a caracterização de violação ao art. 73 da Lei nº 9.504/97, não se cogita de potencialidade para influir no resultado do pleito. A só prática da conduta vedada estabelece presunção objetiva da desigualdade. Leva à cassação do registro ou do diploma. Pode ser executada imediatamente. Recurso especial conhecido e provido”. 2. Acórdão no Recurso Especial Eleitoral nº 21.151, de 27.3.2003, rel. Min. Fernando Neves, *DJ* de 27.6.2003, p. 124: “Representação. Mensagem eletrônica com conteúdo eleitoral. Veiculação. Intranet de Prefeitura. Conduta vedada. Art. 73, I, da Lei nº 9.504/97. Caracterização. (...) 2. Para a configuração das hipóteses enumeradas no citado art. 73 não se exige a potencialidade da conduta, mas a mera prática dos atos proibidos. (...) Recurso especial não conhecido”. 3. Acórdão no Recurso Especial Eleitoral nº 21.380, de 29.6.2004, rel. Min. Luiz Carlos Madeira, *DJ* de 6.8.2004, p. 164: “Recurso especial. Eleição 2000. Representação. Conduta vedada. Propaganda institucional (art. 73, VI, b, da Lei nº 9.504/97). Quebra do princípio da impessoalidade (art. 74 da Lei nº 9.504/97, c.c. o art. 37, § 1^o, da Constituição Federal). Competência da Justiça Eleitoral. (...)”

trárias na atual composição do Tribunal, havendo também decisões no sentido de observar-se⁵ a proporcionalidade na aplicação das penalidades para a prática de tais condutas.

Execução de decisões fundadas nos arts. 41-A e 73 da Lei nº 9.504/97

A jurisprudência do Tribunal sobre a execução das decisões proferidas em representações por captação ilícita de sufrágio e condutas vedadas a agentes públicos (arts. 41-A e 73 da Lei nº 9.504/97) sofreu sensível alteração. Passou a determinar que, nesses casos, a execução deve aguardar a publicação do acórdão⁶ e, no caso de oposição de

Para a caracterização de violação ao art. 73 da Lei nº 9.504/97 não se cogita de potencialidade para influir no resultado do pleito. A só prática da conduta vedada estabelece presunção objetiva da desigualdade. Leva à cassação do registro ou do diploma. Pode ser executada imediatamente. (...) Recurso conhecido e a que se dá provimento para cassar o diploma do prefeito, estendendo-se a decisão ao vice-prefeito.”

⁵1. Acórdão no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 5.282, de 16.12.2004, rel. Min. Gilmar Mendes, *DJ* de 3.6.2005, p. 141: “Agravo regimental. Agravo de instrumento. Propaganda institucional. (...) Divulgação, em boletim oficial municipal, de atos meramente administrativos, sem referência a nome nem divulgação de imagem do candidato à reeleição. Inexistência de conotação eleitoral. Não-configuração da conduta descrita no art. 73, VI, *b*, da Lei nº 9.504/97. Observância ao princípio da proporcionalidade. Agravos regimentais desprovidos”. 2. Acórdão no Agravo de Instrumento nº 5.343, de 16.12.2004, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, *DJ* de 4.3.2005, p. 114: “Agravo de instrumento. Eleições 2004. Provimento. Recurso especial. Representação. Propaganda irregular. Caracterização. Registro. Art. 73, Lei nº 9.504/97. Princípio da proporcionalidade. Não-provimento. (...) O dispositivo do art. 73, § 5º, da Lei nº 9.504/97, não determina que o infrator perca, automaticamente, o registro ou o diploma. Na aplicação desse dispositivo reserva-se ao magistrado o juízo de proporcionalidade. Vale dizer: se a multa cominada no § 4º é proporcional à gravidade do ilícito eleitoral, não se aplica a pena de cassação”.

⁶1. Acórdãos nos agravos regimentais nas petições nºs 1.649 e 1.650, de 9.8.2005, rel. Min. Carlos Velloso, *DJ* de 2.9.2005: “Petição. Decisão do TSE. Execução. Acórdão. Publicação. Necessidade”; 2. Acórdão no Recurso Especial Eleitoral nº 25.289, de 25.10.2005, rel. Min. Caputo Bastos, *DJ* de 18.11.2005: “Recursos especiais. Procedência. Representação. Captação ilícita de sufrágio. Art. 41-A da Lei nº 9.504/97. Cassação. Registro. Candidato. Determinação.

embargos de declaração, a publicação do acórdão dos embargos⁷, o que não era exigido pela jurisprudência até então.

Nova eleição com base no art. 224 do Código Eleitoral e participação do candidato que deu causa à nulidade da primeira eleição

O Tribunal reformulou sua jurisprudência para assentar a possibilidade de participação, na nova eleição realizada em razão de a nulidade ter atingido mais da metade da votação (art. 224 do Código Eleitoral), de candidato que tenha dado causa à nulidade, desde que esse candidato não esteja inelegível por efeito de lei ou de sentença com trânsito em julgado⁸, restabelecendo entendimento já manifestado pelo Tribunal em 2001⁹. Desde então, a juris-

Renovação. Eleições. Art. 224 do CE. Alegação. Exigência. Diplomação. Segundo colocado. Descabimento. Anulação. Superioridade. Metade. Votação. Alegação. Ausência. Prequestionamento. Matéria. Referência. Renovação. Eleições. Alegação. Violação. Art. 415 do CPC. Improcedência. 1. Recursos aos quais se nega provimento". Decisão: "O Tribunal, por unanimidade, conheceu parcialmente dos recursos e, nesta parte, lhes negou provimento, nos termos do voto do relator, mantendo a liminar que suspendeu a realização de novas eleições no Município de Afonso Bezerra/RN, até a publicação do presente acórdão".

⁷Decisão monocrática proferida pelo Min. Gilmar Mendes na Medida Cautelar nº 1.716, de 27.9.2005, rel. Min. Carlos Velloso, *DJ* de 3.10.2005, p. 63.

⁸Acórdão no Recurso Especial Eleitoral nº 25.127, de 17.5.2005, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, *DJ* de 12.8.2005: "Eleição majoritária. Nulidade. Nova eleição. Código Eleitoral, art. 224. Candidato que teve seu diploma cassado. Registro para a nova eleição. Deferimento. (...) II – Nada impede a participação de candidato que deu causa à nulidade da primeira eleição, desde que não esteja inelegível, por efeito de lei ou sentença com trânsito em julgado. III – Resolução de TRE não pode criar casos de inelegibilidade".

⁹1. Acórdão na Medida Cautelar nº 995, de 22.5.2001, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, *DJ* de 8.6.2001: "Direitos Eleitoral e Processual. Cautelar. Registro de candidato ao cargo de prefeito. Nova eleição (CE, art. 224). Liminar deferida. (...) II – A jurisprudência desta Corte, na hipótese sob o comando do art. 224, CE, é no sentido de que podem participar do processo eleitoral até mesmo candidatos que tenham dado causa à anulação da eleição anterior. III – Enquanto ainda em tramitação recurso contra decisões pendentes de julgamento final, não se há de falar em trânsito em julgado. IV – Estando o requerente, no caso, no pleno gozo dos seus direitos políticos, defere-se a liminar para que seja incluído o seu nome

prudência não vinha admitindo a participação desses candidatos na nova eleição¹⁰.

Número de vereadores

A fixação do número de vereadores por parte do Tribunal Superior Eleitoral através das resoluções nºs 21.702 e 21.803 teve grande repercussão nas eleições municipais de 2004. A constitucionalidade dessas resoluções, assentada em reiteradas decisões deste Tribunal¹¹,

no sistema eletrônico de votação e lhe seja permitido exercer atos próprios da campanha eleitoral, até o julgamento do recurso especial, ou ato jurídico superveniente”; 2. Acórdão no Recurso Especial Eleitoral nº 19.420, de 5.6.2001, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, publicado em sessão em 5.6.2001: “Direitos Eleitoral e Processual. Recurso especial. Registro de candidato ao cargo de prefeito. Nova eleição (CE, art. 224). Recurso provido. (...) II – A jurisprudência desta Corte, na hipótese sob o comando do art. 224, CE, é no sentido de que podem participar do processo eleitoral até mesmo candidatos que tenham dado causa à anulação da eleição anterior. III – Enquanto ainda em tramitação recurso contra decisões pendentes de julgamento final, não se há de falar em trânsito em julgado, estando o recorrente, no caso, no pleno gozo dos seus direitos políticos (art. 41-A da Lei nº 9.504/97 c.c. art. 1º, I, d, da Lei Complementar nº 64/90).”

¹⁰1. Acórdão no Recurso Especial Eleitoral nº 19.878, de 10.9.2002, rel. Min. Luiz Carlos Madeira, publicado em sessão de 10.9.2002: “Eleição majoritária municipal. Renovação. Art. 224 do Código Eleitoral. Prefeito e vice-prefeito que tiveram seus diplomas cassados por ofensa ao art. 41-A da Lei nº 9.504/97. Registros. Indeferimento. (...) Aquele que tiver contra si decisão com base no art. 41-A não poderá participar da renovação do pleito, por haver dado causa a sua anulação. Observância ao princípio da razoabilidade. Recursos especiais conhecidos pela divergência, a que se negam provimento, confirmando a decisão que indeferiu os registros dos recorrentes”; 2. Acórdão no Recurso Especial Eleitoral nº 19.825, de 6.8.2002, rel. Min. Fernando Neves, publicado em sessão de 6.8.2002: “Eleições majoritárias municipais. Abuso do poder. Investigação judicial e recurso contra diplomação. Diploma cassado. Renovação. Art. 224 do Código Eleitoral. Pedido de registro pelo mesmo candidato. Indeferimento. Alínea d do inciso I do art. 1º e art. 15 da LC nº 64/90. Não-aplicação. Situação excepcional. 1. Na hipótese de renovação da eleição, com base no art. 224 do Código Eleitoral, quando o candidato eleito tiver tido seu diploma cassado por abuso do poder, ainda que por decisão sem trânsito em julgado, o registro desse mesmo candidato deve ser indeferido, não se aplicando o disposto na alínea d do inciso I do art. 1º e no art. 15 da LC nº 64/90, devido à excepcionalidade do caso”.

¹¹Acórdão no Recurso em Mandado de Segurança nº 362, de 12.5.2005, rel. Min. Marco Aurélio, rel. designado Min. Cezar Peluso: “Eleição de 2004. Câmara de Vereadores.

foi confirmada neste ano pelo Supremo Tribunal Federal, que, por maioria, julgou improcedentes as ações diretas de inconstitucionalidade nºs 3.345/DF e 3.365/DF contra elas propostas.

Referendo sobre a comercialização de armas de fogo e munição

Além da legislação federal aplicável, o referendo sobre a proibição ou não da comercialização de armas de fogo e munição no Brasil realizou-se sob a égide de regulamentação elaborada pelo Tribunal, de forma semelhante à regulamentação das eleições, com normas que abrangeram temas como a propaganda das frentes parlamentares, a arrecadação e aplicação de recursos, a prestação de contas e as pesquisas relativas ao referendo, entre outros.

A jurisprudência do Tribunal, nos casos concretos que foram submetidos a julgamento, pautou-se por assegurar o amplo debate de idéias¹² e recusar a censura prévia¹³ no exercício do poder de polícia da

Cadeiras. Número. Fixação. Tribunal Superior Eleitoral. Resoluções nºs 21.702 e 21.803. Constitucionalidade reconhecida. Denegação do pedido de mandado de segurança. Recurso ordinário provido para esse fim. Voto vencido. Não são inconstitucionais as resoluções nºs 21.702 e 21.803, baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral”.

¹²1. Acórdão no Agravo Regimental na Representação nº 826, de 20.10.2005, rel. Min. José Delgado, publicado em sessão de 20.10.2005: “Referendo. Direito de resposta. Propaganda. 1. O direito de resposta, em caso de propaganda eleitoral, só deve ser concedido quando fica demonstrada, à saciedade, prática de ato violador da lei. 2. É salutar ao processo eleitoral o debate amplo sobre as idéias apresentadas pelas partes. 3. Agravo regimental improvido”. 2. Acórdão no Agravo Regimental na Representação nº 817, de 20.10.2005, rel. Min. José Delgado, publicado em sessão de 20.10.2005: “Agravo regimental. Direito de resposta. Propaganda. Não-infringência do art. 11 da Res.-TSE nº 22.032/2005. Improcedência. 1. Não havendo demonstração inequívoca de que houve divulgação de conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, não se concede, com base no art. 11 da Res.-TSE nº 22.032/2005, direito de resposta. 2. É da natureza do debate de idéias o exercício de crítica veemente, como forma de discordar dos pontos de vista apresentados pela parte contrária. 3. O processo dialético, desde que exercido nos limites do respeito aos direitos individuais e institucionais, deve ser assegurado de modo amplo, sem submissão ao exercício do poder de polícia. 4. Agravo regimental improcedente”.

¹³1. Acórdão no Agravo Regimental na Representação nº 786, de 20.10.2005, rel. Min. José Delgado, publicado em sessão de 20.10.2005: “1. Propaganda.

propaganda. Reafirmou também a competência do Tribunal para fixar a data das consultas populares, estabelecida na Lei nº 9.709/98, diante de ação em que se questionava a realização do referendo em dia diverso do previsto no Decreto Legislativo nº 780/2005¹⁴.

Referendo 2005. Exercício do poder de polícia. 2. As principais linhas do nosso ordenamento jurídico, todos sustentados nos postulados regedores da democracia, não permitem que, a título do exercício do poder de controlar a propaganda eleitoral, iniba-se a manifestação ou a participação de entidades privadas em referendo destinado a apurar a vontade popular quanto ao comércio de armas e, conseqüentemente, ao desarmamento. 3. Princípio da igualdade não violado. 4. Improvimento do agravo regimental". 2. Acórdão no Agravo Regimental na Representação nº 803, de 11.10.2005, rel. Min. Marcelo Ribeiro, publicado em sessão de 11.10.2005: "Representação visando à suspensão de transmissão de novela em emissora de televisão. Alegada intenção de se utilizar a novela como meio para difundir opinião favorável à tese do sim no próximo referendo não comprovada. O controle de eventuais abusos na expressão artística e na manifestação do pensamento só se pode dar *a posteriori*, sob pena de se instituir injurídica censura prévia. Representação que se julga improcedente. Agravo regimental improvido".

¹⁴Acórdão no Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 3.395, de 3.11.2005, rel. Min. Caputo Bastos, *DJ* de 18.11.2005: "Mandado de segurança. Pretensão. Suspensão. Referendo. Decreto Legislativo nº 780. Alteração. Data. Res.-TSE nº 22.030. Fixação. Ocasão diversa. Inconstitucionalidade e ilegalidade. Improcedência. Competência. Justiça Eleitoral. Art. 8º, inciso I, Lei nº 9.709/98. 1. Em que pese a data consignada no Decreto Legislativo nº 780, editado pelo Congresso Nacional, o art. 8º, inciso I, da Lei nº 9.709/98 – diploma que regulamenta o art. 14 da Constituição Federal –, é claro ao dispor que a fixação da data da consulta popular compete ao Tribunal Superior Eleitoral. 2. De outra parte, todas as providências enumeradas nesse dispositivo legal são de responsabilidade da Justiça Eleitoral, e não do presidente do Congresso Nacional. 3. A convocação do referendo foi devidamente efetuada pelo Congresso Nacional, por meio do aludido decreto legislativo, tendo sido dada ciência a esta Justiça Especializada para adoção das medidas necessárias à implementação da consulta. Agravo regimental a que se nega provimento".

5. Informática

À Secretaria de Informática (SI) compete planejar, coordenar e supervisionar as atividades de consultoria e planejamento em informática, desenvolvimento de sistemas, editoração eletrônica, suporte técnico, disseminação de informação e de bases de dados e orientação técnica às unidades que compõem a rede do Tribunal e, no âmbito da Justiça Eleitoral, propor diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução dessas atividades.

As principais atividades desenvolvidas pela SI no ano de 2005 foram:

- elaboração do plano diretor e edital para o cadastramento de eleitores utilizando a tecnologia de biometria;
- planejamento, preparação e execução do referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munição no Brasil;
- preparação do processo das eleições 2006;
- planejamento e implementação do processo para a certificação CCMI nível 2;
- atualização do parque computacional;
- controle e aprimoramento dos processos da SI;
- realização do V Seminário de Informática da Justiça Eleitoral.

Assessoria de Planejamento de Informática (Asplan)

À Assessoria de Planejamento de Informática compete elaborar e coordenar a execução do Plano Diretor de Informática; elaborar o planejamento das atividades relativas ao desenvolvimento de sistemas de informática; acompanhar os projetos em execução na secretaria; propor normas e procedimentos para a elaboração e acompanhamento de planos

anuais e plurianuais, concernentes às unidades integrantes do Sistema de Informática; proceder à gestão dos contratos firmados com as empresas prestadoras de serviços na área de informática.

As principais atividades desenvolvidas pela Asplan no ano de 2005 foram:

- levantamento das atividades e necessidades da Secretaria de Informática para o referendo 2005;
- levantamento e elaboração de planilhas e gráficos mensais de horas-extras, custos realizados, no âmbito da Secretaria de Informática, durante período de preparação do referendo 2005;
- acompanhamento, gestão e fiscalização da execução dos contratos de interesse da Secretaria de Informática;
- planejamento e elaboração do orçamento 2006;
- elaboração dos projetos básicos de aquisição de lacres, etiquetas e envelopes de segurança e cabinas de votação para o referendo 2005;
- verificação, assessoria e participação na comissão especial, criada pela Presidência da República, para acompanhar o processo de registro da patente da urna eletrônica;
- participação nos grupos de trabalho dos sistemas da urna eletrônica e de totalização;
- modelagem de processos e mapeamento das seções da SI, utilizando a ferramenta ARIS ToolSet;
- atualização dos projetos da Secretaria de Informática no Sigplan;
- planejamento, coordenação e execução do projeto na Coppetec, visando a certificação CMMI;
- planejamento, administração e coordenação do evento *Acompanhamento das fases de especificação e desenvolvimento dos programas a serem utilizados no referendo 2005*, bem como do *Evento de análise, assinatura digital e lacração dos programas*;
- levantamento de informações sobre o registro dos sistemas eleitorais no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi);
- levantamento de informações sobre o Projeto Melhoria do Processo de *Software* Brasileiro – MPS.BR junto à Sociedade para Promoção da Excelência do *Software* Brasileiro (Softex); e
- levantamento de informações sobre o recadastramento eleitoral

de 1986, visando auxiliar na elaboração das resoluções para a atualização do cadastro eleitoral e a implantação da nova identificação do eleitor.

Coordenadoria de Sistemas Eleitorais (CSE)

À Coordenadoria de Sistemas Eleitorais compete planejar, coordenar e executar as atividades de desenvolvimento, implantação e manutenção dos sistemas de alistamento eleitoral, de eleições e de estatística e exercer as atividades de busca de soluções técnicas de informática junto ao mercado.

- As principais atividades desenvolvidas pela CSE em 2005 foram:
- planejamento, análise, desenvolvimento, execução e suporte aos sistemas de informática utilizados no referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munição no Brasil;
 - início do planejamento, análise e desenvolvimento dos sistemas de informática que serão utilizados nas eleições 2006;
 - consultoria para a realização de eleições no exterior;
 - planejamento, análise, desenvolvimento, execução e suporte aos sistemas de informática usados no cadastramento de eleitores.

Coordenadoria de Sistemas Administrativos (CSA)

À Coordenadoria de Sistemas Administrativos compete planejar, coordenar e executar as atividades de desenvolvimento, implantação e apoio aos usuários dos sistemas administrativos no âmbito da Justiça Eleitoral.

As principais atividades desenvolvidas pela CSA no ano de 2005 foram:

- desenvolvimento do Sistema de Prestação de Contas e Divulgação de Resultados do Referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munição no Brasil;
- desenvolvimento da nova versão dos sistemas:
 - Acompanhamento de Contratos (Siac);
 - Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP);
 - Jurisprudência (Sjur);

- Gestão de Atos Administrativos (Sigad);
- desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária (Segue);
- desenvolvimento do Datamart (estatística e resultado) do referendo 2005; SADP; eleições 1998 e eleições 1999;

Coordenadoria de Produção e Suporte (CPS)

À Coordenadoria de Produção e Suporte compete planejar, coordenar e executar as atividades de produção, de suporte operacional, de administração de banco de dados, e controlar a qualidade dos serviços informatizados no âmbito da Justiça Eleitoral.

As principais atividades desenvolvidas pela CPS no ano de 2005 foram:

- operacionalização dos bancos de dados dos sistemas administrativos do TSE, cadastro eleitoral e das eleições nos TREs e TSE;
- migração da base de dados para novas plataformas Linux e Oracle 10G;
- implementação dos bancos de dados para o referendo no ambiente TSE, TREs e zonas eleitorais;
- migração dos servidores dos sistemas eleitorais do TSE e TREs, da plataforma RISC/HP-UX para Itanium/Linux;
- suporte nas atividades referentes ao referendo 2005;
- desenvolvimento de projeto para permitir o acesso seguro da Internet aos sistemas administrativos disponibilizados na Intranet da Justiça Eleitoral;
- instalação de microcomputadores, impressoras *laser* monocromático, policromáticas e jato de tinta, *scanners* e outros bens em substituição aos mais antigos e defeituosos;
- adequação do laboratório e especialização de técnicos do setor para manutenção dos equipamentos sem garantia e em uso no TSE.

6. Orçamento e Finanças

Cumprindo seu papel de planejar, coordenar e supervisionar as atividades de administração orçamentária, financeira e contábil, a Secretaria de Orçamento e Finanças, coerente com a filosofia de gestão compartilhada, vem-se valendo do planejamento orçamentário para aperfeiçoar a qualidade da alocação dos recursos disponíveis, contribuindo para uma melhor focalização das ações a serem implementadas. Nesse contexto, busca-se uma visão de médio prazo na gestão dos recursos com o intuito de alcançar soluções adequadas para as questões estratégicas definidas pela Justiça Eleitoral. Assim, a participação de todos os tribunais regionais eleitorais na discussão dessas questões ganha relevância e enriquece o processo de elaboração, acompanhamento e execução do orçamento.

Orçamento ordinário 2005

Em 2005, em face do orçamento ordinário autorizado em 2004, observou-se um incremento nas dotações da ordem de 19%. A majoração observada está relacionada tanto aos efeitos do ingresso dos novos servidores (previsto pela Lei nº 10.842/2004), quanto pela ação da Justiça Eleitoral no convencimento do Poder Executivo e do Congresso Nacional quanto as suas necessidades.

Dando continuidade às ações voltadas para a melhoria da infraestrutura física da Justiça Eleitoral, foram alocados recursos da ordem de R\$30 milhões, visando à construção e aquisição de imóveis destinados a cartórios, depósitos de urnas e sedes, entre estas a futura sede do Tribunal Superior Eleitoral.

No transcurso do exercício financeiro, não se verificou o incremento das dotações da rubrica *Outros Custeios e Capital* por meio de aportes adicionais de créditos.

Fruto do esforço empreendido pela Justiça Eleitoral em organizar a alocação dos recursos de forma mais eficiente, foram remanejados créditos na ordem de R\$77,9 milhões entre as unidades componentes do órgão. Dos valores disponibilizados, R\$37,8 milhões foram alocados na ação Gestão e Administração do Programa; R\$24,5 milhões nas ações financiadoras de benefícios ao servidor; R\$1,8 milhão em capacitação de RH; R\$0,8 milhão para obras em andamento e R\$13,0 milhões em obras novas.

É digno ressaltar, no âmbito das ações de auxílio ao servidor, a consecução dos recursos necessários à majoração do auxílio-alimentação retroativo a 1º de maio, no percentual de 10,92%, e do benefício de assistência pré-escolar, no percentual de 32,35%.

Com o escopo de atender aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi contingenciado no orçamento ordinário da Justiça Eleitoral, na ação Gestão e Administração do Programa, o valor de R\$10,8 milhões.

Por solicitação da Secretaria de Orçamento Federal, com o fim de auxiliar o fechamento das despesas com pessoal e encargos sociais do ano de 2005, no âmbito da União, a Justiça Eleitoral ofereceu R\$19,0 milhões oriundos em parte do valor contingenciado pela Justiça Eleitoral e parcela dos saldos orçamentários observados na ação Pleitos Eleitorais.

Em pessoal e encargos sociais, a Lei Orçamentária de 2005 consignou em favor da Justiça Eleitoral dotações orçamentárias no montante de R\$1.673,0 milhões, sendo R\$1.643,0 milhões para financiamento da folha normal de pagamento dos servidores e R\$30,0 milhões para pagamento de gratificações, jetons e serviços extraordinários relativos ao processo de preparação do referendo sobre a comercialização de armas de fogo e munição.

Acréscimos posteriores foram obtidos por intermédio de créditos suplementares: R\$6,9 milhões destinados à majoração do subsídio da magistratura (Lei nº 11.143/2005) e R\$20,0 milhões para reforço da dotação destinada ao referendo, ainda em tramitação no Congresso Nacional.

Satisfeitas as necessidades orçamentárias relativas às despesas ordinárias do exercício, as disponibilidades no valor de R\$121,3 milhões foram prioritariamente destinadas ao pagamento da alteração do divisor de cálculo para serviços extraordinários, R\$50,3 milhões, e incorporação de quintos relativa ao exercício de 2005, R\$27,9 milhões, visto serem débitos de menor valor, passíveis de quitação neste exercício.

O saldo remanescente, no montante de R\$43,0 milhões, foi direcionado para a quitação dos sete menores passivos decorrentes da conversão da remuneração dos servidores em URV e pagamento de 20% dos passivos da mesma natureza nas demais unidades.

Referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munição no Brasil

Com uma dotação de R\$202,0 milhões, a realização do referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munição no Brasil realizou-se sem ocorrências na área orçamentária. Do valor total de R\$190,9 milhões disponibilizados aos TREs, foram empenhados até 28 de novembro R\$158,6 milhões (cf. base Siafi).

Orçamento 2006

Com base no planejamento orçamentário para 2006, cujas prioridades são: realização das eleições gerais; ampliação da rede própria de atendimento e melhoria das condições de trabalho dos servidores; melhoria do desempenho funcional e efetivação do quadro próprio, especialmente nas unidades de atendimento (cartórios), os referenciais monetários para o próximo exercício totalizam R\$3.074,3 milhões, sendo R\$2.396,3 milhões para o custeio das despesas ordinárias e R\$547,7 milhões para a realização das eleições de 2006.

Com relação à elaboração da proposta orçamentária da Justiça Eleitoral para 2006, destaca-se a estrutura gerencial de captação das informações implementada por meio do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária (Sigo), desenvolvido em conjunto pelas áreas de planejamento, orçamento e finanças e informática desta Corte e dos tribunais regionais eleitorais.

Tendo como motivação principal superar os entraves decorrentes de um acompanhamento de gastos dissociado do alcance de resultados e a melhoria da eficiência alocativa dos recursos, essa nova estrutura gerencial de captação possibilitou, em um primeiro momento, a segregação dos dispêndios previstos para 2006 em despesas de funcionamento no valor de R\$309,6 milhões, benefícios ao servidor com R\$161,4 milhões e ações estratégicas no total de R\$66,4 milhões.

Entre as ações estratégicas elencadas, merece destaque a programação de R\$52,0 milhões para obras e aquisições, mais um passo na busca de soluções para a questão da infra-estrutura imobiliária da Justiça Eleitoral, pois contempla 70 ações dentre projetos novos e obras em andamento, dos quais destaca-se a destinação de R\$20,0 milhões para a construção do Edifício Sede do Tribunal Superior Eleitoral. Para a seleção dos projetos, foi utilizado o mapeamento da situação imobiliária da JE, elaborado em conjunto com os tribunais regionais eleitorais, que possibilitou a eleição de critérios auxiliares para a definição de prioridades em função de diversas variáveis, tais como: estado de conservação, tipo de ocupação (próprio, alugado, cedido), imóvel com devolução solicitada pelo órgão cedente, número de eleitores atendidos, entre outras. Este mapeamento foi o embrião para o desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento de Imóveis (Gerim), ora em fase de conclusão neste Tribunal.

Cabe ressaltar também a alocação de R\$5,6 milhões para continuidade da implantação da rede de alta velocidade via satélite da Justiça Eleitoral.

Com fundamento no inciso IV do art. 38 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/95), estimou-se para o custeio do Fundo de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) dotação da ordem de R\$117,8 milhões.

Com referência a pessoal e encargos sociais, da dotação de R\$2.021 milhões, alocada no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2006, estão programadas dotações no valor de R\$1.605,7 milhões, relativo à manutenção dos gastos atuais do órgão, acrescido de crescimento vegetativo, outras despesas variáveis, impacto decorrente da majoração da gratificação de atividade judiciária (GAJ), e o aumento dos subsídios da magistratura.

Não houve previsão de recursos para a reestruturação das secretarias, objeto do Projeto de Lei nº 4.692/2004, aprovado pelo Senado Federal, que criará cargos efetivos e em comissão e funções de confiança nas secretarias dos tribunais.

Quanto a passivos (reconhecimento de valores a serem incorporados na remuneração atual dos servidores ou referente a exercícios anteriores em virtude de decisões administrativas ou judiciais), ponto crítico no âmbito da Justiça Eleitoral, igualmente não foi previsto orçamento. Alguns passivos já se arrastam há anos e conseqüentemente vêm-se avolumando de forma acentuada, em razão da incidência de correção monetária e juros sobre os montantes nominais. O volume de passivos da Justiça Eleitoral (cf. dados de abril de 2005) alcança o montante de R\$1.131,0 milhões.

Nesse mesmo levantamento, evidencia-se que 45%, ou R\$554,4 milhões, referem-se à correção monetária e juros. Outro dado a destacar é que cerca de 87% dos processos de concessão de passivos já estão concedidos, seja por via administrativa ou judicial.

Foram alocadas em “erros e omissões”, sob a administração desta secretaria, dotações orçamentárias no valor de R\$304,1 milhões, sendo R\$51,0 milhões em custeios e R\$253,1 milhões em pessoal, para que, no decorrer do exercício de 2006, sejam remanejados para os tribunais regionais, na medida da efetiva ocorrência dos eventos relacionados aos provimentos dos cargos vagos.

Eleições gerais 2006

Para o custeamento dos atos preparatórios e realização dos pleitos gerais de 2006, a Justiça Eleitoral conta com dotação no montante de R\$547,7 milhões.

Para a estimativa do valor necessário ao custeio das eleições gerais de 2006, na rubrica *Outros Custeios e Capital* da ação Pleitos Eleitorais, adotou-se como parâmetro de piso o valor despendido para a realização dos pleitos municipais de 2004, atualizado a preços médios de 2005 pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-E/IBGE), à razão de 7,3%, perfazendo o total de R\$266,3 milhões.

A adoção do critério referido justificou-se em razão da inexistência, no momento de elaboração da proposta, de planejamen-

to orçamentário que contemplasse a integralidade das ações necessárias à realização das eleições gerais de 2006.

Na projeção da necessidade de recursos de pessoal para o pagamento de serviços extraordinários, jetons e gratificações adicionais, que totalizaram R\$162,2 milhões, foi mantida a metodologia de distribuição de dotações que vem sendo utilizada desde 2000 e que atende ao planejamento da Justiça Eleitoral.

Com a finalidade de custear as despesas de atualização e manutenção de urnas eletrônicas, foi previsto, com base nas ações discriminadas a seguir, créditos de R\$110,1 milhões.

Despesas com atualização e manutenção de urnas

Especificação	Valor (R\$ milhão)
Manutenção das urnas eletrônicas 1998, 2000 e 2002	14
Serviços técnicos da urna	45
Suprimentos para urna eletrônica	3,1
Aquisição de urnas eletrônicas 2006 e adaptação de urnas	48
Total	110,1

Também foram alocados R\$0,5 milhão para dar continuidade à implementação das ações necessárias à primeira fase do projeto de implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor, de importância vital para a segurança do processo eleitoral brasileiro, bem como R\$8,6 milhões para divulgação dos atos da Justiça Eleitoral (TV Justiça).

Administração Financeira e Contabilidade

No campo financeiro, o encerramento do exercício passado comportou, entre os procedimentos de ajustes e o cumprimento de normas, a distribuição de recursos, inclusive os destinados a Restos a Pagar, para custear suas inscrições em 2005. O exercício corrente iniciou-se com a análise das publicações oficiais, principalmente da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO 2005), visando a gerenciar os recursos destinados às despesas obrigatórias da Justiça Eleitoral, em virtude da antecipação de créditos; e a Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005 (LOA 2005), objetivando a publicação, no *Diário Oficial da*

União, do cronograma anual de desembolso mensal da Justiça Eleitoral e a sua programação financeira junto ao Tesouro Nacional.

No transcurso do exercício, a área financeira procedeu à constante otimização dos recursos recebidos do órgão central, efetivando a sua descentralização às unidades gestoras da Justiça Eleitoral, ao Fundo de Assistência aos Partidos Políticos e aos órgãos externos, primando pela transparência e impessoalidade. Além disso, foram observadas as alterações orçamentárias originadas de aprovações de créditos adicionais, além de bloqueios e desbloqueios de dotações, com finalidade de publicação de cronogramas atualizados. Gerencialmente, estão sendo desenvolvidos e aperfeiçoados vários demonstrativos de análise e controle de saldos, acompanhamento de liberações efetuadas e demandas de recursos financeiros, objetivando controlar efetivamente o seu fluxo.

Na gestão contábil, o ano de 2005 iniciou-se em meio ao cumprimento de estratégias traçadas para o encerramento do exercício de 2004 e a abertura do corrente. Em atendimento à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e a instruções da Secretaria do Tesouro Nacional, foram desenvolvidos e aprimorados os procedimentos de elaboração do relatório de gestão fiscal, emitido a cada quadrimestre, e consolidadas as informações concernentes à Prestação de Contas Anual da Justiça Eleitoral. Em relação ao processo de Tomada de Contas Anual do Tribunal Superior Eleitoral, foram iniciadas as implementações propostas pelo Tribunal de Contas da União. O cumprimento das normas de encerramento foi facilitado por uma filosofia, adotada ao longo do exercício, de orientação proativa às unidades gestoras, com constante *feedback*, prevenindo e regularizando situações irregulares e inconsistentes. Para tanto, foi utilizada principalmente a lista de discussão da SOF, via *e-mail*, importante instrumento criado para facilitar a comunicação entre os tribunais eleitorais. Entre as atribuições diárias, mereceu destaque o acompanhamento das execuções orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça Eleitoral, além da gestão fiscal, mediante uma gama de relatórios gerenciais. Igualmente relevantes foram as rotinas de supervisão dos atos e fatos da gestão contábil, padronização de registros e técnicas, validação de documentos emitidos, apuração de balanços e balancetes,

além do cadastro dos usuários da Justiça Eleitoral que utilizam os sistemas informatizados da administração pública, inerentes às áreas contábil e financeira. Esse conjunto vem proporcionando ferramentas para que a gestão contábil da Justiça Eleitoral seja regida da maneira mais judiciosa possível.

Nesse período, foi possível constatar um universo de atividades comuns às áreas financeira e contábil. A elaboração de relatórios gerenciais, a padronização de procedimentos, o cumprimento de normas de encerramento do exercício, as orientações aos tribunais e o acompanhamento de receitas e despesas foram as principais atribuições desempenhadas por ambas as áreas, para uma constante busca de eficiência, eficácia e efetividade, por meio de inovações gerenciais e metodológicas. Assim, os seus produtos e serviços foram sendo elaborados de forma cada vez mais integrada. Com o constante intercâmbio e a incessante ampliação do campo interseccional entre os dois sistemas, trilhou-se um caminho para a fusão de estratégias e objetivos, culminando na proposta de criação da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade.

7. Processamento Judiciário

À Secretaria Judiciária (SJ) compete planejar, coordenar e supervisionar as atividades referentes ao processamento dos feitos, desde a sua autuação até a respectiva baixa, nos processos de competência do Tribunal, e ainda manter registro dos partidos políticos, coordenar a publicação de acórdão e resoluções, proceder à comunicação das decisões proferidas pelos ministros relatores aos TREs e às partes interessadas, e dar cumprimento aos despachos proferidos aos feitos.

No ano de 2005, a SJ prosseguiu na consecução das metas traçadas no exercício anterior, como o aprimoramento de procedimentos, a otimização de rotinas, o desenvolvimento de projetos, a elaboração de estudos, o incremento de medidas voltadas às relações interpessoais e a capacitação constante de seu corpo gerencial.

Definida pelo Congresso Nacional a realização de consulta popular, mediante referendo, para a manifestação sobre a manutenção ou rejeição da proibição do comércio de armas de fogo e munição no território nacional, foram desenvolvidas pela SJ ações específicas ao cumprimento desse mister.

Sistemas

Considerando que o Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) é ferramenta fundamental para a execução das atividades da SJ, foram realizadas ações efetivas visando à implementação do seu aperfeiçoamento, o que contribuirá para a nova versão desse sistema, o SADP3. A conclusão do projeto está prevista para o início do ano de 2006.

No segundo semestre de 2005, foram engendrados esforços desta secretaria, com o apoio da Secretaria de Informática, para o desenvolvimento de sistema de estatística processual pela aplicação de Datamart sobre os dados do SADP. Objetiva-se atender com rapidez e correção as demandas desse assunto, sejam elas internas, representadas pelos gabinetes do Tribunal, pela Diretoria-Geral e pela Presidência, sejam externas, representadas por outros tribunais ou órgãos da administração.

Normatização

Com o objetivo de consolidar rotinas de trabalho da secretaria, foi finalizado levantamento dos procedimentos e fluxos das atividades, resultando na elaboração de Procedimentos Operacionais Padrão (Pops). Eles contribuirão decisivamente para a disseminação do conhecimento nas unidades e tornarão possíveis a impessoalidade, uniformização e excelência na prestação dos serviços.

É de se destacar como resultante desse contexto a concessão, a este Tribunal, da Certificação ISO 9001:2000, cujo processo teve início em 2004 (v. título: Uma gestão de qualidade, p. 15, deste relatório), em virtude das ações de protocolização, autuação e distribuição dos processos de *habeas corpus*, *mandado de segurança* e *medida cautelar*.

Ressalte-se, ainda, a alteração do § 1º do art. 25 do Regimento Interno do TSE, com o objetivo de suprimir dos acórdãos e resoluções a assinatura dos ministros cujos votos restaram vencidos, de modo a implementar maior celeridade à consecução dos julgados.

No que pertinente às instruções editadas por esta Corte para a regulamentação do referendo, a SJ desenvolveu estudos objetivando o aprimoramento dos procedimentos, a supressão de lacunas legais e a melhoria da redação das disposições regulamentares, o que redundou no encaminhamento de sugestões de alteração das minutas originariamente apresentadas.

Gerenciamento

Em conclusão de projeto de capacitação de pessoal desenvolvido no TSE, foi realizada a *Oficina de Líderes*, da empresa Proativa, de que

participou o corpo gerencial intermediário (chefes de seção) da secretaria. O projeto teve como intento a melhoria do desempenho profissional dos servidores na desincumbência de seus misteres gerenciais.

Constantemente preocupada em oferecer a primazia de seus serviços, mormente os relativos ao atendimento ao público interno e externo, a SJ desenvolveu, em parceria com setor competente do Tribunal, projeto de alteração de leiaute de seu setor de atendimento. Buscou-se a unificação desse serviço, de modo a concentrar suas atividades, antes prestadas isoladamente pelas unidades. Sua conclusão está prevista para o início do ano de 2006.

Destaque-se, por fim, que a SJ vem alterando seu corpo gerencial, o que efetivamente tem resultado em renovação, sem dissociar-se do seu objetivo precípuo: a excelência no cumprimento de suas atribuições, característico maior do princípio da impessoalidade, que norteia a administração pública.

Estatística processual (Resultados contabilizados até 30.11.2005)*

Estatística Geral – 2005	
Processos distribuídos	2.812
Processos julgados	2.499
pelo Tribunal	367
pelo relator	2.132
Agravos regimentais	515
Recursos extraordinários	82
Recursos ordinários	12
Embargos de declaração	174
Agravos de instrumento em recurso extraordinário	60
Autos expedidos aos TREs (baixados à origem)	1.845
Autos arquivados	926

*Dados fornecidos pela Secretaria de Informática

Distribuição de Processos por Classe		
Denominação da Classe	Total de Processos	Porcentagem do Total
Agravo de instrumento	1.159	41,22%
Ação rescisória	16	0,57%
Conflito de competência	1	0,04%
Cancelamento de partido	4	0,14%
Consulta	55	1,96%
Criação de zona eleitoral	14	0,50%
Encaminhamento de lista tripla	24	0,85%
Exceção de suspeição	2	0,07%
<i>Habeas corpus</i>	21	0,75%
Instrução	13	0,46%
Medida cautelar	132	4,69%
Mandado de segurança	98	3,49%
Processo administrativo	131	4,66%
Petição	150	5,33%
Reclamação	32	1,14%
Recurso especial eleitoral	687	24,43%
Registro de partido	4	0,14%
Recurso em <i>habeas corpus</i>	11	0,39%
Recurso em mandado de segurança	100	3,56%
Recurso ordinário	28	1%
Representação	116	4,13%
Revisão do eleitorado	14	0,50%
Total	2.812	100%

Estatística Processual do Referendo						
Processos Distribuídos por Classe e por Relator						
	Medida Cautelar	Petição (Pesquisas Eleitorais)	Petição (Matérias Diversas)	Representação	Reclamação	Total
Gerardo Grossi	1	9	3	27	1	41
José Delgado	-	9	4	25	3	41
Marcelo Ribeiro	-	8	3	18	3	32
Carlos Velloso	-	-	4	-	-	4
Caputo Bastos	-	-	1	-	-	1
Gomes de Barros	-	-	1	-	-	1
Total	1	26	16	70	7	120

Estatística Processual do Referendo					
Processos Distribuídos por Classe e por Frente Parlamentar (Pólo Ativo)					
	Medida Cautelar	Petição (Matérias Diversas)	Representação	Reclamação	Total
Frente Parlamentar Pelo Direito da Legítima Defesa	-	3	30	5	38
Frente Parlamentar Por um Brasil sem Armas	1	2	34	1	38
Total	1	5	64	6	76

Estatística Processual do Referendo						
Processos Julgados por Classe						
	Medida Cautelar	Petição (Pesquisas Eleitorais)	Petição (Matérias Diversas)	Representação	Reclamação	Total
Pelo relator	1	26	11	53	7	98
Pelo Tribunal	-	-	2	17	-	19
Total	1	26	13	70	7	117

Quadros Estatísticos das Sessões do TSE (dados fornecidos pela Secretaria de Sessões)

Total de sessões realizadas: 129

Mês	Ordinária	Administrativa	Extraordinária	Extra Adm.	Solene
Fevereiro	7	4	0	0	0
Março	7	6	0	0	1
Abril	6	6	0	0	1
Maio	7	5	0	0	0
Junho	8	6	0	0	1
Julho	0	0	1	0	0
Agosto	8	7	1	1	0
Setembro	9	9	0	0	0
Outubro	7	7	0	1	0
Novembro	7	6	0	0	0
Total	66	56	2	2	3

Total de processos julgados em sessão: 960

Mês	Ordinária	Administrativa	Extraordinária	Extra Adm.	Solene
Fevereiro	71	27	0	0	0
Março	75	25	0	0	0
Abril	62	15	0	0	0
Maio	98	19	0	0	0
Junho	95	12	0	0	0
Julho	0	0	1	0	0
Agosto	111	52	2	0	0
Setembro	88	38	0	0	0
Outubro	57	35	0	2	0
Novembro	57	18	0	0	0
Total	714	241	3	2	0

Total de convocações de ministros: 189

Mês	STF	STJ	OAB
Fevereiro	2	0	5
Março	6	1	1
Abril	5	0	6
Maio	9	5	6
Junho	7	3	6
Julho	1	1	0
Agosto	11	4	6
Setembro	13	8	10
Outubro	9	10	16
Novembro	9	9	20
Total	72	41	76

Total de certidões de julgamento: 960

Mês	Ordinária	Administrativa	Extraordinária	Extra Adm.	Solene
Fevereiro	71	27	0	0	0
Março	75	25	0	0	0
Abril	62	15	0	0	0
Maio	98	19	0	0	0
Junho	95	12	0	0	0
Julho	0	0	1	0	0
Agosto	111	52	2	0	0
Setembro	88	38	0	0	0
Outubro	57	35	0	2	0
Novembro	57	18	0	0	0
Total	714	241	3	2	0

Total de pautas publicadas: 76

Mês	Quantidade de Pautas	Quantidade de Processos
Fevereiro	6	13
Março	10	31
Abril	9	24
Maio	9	47
Junho	8	15
Julho	0	0
Agosto	6	12
Setembro	11	27
Outubro	10	25
Novembro	7	12
Total	76	206

Total de atas elaboradas: 129

Mês	Ordinária	Administrativa	Extraordinária	Extra Adm.	Solene
Fevereiro	7	4	0	0	0
Março	7	6	0	0	1
Abril	6	6	0	0	1
Maiο	7	5	0	0	0
Junho	8	6	0	0	1
Julho	0	0	1	0	0
Agosto	8	7	1	1	0
Setembro	9	9	0	0	0
Outubro	7	7	0	1	0
Novembro	7	6	0	0	0
Total	66	56	2	2	3

8. Recursos Humanos

A consolidação das atividades realizadas pela Secretaria de Recursos Humanos (SRH) no exercício de 2005 demonstra a contribuição da SRH como unidade participativa nos resultados obtidos pela instituição. A seguir são apresentados números e realizações da gestão da SRH, ordenados por coordenadoria.

À Coordenadoria de Pessoal compete planejar, coordenar e orientar a execução das atividades de cadastro, benefícios e pagamento de pessoal. Entre as atribuições elencadas no art. 76 do Regulamento Interno da Secretaria, Res.-TSE nº 20.323/98, a Copes realizou, em 2005, as seguintes atividades:

- registro da movimentação de servidores requisitados, sem vínculo efetivo e em exercício provisório no TSE;
- recadastramento de inativos e pensionistas;
- controle da frequência dos servidores, incluindo férias e respectivos afastamentos;
- atualização do assentamento funcional do servidor, dependentes, inativos e pensionistas;
- controle do provimento e vacância de funções comissionadas e cargos em comissão.

Em cumprimento às disposições contidas no Regulamento Interno da Secretaria, art. 75 (Res. nº 20.323, de 19.8.98), foram beneficiados cerca de 2.679 (dois mil seiscentos e setenta e nove) usuários, entre servidores ativos e inativos, dependentes e pensionistas, nos diversos programas de concessão de benefícios sociais, entre eles auxílio-alimentação, auxílio-transporte, e auxílio pré-escolar.

Programa Complementar de Assistência Médica

Durante o ano de 2005, vigoraram três contratos com a empresa Assistência Médica Internacional Ltda. (Amil), que tiveram por objeto a prestação, em todo o território nacional, de serviços de assistência médico-hospitalar e ambulatorial aos beneficiários regularmente inscritos no TSE.

No decorrer do exercício de 2005, a empresa contratada ofereceu cobertura mensal média a 1.836 usuários nos diversos planos existentes (Básico, Superiores I, II e III, Rede 30), entre servidores, dependentes legais, econômicos e especiais. A estimativa de gasto para o ano de 2005 com o Plano de Saúde Amil foi de R\$2.834.000,00.

Programa de Assistência Farmacêutica

Até o mês de novembro de 2005, foram efetuadas mais de 3.145 (três mil cento e quarenta e cinco) solicitações de reembolso, beneficiando 1.380 (um mil trezentos e oitenta) servidores, dependentes legais ou econômicos e pensionistas.

Cabe ainda ressaltar os seguintes objetivos alcançados em 2005:

- reajuste de 13,85% nos valores pagos a título de assistência pré-escolar baseado na inflação acumulada, com efeitos financeiros retroativos a agosto/2005.
- reajuste de 10,92% nos valores pagos a título de auxílio-alimentação baseado na inflação acumulada. Concessão do aumento com efeitos financeiros a contar de maio/2005.
- aprovação da Res.-TSE nº 22.071/2005, que dispõe sobre a concessão do auxílio-alimentação aos servidores dos tribunais eleitorais.
- entre as atividades de pagamento de pessoal, além da determinação e do acompanhamento das alterações a serem efetuadas no sistema de folha de pagamento, foram promovidos registros e controles financeiros, e ainda:
 - preparação de demonstrativos de apropriação de despesas;
 - avisos de créditos e relatórios de pagamentos efetuados, com o devido encaminhamento ao órgão de execução financeira;
 - fornecimento de subsídios para a elaboração do orçamento-geral da União;

- elaboração das folhas de pagamento mensais dos meses de janeiro a dezembro/2005 e folhas suplementares dentro do mesmo período.

À Coordenadoria Técnica compete planejar, coordenar e orientar as atividades relativas à aplicação da legislação de pessoal e à concessão de direitos e vantagens aos servidores ativos e inativos e aos pensionistas e propor normas para a aplicação uniforme da legislação no âmbito da Justiça Eleitoral.

Entre as atribuições elencadas no art. 67 do Regulamento Interno da Secretaria, Res.-TSE nº 20.323/98, foram instruídos, durante o exercício de 2005, processos de concessão de direitos e vantagens ao servidor e respectivos atos concessórios, relativamente a afastamentos, averbações de tempo de serviço, concessões de licenças, concessão/atualização de quintos e décimos, reconhecimento de união estável e outros.

Além dessas atividades, foi aprimorado o Módulo de Décimos/ Quintos do Sistema de Gestão de RH (SGRH), em conjunto com a Secretaria de Informática, e procedeu-se a levantamento de todos os servidores que fizeram jus ao pagamento das parcelas de incorporação de quintos, em atendimento à decisão nos mandados de segurança nºs 2004.34.00.048425-7/DF e 2004.34.00.046103-7.

Acerca da competência de propor normas para a aplicação uniforme da legislação de RH, elencadas no art. 68 do Regulamento Interno da Secretaria, Res.-TSE nº 20.323/98, destacam-se as seguintes regulamentações e revisões realizadas na legislação de pessoal:

Regulamentações:

- assistência à saúde no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral – nova regulamentação: assistência direta; assistência complementar à saúde; assistência odontológica; e Programa de Atenção à Saúde do Servidor (PAS);
- concessão das férias no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral;
- gratificação natalina no âmbito do TSE;
- inclusão de dependentes econômicos.

Revisão de normas:

- alteração da Res.-TSE nº 21.899/2004, que estabelece normas gerais para a realização de concurso público para o provimento dos cargos efetivos criados pela Lei nº 10.842/2004, no âmbito dos tribunais regionais eleitorais;
- assistência odontológica no TSE;
- auxílio-transporte;
- divisor de cálculos de horas extras;
- requisição de servidores (Lei nº 6.999/82). Proposta de projeto de lei.

Ao longo do exercício de 2005, a unidade instruiu processos de orientação às unidades deste Tribunal, aos servidores e ainda aos tribunais regionais, relativamente à aplicação de normas e matérias que versem sobre recursos humanos, além da concessão e revisão de aposentadorias e pensões, demandas de interesse de inativos e pensionistas e atendimento às diligências do TCU e do controle interno do TSE.

À Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos compete planejar, coordenar e orientar as atividades referentes à seleção, recrutamento, treinamento, capacitação e avaliação dos servidores, e instruir expedientes relativos à concessão de melhorias funcionais.

Entre as atribuições elencadas no art. 77 do Regulamento Interno da Secretaria, Res.-TSE nº 20.323/98, foram realizadas as seguintes atividades:

Provimento e vacância de cargos efetivos

Admissões e desligamentos ocorridos em 2005:

Cargos	Admitidos	Desligados
Analista Judiciário	9	8
Técnico Judiciário	8	5

Desligamentos por cargo, área de atividade e especialidade:

Cargo	Área de Atividade	Especialidade	Quantitativo
Analista Judiciário	Administrativa		2
	Judiciária		5
	Apoio Especializado	Análise de Sistemas	1
Técnico Judiciário	Administrativa		5
Total			13

Admissões por cargo, área de atividade e especialidade:

Cargo	Área de Atividade	Especialidade	Quantitativo
Analista Judiciário	Administrativa		1
	Judiciária		9
Técnico Judiciário	Administrativa		7
	Apoio Especializado	Programação de Sistemas	1
Total			18

Estágio probatório:

Servidores em estágio probatório	Analista Judiciário	18
	Técnico Judiciário	27
Avaliações homologadas	17	
Servidores aprovados	18	

Programa de estágio

No decorrer do ano, 33 estudantes participaram do programa de estágio, distribuídos entre os cursos de Psicologia, Arquitetura, Arquivologia, História, Ciências Contábeis, Biblioteconomia, Direito, Letras, Processamento de Dados, Relações Internacionais, Assistência Social e Comunicação Social.

Projetos

Cesam: foram realizadas entrevistas e reuniões trimestrais para discussão de temas e ministrou-se curso de microinformática de 20 horas-aula, proporcionando aos adolescentes o trabalho em ambiente informatizado.

Recrutamento interno: foi adotado projeto piloto com o objetivo de criar mecanismo de remanejamento de servidores e seleção para ocupação

de funções comissionadas, possibilitando a adequação entre as necessidades administrativas do TSE e as aspirações do servidor.

Foram realizados dois processos de recrutamento interno: um para remanejamento de servidor e outro para ocupação de função comissionada.

Curso de ambientação: o curso de ambientação para os servidores recém-empossados foi reformulado, incluindo na sua programação a exposição acerca de benefícios e do funcionamento do Serviço de Assistência Médica e Social e a exibição de filme institucional, além da apresentação de outros produtos das secretarias do TSE.

Implantação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos: por meio da Portaria nº 317, de 29.6.2005, o Sistema de Gestão de Recursos Humanos foi instituído no âmbito da Justiça Eleitoral, cabendo à Secretaria de Recursos Humanos, em conjunto com a Secretaria de Informática, a implantação e o treinamento dos módulos nos tribunais regionais eleitorais. Em 2005, o Módulo de Folha de Pagamento foi implantado em nove regionais: Rio de Janeiro, Rondônia, Tocantins, Espírito Santo, Minas Gerais, Sergipe, Maranhão, Alagoas e Rio Grande do Sul, totalizando doze regionais já em operação.

Direcionamento institucional

A gestão das estratégias decorrentes do direcionamento institucional do TSE (Portaria nº 159/2005) envolveu as atividades de planejamento e condução de seis reuniões do comitê para a consolidação de informações e produção do relatório final relativo aos trabalhos de direcionamento institucional do TSE; e a confecção e apresentação do *portfolio* de projetos estratégicos do TSE para os exercícios de 2005 e 2006.

TSECompetente

A coordenação das atividades do *Projeto TSECompetente* (Contrato-TSE nº 43/2005) ficou a cargo da Seção de Planejamento/Codes/SRH, para o que foram desempenhadas as seguintes atividades:

- elaboração e redação de projeto básico e minuta de contrato para a contratação de consultoria especializada na implementação do modelo de gestão baseado em competências;
- gestão e fiscalização do Contrato-TSE nº 43/2005 (Portaria nº 453/2005), firmado entre a PUC/RJ e o TSE;
- planejamento e realização de seis *workshops* de sensibilização para gestores e servidores do TSE;
- realização do mapeamento de 100% dos processos críticos de negócio na totalidade das unidades administrativas do TSE;
- criação e manutenção do *site* do projeto na Intranet do TSE;
- planejamento e operacionalização da comunicação institucional sobre o projeto (*newsletters*, atualizações para o *site*, notícias nos canais internos como o *Inebi* e *aconTSE*);
- condução de reuniões para levantamento dos perfis comportamentais necessários ao desempenho dos servidores e gerentes em 70% das unidades administrativas do TSE.

Veja-se ainda o realizado nas seguintes áreas:

Capacitação

- contato com instituições e instrutores para a customização de conteúdos programáticos e adequação de cronograma de execução dos treinamentos para 2005;
- instrução de 96 procedimentos administrativos para capacitação de servidores, totalizando 129 eventos de capacitação promovidos durante o exercício;
- proposta para a realização de MBA em Gestão Pública para os gestores do TSE;

Desenvolvimento gerencial

- programa para a realização da *Oficina de Líderes*, destinado às gerências intermediárias do TSE;

Consultoria e aconselhamento

- planejamento do conteúdo, coordenação do programa e acompanhamento da execução de todas as fases do *workshop* ‘Empowerment

- para a Mudança – 2º Módulo”, com equipe da Secretaria de Controle Interno;
- planejamento, coordenação e condução dos trabalhos de direcionamento institucional da totalidade das corregedorias regionais eleitorais e Corregedoria-Geral Eleitoral do TSE;
 - reuniões para atendimento individual a servidores e gerentes das secretarias de Controle Interno, Documentação e Informação, e Judiciária.

Palestras proferidas

- reunião de dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e reunião de dirigentes e juízes eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins sobre planejamento estratégico e direcionamento institucional;
- encontro das coordenadorias de Desenvolvimento da Justiça Eleitoral sobre RH na administração pública; gestão orçamentária; capacitação de recursos humanos; ensino a distância e gestão por competências;
- congresso KM Brasil 2005, São Paulo, apresentação do *case* “TSEcompetente: um modelo de gestão de pessoas baseado em competências”.

Gestão do conhecimento (Portaria nº 443/2005)

- participação e condução de reuniões com a Comissão de Gestão do Conhecimento para planejamento e implementação de ações voltadas à identificação de necessidades, prospecção, explicitação, criação, sistematização, disseminação e atualização do conhecimento individual e coletivo;
- confecção de projeto básico para a contratação de empresa especializada em elaboração de arquitetura de portais corporativos para a realização de diagnóstico institucional sobre demandas e fluxo de informação e conhecimento existentes no TSE.

Projeto EAD (ensino a distância)

- elaboração do projeto instrucional do curso a distância Mesários – Referendo 2005, realizado em parceria com o TRE/MG;

- participação na revisão do conteúdo do curso, revisão de exercícios e elaboração da avaliação de reação para alunos e tutores;
- tutoria pedagógica do curso Mesários – Referendo 2005, realizado de 8 a 16.9.2005: mediação de fóruns de discussão, tira-dúvidas e contato com alunos inassíduos.

Referendo 2005

- atualização do Sistema de Avaliação do Treinamento de Mesários (AVM 2005);
- planejamento da avaliação do treinamento de mesários: definição de amostragem e distribuição, adequação de formulário, coordenação do processamento de formulários no Sistema AVM 2005 e relatório de resultados;
- criação de *slides* utilizados pelos TREs para treinamento de mesários.
- participação nas reuniões deliberativas e atividades demandadas pelo Grupo de Trabalho Manuais de Instrução e Treinamento de Mesários.

À Coordenadoria do Serviço de Assistência Médica e Social compete planejar, coordenar e orientar as atividades de assistência médica, psicológica, odontológica e de enfermagem em caráter preventivo, assistencial e emergencial; e as atividades de apoio social e supervisão técnica e administrativa dos serviços.

Entre as atribuições elencadas no art. 63 do Regulamento Interno da Secretaria, Res.-TSE nº 20.323/98, cabe ressaltar o desenvolvimento das seguintes atividades:

Atividades médicas

Odontologia

- tratamentos restauradores com uso de diversos materiais;
- tratamentos periodontais de diversas naturezas;
- tratamentos cirúrgicos;
- procedimentos preventivos;
- atendimentos de urgência;
- perícias;

- programas educativos na área de prevenção bucal;
- exames radiográficos.

Psicologia

- atendimentos em psicoterapia, aconselhamento, emergências, visita domiciliar e hospitalar e atestados psicológicos;
- ações preventivas: Programa de Atividades Preventivas.

Atividades desenvolvidas pelos demais médicos e atendimento

- participação em inspeções e juntas médicas;
- participação em atividades educacionais preventivas: Jornada de Saúde e Qualidade de Vida, Campanhas de orientação, produção e veiculação de textos na Intranet e no jornal *aconTSE*;
- atendimentos em cardiologia, clínica médica, pediatria, psicologia, serviço social, enfermagem, registrando-se um total de 4.927 pacientes atendidos pela unidade.

Principais eventos e programas

Destacam-se entre os principais eventos e programas implementados pela coordenadoria:

Programa de Prevenção e Tratamento da Dependência Química (Prodeq): planejamento, organização e execução da Semana de Prevenção à Dependência Química, no período de 27 a 30.6.2005; lançamento do *Manual de Apoio às Chefias*; realização de oficinas em torno das compulsões, em conjunto com o STJ, e também oficinas destinadas aos adolescentes do Cesam.

IV Jornada de Saúde e Qualidade de Vida do TSE: realizada em parceria com empresas e órgãos públicos. O evento ofereceu aos servidores atividades antiestresse, palestras, oficinas, aulas com atividades físicas e outros.

9. Secretaria da Corregedoria-Geral Eleitoral (CGE)

As atividades desenvolvidas pelas unidades da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral são executadas em obediência ao disposto na Res.-TSE nº 21.329, de 12.12.2002, que aprova a organização dos serviços da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral, define a competência das unidades e as atribuições dos titulares de cargos e funções.

As rotinas e os procedimentos voltados ao cumprimento das atribuições do corregedor-geral são desempenhados em apoio às inúmeras incumbências a ele confiadas, igualmente afetadas aos corregedores regionais, no âmbito das respectivas circunscrições, exercidas sem prejuízo da atividade jurisdicional como relator, nas causas submetidas ao Tribunal.

Secretaria e Assessoria

Além de prestar auxílio ao ministro corregedor-geral no desempenho de suas atribuições legais, à Secretaria e à Assessoria compete orientar, planejar, controlar e supervisionar as atividades da Corregedoria-Geral.

A par destas atividades, outras importantes ações contaram com a participação da Secretaria da Corregedoria, como a atuação em diversos grupos de trabalho, a exemplo do grupo constituído para rever o atual sistema de identificação do eleitor e propor soluções para o seu aperfeiçoamento (Portaria nº 471, de 19.11.2004, da Presidência do TSE), e do Núcleo de Qualidade, instituído para implantar o Sistema

de Gestão de Qualidade no TSE (Portaria nº 504, de 30.11.2004, assinada pelo diretor-geral).

Em 18.5.2005, por iniciativa da Corregedoria-Geral (Ofício-CGE nº 375/2005), foi assinada a Portaria nº 253, pelo Exmo. Sr. Ministro Carlos Velloso, que constituiu, no âmbito da Justiça Eleitoral, o Grupo de Estudos do Cadastro Eleitoral (Gescade), com o objetivo de analisar e avaliar as questões relacionadas ao cadastro eleitoral, além de planejar e propor ações voltadas ao seu aperfeiçoamento e à sua adequação às exigências decorrentes de inovações, tendo como integrantes servidores do TSE e de diversos tribunais regionais eleitorais, sob a coordenação da Secretaria e da Assessoria da Corregedoria-Geral.

Entre as diversas proposições formuladas pelo Gescade, em decorrência dos estudos desenvolvidos nas seis reuniões realizadas até a presente data, várias ações foram implementadas após a homologação pelo Exmo. Sr. Ministro Humberto Gomes de Barros, corregedor-geral da Justiça Eleitoral, a saber:

- revisão da tabela de ocupações do sistema ELO;
- alteração do modelo de certidão de quitação para que passe a conter flexão de gênero no documento (Res.-TSE nº 21.823/2004);
- definição de itens passíveis de alteração no banco de erros;
- estabelecimento da consulta combinada como padrão para o atendimento do eleitor;
- adequação do formulário RAE à nomenclatura exigida para os graus de instrução;
- levantamento de requisitos sistêmicos para os procedimentos de atualização cadastral;
- definição do cronograma operacional do cadastro para o referendo;
- sugestão de aperfeiçoamento da sistemática de atendimento ao eleitor no período de 24.7.2005, até o final da totalização dos resultados do referendo (alteração do art. 86 da Instrução nº 93);
- estabelecimento de critérios para o primeiro simulado do sistema ELO;
- sugestão de regulamentação do recebimento das chamadas listas especiais, contendo dados a respeito da filiação partidária, nos termos do art. 19 da Lei nº 9.096/95, e de seu encaminhamento à Justiça Eleitoral, exclusivamente, por meio eletrônico;

- instituição de logomarca do Gescade;
- sugestão de aperfeiçoamento da minuta de resolução que regulamentará a implantação da atualização cadastral, encaminhadas pelo ministro corregedor-geral ao relator do PA nº 19.416/DF;
- adaptação do sistema ELO para indicação de seções eleitorais especiais, destinadas a receber, com as necessárias adequações, os eleitores portadores de deficiência;
- sugestão de procedimentos voltados ao cancelamento de inscrições atribuídas a eleitores falecidos;
- estudo sobre a possibilidade de ampliação do acesso aos dados do cadastro pelas CPIs e CPMIs;
- acompanhamento das providências relativas aos resultados do primeiro simulado do sistema ELO;
- criação de mecanismo que permita a análise da incompatibilidade entre grau de instrução e ocupação declarados pelo eleitor;
- deliberação sobre a alteração da sistemática de entrada de dados no cadastro, visando à utilização de acentuação gráfica e cedilha.

Também por iniciativa da Secretaria e da Assessoria da Corregedoria-Geral, foram realizadas duas reuniões destinadas ao direcionamento institucional (em Brasília/DF e em Fortaleza/CE), com representantes das corregedorias eleitorais de todo o país. Os encontros tiveram como escopo a identificação de um foco comum em torno do qual as equipes de trabalho viessem a se integrar, além da definição de metas mensuráveis que pudessem assegurar que o planejamento estratégico e o processo decisório estivessem amparados em objetivos claros.

Nos mencionados eventos, foram identificados a missão, a visão de futuro e os valores norteadores da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral, além das estratégias para garantir o aprimoramento dos serviços prestados, como a seguir especificado:

Missão: “Velar pela regularidade dos serviços eleitorais, assegurando a correta aplicação de princípios e normas”.

Visão: “Ser reconhecida como órgão responsável pela promoção da excelência na prestação de serviços eleitorais”.

Valores: “Honestidade, lealdade, compromisso, solidariedade, humildade, respeito e responsabilidade”.

Estratégias: Capacitar e motivar servidores das zonas eleitorais e das corregedorias eleitorais; trabalhar a imagem das corregedorias junto ao público interno e externo; uniformizar procedimentos das corregedorias; melhorar o relacionamento e fomentar parcerias de trabalho entre corregedorias e demais unidades; promover o envolvimento dos juízes e promotores nas atividades afetas às corregedorias; melhorar a comunicação e intensificar o relacionamento com as zonas eleitorais.

Seção de Assuntos Judiciários (SAJ)

À seção cumpre orientar e supervisionar as atividades relativas ao acompanhamento e à análise de reclamações, representações e demais processos judiciários submetidos à apreciação do ministro corregedor-geral, além da prática de atos cartorários nos respectivos autos.

A SAJ procedeu à autuação, até a data de consolidação das informações constantes do presente relatório, de 60 processos, dos quais 11 foram arquivados, 31 foram decididos e remetidos às zonas eleitorais e 18 permanecem em curso (13 na Corregedoria, dois na Secretaria de Informática, dois na Procuradoria-Geral Eleitoral e um em outro gabinete).

Nesta unidade tramitaram, no mesmo período, para prestação de informações ou apresentação à Corte, 113 processos autuados pela Secretaria Judiciária, sendo 59 representações, 10 reclamações, 13 petições, 28 processos administrativos, 13 revisões de eleitorado, entre outros.

Ainda no que concerne aos processos autuados originariamente na Secretaria Judiciária, tramitaram 42 representações relativas a propaganda partidária, de relatoria do ministro corregedor-geral, tendo sido 17 decididas e sete já incluídas em pauta, além das cinco que se encontram em tramitação na CGE e das 13 que tramitam na Procuradoria-Geral.

A par das atividades processuais, a Seção de Assuntos Judiciários realizou pesquisas e prestou 1.030 informações à Diretoria-Geral a res-

peito de dados de eleitores constantes do cadastro eleitoral, objeto de solicitação de autoridades diversas.

Seção de Fiscalização do Cadastro (SFC)

A atuação da seção compreende orientar e supervisionar as atividades relacionadas à fiscalização da regularidade dos dados constantes do cadastro eleitoral. Entre elas estão as relativas à retificação de registros incorretos constantes do cadastro, à reversão de operações efetuadas com erro, à análise e instrução dos casos de coincidência da competência do corregedor-geral, à prévia seleção visual dos grupos identificados pelos batimentos, além das depurações da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.

A SFC desenvolveu ações relativas a grande quantidade de processos (3.189), conforme demonstrativo abaixo:

Processos	Expedidos	Tramitando	Arquivados	Total
Revisão de situação	949	307	-	1.256
Coincidência	4	2	-	6
Direitos políticos	297	43	-	340
RS – não autuados	-	-	27	27
DP – não autuados	-	-	54	54
Total geral				1.683

Seção de Supervisão e Orientação (SSO)

Compete à seção supervisionar e fiscalizar os serviços eleitorais e, em parceria com as demais seções, a orientação e o fornecimento de subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos, rotinas e atividades desenvolvidos nas corregedorias e nos cartórios, assegurando a efetiva prestação dos referidos serviços eleitorais.

Além de empenhada na prestação de informações a eleitores de todo o Brasil e do exterior, com a resposta de aproximadamente 204 indagações recebidas pela Corregedoria-Geral, a seção promoveu encontros voltados à capacitação da força de trabalho lotada na unidade, nos quais foram abordados temas relativos ao referendo realizado, além de ter sido feita divulgação/reflexão acerca da missão, da visão e dos valores das corregedorias, definidos na reunião nacional que tratou do direcionamento institucional.

A seção, visando à depuração da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, em parceria com o Setor de Direitos Políticos, pertencente à Seção de Fiscalização do Cadastro, efetuou levantamento, mediante análise de relatórios gerados pela Secretaria de Informática, dos erros nos registros inseridos pelas corregedorias regionais, no período compreendido entre 1º.7.2003 e 1º.9.2005.

As incorreções encontradas deram ensejo à expedição de orientações e notificações, com posteriores fiscalização e controle das providências adotadas pelas corregedorias.

Foram desenvolvidas outras atividades relacionadas com o levantamento de dados estatísticos, para elaboração de estudo destinado a auxiliar na identificação de falhas no processo que determina a realização de revisão de eleitorado; com o monitoramento dos registros inseridos no Sistema de Acompanhamento de Revisões de Eleitorado (Sare); com a criação e atualização de banco de dados relativo às normas internas expedidas pela Corregedoria-Geral; com a compilação dos procedimentos constantes dos roteiros de inspeção dos cartórios eleitorais e o acompanhamento, *in loco*, das correções promovidas pela CRE/MS nos cartórios da 19ª e 52ª zonas eleitorais (Ponta Porã).



PARTE II



Gestão das Assessorias

I. Comunicação Social

A Assessoria de Comunicação Social, cumprindo o que determina o art. 6º do Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, planejou e executou, ao longo de 2005, a Campanha de Esclarecimento ao Eleitor (relativo ao referendo sobre a comercialização de armas de fogo e munição); veiculou, na programação da TV Justiça, 45 programas *Brasil Eleitor*; participou da montagem e desmontagem do Centro de Divulgação de Resultados do Referendo 2005, no auditório do TSE; acompanhou o ministro presidente em viagens oficiais, inclusive para divulgação da urna eletrônica em países latino-americanos; indicou representante para participar da observação internacional de eleições em países das Américas do Sul e Central e atendeu à imprensa brasileira e internacional na cobertura jornalística das eleições.

Além dessas atividades, executou tarefas rotineiras, com destaque para confecção, edição e reprodução do *clipping* diário; atendimento a jornalistas e a tribunais regionais; acompanhamento, com textos e fotos, das sessões públicas e administrativas; participação em coberturas internas e externas do Tribunal, bem como a divulgação, no *site* do TSE e para os jornais regionais e nacionais, do material decorrente desses eventos.

Segue relatório detalhado das atividades executadas em 2005.

Quantidade e centimetragem de matérias jornalísticas

Matérias publicadas nos jornais sobre o Ministro Carlos Velloso	554 (20.986cm = 41,97 páginas)
Matérias publicadas nos jornais sobre o TSE	1.830 (92.245cm = 184,49 páginas)
Matérias produzidas pelos jornalistas e disponibilizadas no <i>site</i> do TSE	451

Tempo de matérias jornalísticas na televisão

Tempo total de matérias na televisão relativas ao Ministro Carlos Velloso	01:04:00:45
Tempo total de matérias na televisão sobre o TSE	03:44:17:16

Quantidade de clippings distribuídos

Total de <i>clippings</i> diários durante a semana e entregues aos ministros, secretarias e coordenadorias do Tribunal	35/dia
Total de <i>clippings</i> produzidos nos fins de semana e feriados e entregues aos ministros	9/dia

Quantidade de pautas fotográficas

Sessões ordinárias	69
Audiências (Gabinete da Presidência)	26
Posses	6
Audiências externas	11
Viagens	5
Coberturas internas diversas (TSE)	67
Reuniões internas (TSE)	24
Entrevistas	15

Quantidade de pautas fotográficas no auditório do TSE – Referendo 2005

Montagem/Desmontagem	10
Entrevistas coletivas	5
Entrevistas no <i>set</i>	6
Movimentação/Imagens Gerais no Centro de Divulgação	17

Eventos acompanhados pela Assessoria

16.2.2005	Ministro Pertence preside inauguração da Biblioteca Professor Alysson Mitraud
18.2.2005	Ministro Pertence assina convênio de cooperação com o governo argentino
18.2.2005	Ministros do TSE prestam homenagem a Sepúlveda Pertence
21.2.2005	Ministro Carlos Velloso é o novo presidente do TSE
24.2.2005	Ministro Velloso defende a criação de um novo título de eleitor
25.2.2005	Ministro Carlos Velloso vai propor aos americanos a utilização da urna eletrônica
1º.3.2005	Ministro Marco Aurélio é empossado ministro efetivo do TSE
8.3.2005	Ministro Carlos Velloso presta homenagem à mulher
17.3.2005	Brasil mostra seu sistema de votação eletrônica nos Estados Unidos
29.3.2005	Ministro Carlos Velloso discute referendo com ministro da Justiça
5.4.2005	TSE presta homenagem aos ex-corregedores Sálvio de Figueiredo e Barros Monteiro
5.4.2005	Justiça Eleitoral brasileira participa de reunião interamericana de tecnologia eleitoral
7.4.2005	Presidente do TSE diz que este é o grande momento para se discutir a reforma política
8.4.2005	Relator da reforma política na Câmara condena o troca-troca de partido
14.4.2005	TSE presta homenagem ao Ministro Peçanha Martins
27.4.2005	Ministro Velloso afirma que novo título eleitoral não terá <i>chip</i>
2.5.2005	Paraguai vai realizar eleições com as urnas eletrônicas brasileiras
12.5.2005	Ministro Velloso recebe homenagem de universitários de Rondônia
1º.6.2005	Senado faz sessão em homenagem aos 60 anos do TSE
1º.6.2005	Ministro Velloso abre comemorações dos 60 anos do TSE
2.6.2005	Ministro Carlos Velloso participa da missa de ação de graças do TSE
2.6.2005	Ministro Velloso agradece à Câmara dos Deputados pela homenagem aos 60 anos do TSE
3.6.2005	Ministro Velloso recebe Medalha do Mérito Eleitoral do Tocantins
15.6.2005	Ministro Velloso afirma que TSE está pronto para realizar o referendo
24.6.2005	Ministro Velloso recebe homenagem e elogia o trabalho do mesário nas eleições
27.6.2005	Ministro Velloso recebe certificado ISO 9001 concedido ao TSE
28.6.2005	TSE apresenta aos partidos projeto de resolução sobre recadastramento e novo título eleitoral
1º.7.2005	TSE apresenta solução para o referendo 2005
7.7.2005	Ministro Madeira: " <i>caixa dois</i> é problema da receita e da Política Federal"
15.7.2005	Diligente da Justiça Eleitoral paraguaia elogia sistema informatizado brasileiro
1º.8.2005	TSE reabre os trabalhos e saúda o novo procurador-geral eleitoral
4.8.2005	TSE regulamenta a propaganda para o referendo
5.8.2005	TRE do Maranhão presta homenagem ao presidente do TSE
8.8.2005	Urna eletrônica desperta interesse dos espanhóis
9.8.2005	TSE define ordem de votação no referendo
9.8.2005	Secretário de Informática explica sistema de votação do referendo
10.8.2005	Ministro Velloso formaliza pedido de crédito suplementar para o referendo
11.8.2005	Ministro Velloso é contra foro privilegiado para políticos corruptos
19.8.2005	Ministro Velloso abre reunião da comissão dos notáveis
23.8.2005	Partidos já podem prestar contas por meio eletrônico
23.8.2005	TSE vai emprestar urnas eletrônicas a Honduras
30.8.2005	Ministro Carlos Velloso apóia prorrogação das reformas política e eleitoral
5.9.2005	Ministro Velloso recebe relatório sobre prestação de contas elaborado pela comissão especial
6.9.2005	Ari Pargendler toma posse no cargo de ministro substituto
8.9.2005	Presidente do TSE recebe a Senadora Heloísa Helena
12.9.2005	Ministro Carlos Velloso defende Justiça Eleitoral mais severa

16.9.2005	Ministro Carlos Velloso defende barateamento das campanhas
20.9.2005	TSE presta homenagem ao Ministro Luiz Carlos Madeira
20.9.2005	República Dominicana pede empréstimo de urnas eletrônicas ao TSE
26.9.2005	TSE apresenta novo título de eleitor em fórum mundial
7.10.2005	Ministro Velloso diz que o Judiciário deve moderar relação entre poderes
7.10.2005	Ministro Carlos Velloso participa em São Paulo de debate sobre reforma eleitoral
13.10.2005	Ministro Velloso se reúne com embaixador do Brasil na OEA
17.10.2005	TSE divulga projeto para modernizar legislação eleitoral
22.10.2005	Pronunciamento do presidente do TSE sobre o referendo
23.10.2005	Espanha acompanha a realização do referendo
23.10.2005	Ministro Velloso: “referendo foi um exercício de cidadania”
7.11.2005	Ministro Velloso recebe integrantes do fórum pela moralidade eleitoral
8.11.2005	TSE homologa o resultado final do referendo
18.11.2005	Ministro Carlos Velloso recebe o título de Doutor Honoris Causa
21.11.2005	Presidente Lula recebe projeto de modernização eleitoral
21.11.2005	Líderes partidários vão analisar anteprojeto da Justiça Eleitoral
22.11.2005	República Dominicana utilizará urna eletrônica brasileira
24.11.2005	Ministro Velloso critica proposta que reduz a cláusula de barreira

2. Escola Judiciária Eleitoral (EJE)

O Tribunal Superior Eleitoral criou a Escola Judiciária Eleitoral (EJE), por meio da Res. nº 21.185, de 13 de agosto de 2002, alterada pela Res. nº 21.614, de 5 de fevereiro de 2004, como resultado de estudos coordenados pelo Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, à época corregedor-geral da Justiça Eleitoral e primeiro diretor da escola.

A missão institucional da EJE, inscrita em seu ato constitutivo, é a de realizar formação, atualização e especialização continuada ou eventual de magistrados da Justiça Eleitoral e de interessados em Direito Eleitoral indicados por órgãos públicos e entidades públicas e privadas.

Desde a sua criação, a EJE tem procurado atuar junto aos tribunais regionais eleitorais, especialmente auxiliando na criação de estruturas similares nos estados da Federação. À exceção do Rio Grande do Sul, todos os demais estados já criaram suas respectivas escolas judiciárias eleitorais.

A formação dessa rede é de fundamental importância para a efetiva realização da missão da EJE/TSE.

Não obstante, a simples instalação de unidades congêneres nos estados não dispensa reflexão acerca da concepção didático-pedagógica e da identidade institucional dessas entidades educacionais da Justiça Eleitoral. Em outros termos, trata-se ainda de conceber e planejar as atividades permanentes da EJE/TSE, destacando suas possíveis e desejáveis interfaces com suas co-irmãs.

Como se sabe, é característica exclusiva da jurisdição eleitoral a periodicidade dos mandatos de seus operadores (promotores, procuradores, juízes, desembargadores e ministros do Tribunal Superior Eleitoral). E é essa peculiaridade da Justiça Eleitoral que torna mais necessária a atuação de uma entidade educacional como a EJE.

É que, muito embora seja certo que o magistrado de carreira, ao assumir as funções de juiz eleitoral de uma determinada zona eleitoral, esteja potencialmente apto a exercer com nobreza esse mister, não parece tão difícil supor que facilitaria sua tarefa o apoio pedagógico de alto nível que uma capacitação especializada em Direito Eleitoral – matéria, ademais, praticamente ignorada no programa dos cursos de graduação – poderia fornecer.

Esse apoio ainda não é oferecido de maneira integrada diante da falta de um projeto pedagógico adequado às peculiaridades da Justiça Eleitoral; consistente, no que se refere aos conteúdos programáticos e recursos didáticos desenvolvidos; e viável do ponto de vista operacional, consideradas as dimensões e contrastes da realidade brasileira.

A Escola Judiciária deve assumir essa tarefa, na qualidade de centro produtor e irradiador de conhecimentos no campo do Direito Eleitoral. Dirigidos em primeiro lugar aos magistrados e membros do Ministério Público, esses conhecimentos poderiam, mediatamente, ser revertidos para instituições de ensino superior e, mesmo, para a capacitação de assessores e demais servidores da Justiça Eleitoral.

Em suas novas instalações (Bloco B do Anexo III do TSE), que serão dotadas de moderna infra-estrutura educacional, a Escola Judiciária Eleitoral do TSE está se reestruturando para produzir e oferecer atividades pedagógicas permanentes, tais como:

- concepção, desenvolvimento e acompanhamento de cursos de capacitação/atualização em Direito Eleitoral;
- confecção e atualização de materiais didáticos;
- promoção de estudos em Direito Eleitoral;
- organização de cadastro nacional de autores em Direito Eleitoral;
- divulgação do conhecimento acumulado, por meio de publicações eletrônicas e impressas;
- realização dos seminários da Justiça Eleitoral.

Estrutura

Ao longo do ano de 2005, como parte do processo de reestruturação da EJE, foram tomadas medidas administrativas para a reforma das instalações, a aquisição de equipamentos, programas de

informática e mobiliário, com a finalidade de permitir que a escola desempenhe bem sua missão. Algumas dessas medidas estão em fase final de licitação ou de contratação.

Eventos

Uma das maneiras mais eficazes de divulgar conhecimentos e proporcionar o debate em torno de idéias e propostas em Direito Eleitoral é a realização de eventos periódicos, dos quais participem magistrados e gestores da Justiça Eleitoral de todo o país.

Atenta a isso, a EJE iniciou, em 2005, a série de encontros denominados Seminários da Justiça Eleitoral.

Para garantir maior perenidade das informações geradas nos seminários e assegurar o caráter didático dos materiais produzidos pela EJE, a escola decidiu produzir, para cada seminário realizado, uma publicação em versões impressa e eletrônica, possibilitando assim o maior acesso possível aos interessados em Direito Eleitoral.

I Seminário da Justiça Eleitoral (Brasília/DF, 27 e 28 de abril de 2005).

Ocorrido no Auditório Minas Gerais do Hotel Kubistchek Plaza, o I Seminário da Justiça Eleitoral abordou os temas da identificação do eleitor e da reforma política.

Participaram do seminário cerca de 140 inscritos, em sua maioria magistrados, mas também inúmeras autoridades dos poderes Legislativo e Executivo, do Ministério Público, representantes de partidos políticos, servidores da Justiça Eleitoral e acadêmicos de Direito.

No primeiro dia pela manhã, o Dr. Fernando Neves da Silva, ex-ministro do TSE, presidiu o seminário e apresentou o “atual modelo de identificação” (título eleitoral). Na ocasião, o secretário da CGE/TSE, Dr. Sérgio Dias Cardoso, enriqueceu os trabalhos, exemplificando com os julgados de maior complexidade sobre o tema, que tramitaram na Corregedoria.

No período da tarde, os consultores da Secretaria de Informática do TSE, Dr. Paulo Seigi Nakaya e Dr. Osvaldo Catsumi Imamura, apresentaram dois painéis com a exposição de *slides* sobre os novos produtos

no campo da identificação civil e as possibilidades de aperfeiçoamento do título de eleitor brasileiro.

No segundo dia, os trabalhos começaram com o debate em torno das propostas de reforma política em tramitação no Congresso Nacional. A mesa foi presidida pelo Ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, e integrada pelo Deputado Federal Ronaldo Caiado e pelo professor Walter Costa Porto, da Universidade de Brasília.

A segunda mesa de debates foi presidida pelo Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, e integrada pelo Dr. Torquato Jardim e pelo Dr. José Antonio Dias Toffoli. O tema discutido foi o financiamento das campanhas eleitorais.

Encerrando o seminário, discursou o Ministro Francisco Peçanha Martins, então corregedor-geral eleitoral e diretor da EJE.

II Seminário da Justiça Eleitoral (Maceió/AL, 27 e 28 de outubro de 2005)

Realizado no auditório do Hotel Jatiúca, o II Seminário da Justiça Eleitoral, promovido em parceria pela EJE/TSE e EJE/AL, contou com a participação de 185 inscritos e 240 ouvintes. Na ocasião foram discutidos temas relativos à reforma da legislação eleitoral, especialmente campanhas e prestação de contas.

A conferência de abertura do seminário foi proferida pelo Dr. Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal e sub-relator da comissão de juristas criada pelo presidente do TSE, Ministro Carlos Velloso, para apresentar proposta de aperfeiçoamento da legislação eleitoral brasileira.

A primeira mesa de debates, presidida pelo Dr. Marcelo Teixeira Cavalcante, juiz efetivo da Corte Eleitoral alagoana, contou com a participação do professor Adriano Soares da Costa e do Dr. Fernando Neves da Silva, ex-ministro do TSE. Em debate estava o tema da reforma política, com destaque para as mudanças na regulação das campanhas eleitorais, atualmente em discussão no Congresso Nacional.

Ao final do primeiro dia do seminário, foi lançado o livro *Identificação do eleitor e reforma política*, da série Seminário da Justiça Eleitoral, produzido pela EJE/TSE.

Com a presença de dirigentes de quase todas as escolas judiciárias eleitorais brasileiras, foi realizada uma reunião de trabalho, para discutir a necessidade de construir uma identidade para as escolas a partir da definição de um eixo comum de atuação pedagógica.

A segunda mesa de debates foi presidida pelo Dr. Torquato Jardim, diretor do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral e ex-ministro do TSE, e integrada pela Dra. Leonice Vera Severo Fernandes, chefe da Comissão de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias do TSE (Coep), e pelo Dr. Henrique Neves da Silva, vice-diretor da EJE/TSE. No foco dos debates o tema da prestação de contas de campanhas e a necessidade de aprimorar-se a fiscalização.

Encerrando o seminário, discursou o desembargador Humberto Martins, corregedor do TRE e diretor da EJE/AL.

Comunicação

Informativo EJE Net

Para divulgar notícias e informações relevantes, foi criado o informativo eletrônico da Escola Judiciária Eleitoral do TSE (EJE Net). Com periodicidade semanal, remetido por *e-mail* a todos os integrantes de escolas judiciárias estaduais, aos cartórios eleitorais e aos servidores do TSE, o informativo já está em sua 12ª edição, com um público cadastrado superior a 300 inscritos. Nele estão sendo divulgados eventos, propostas e projetos da EJE/TSE, mas o espaço está permanentemente aberto para comunicações encaminhadas pelas escolas estaduais. Os interessados em divulgar suas iniciativas podem enviar textos, arquivos ou projetos para o *e-mail*: ejenet@tse.gov.br.

Documentário (DVD) sobre a EJE/TSE

Por sugestão da Assessoria de Comunicação do TSE, foi produzido pela equipe da TV Cultura – Fundação Padre Anchieta, contratada pelo Tribunal para a produção de vídeos institucionais, um documentário de cerca de 25 minutos sobre a escola, mostrando o depoimento de autoridades, servidores e colaboradores

que têm ajudado a fazer a história desse órgão educativo da Justiça Eleitoral.

Página da EJE na Internet

Desenvolvida pela equipe da SNTDWeb, da Secretaria de Informática do TSE, o novo endereço eletrônico da EJE (<http://www.tse.gov.br/eje/index.html>), além de mais agradável visualmente, está agora em condições de oferecer aos seus usuários mais e melhores serviços.

Na parte superior do *site*, encontra-se o menu com as seguintes opções de navegação: institucional (apresentação e composição da EJE, *links* para as EJE regionais); cursos (ainda sem material disponível); eventos (previstos e realizados); publicações (atualmente disponível a versão eletrônica do livro *Identificação do eleitor e Reforma política*); *download* (textos e materiais mais “pesados”, como o vídeo institucional da EJE); informativo (todas as edições do EJE Net); doutrina (artigos doutrinários em matéria eleitoral).

Por enquanto a interatividade está restrita aos correios eletrônicos (eje@tse.gov.br e ejenet@tse.gov.br). Futuramente, esperamos oferecer mais ferramentas de interação como enquetes, fóruns de debates virtuais e sala de conversação (*chat*), com programação pedagógica e calendário pré-definido.

Publicações

Identificação do eleitor e reforma política

O primeiro livro da série *Seminários da Justiça Eleitoral* foi editado pela Secretaria de Documentação e Informação do TSE, por solicitação da EJE, e é o registro integral do seminário promovido pela escola, em abril deste ano.

Realizado em caráter eminentemente informativo, o seminário colheu contribuições altamente relevantes de seus participantes convidados sobre os temas em discussão, com destaque para o tema da reforma política e o financiamento das campanhas eleitorais.

Para essa publicação, foram mantidas, na íntegra, todas as manifestações dos expositores, bem como os debates ocorridos após a apresen-

tação dos painéis e palestras, que foram registrados pela equipe de taquigrafia da Secretaria Judiciária do TSE. Foram incluídos ainda os *slides* utilizados pelo Deputado Ronaldo Caiado e pelos consultores da Secretaria de Informática do TSE, Dr. Paulo Nakaya e Dr. Osvaldo Catsumi.

No sentido de tornar mais rica a publicação e tendo em vista os objetivos pedagógicos perseguidos pela escola, foram acrescentadas notas bibliográficas a várias referências históricas, normativas e conceituais feitas durante as manifestações proferidas no seminário. Essas notas resultaram de pesquisa bibliográfica e documental realizada pela equipe da EJE.

Além dessa versão impressa, uma publicação eletrônica do seminário estará disponível na página da EJE na Internet (<http://www.tse.gov.br/eje/html/publicacoes.html>).

Reforma eleitoral (livro em fase de produção)

Projetos

Educação a distância

Encontra-se em fase de planejamento a produção de diversos cursos de atualização/capacitação em Direito Eleitoral que a EJE pretende oferecer aos magistrados eleitorais.

Esses cursos, organizados em formato modular e de caráter mais técnico-jurídico do que propriamente teórico, deverão ser realizados a distância, com o apoio da Internet e outras mídias eletrônicas (CD-R e DVD).

A meta inicial é alcançar os juízes eleitorais que atuam nos locais mais distantes dos grandes centros urbanos e que, por isso mesmo, carecem mais de apoio pedagógico para melhor desempenhar suas funções.

Os detalhes operacionais desse programa pedagógico serão definidos em momento posterior, uma vez que dependem da aquisição, pelo TSE, das ferramentas de educação a distância e de *e-learning*, processo que já está tramitando. Por ora, trata-se de conceber o conteúdo programático dos cursos, sua metodologia e os recursos didáticos que poderão ser empregados, o que já está sendo realizado pela equipe da EJE, com o apoio da Secretaria Judiciária e da Secretaria de Documentação e Informação do TSE.

Cadastro nacional de professores

A qualidade de uma instituição educacional depende bastante de seus professores. A escola pretende, pois, organizar um inédito cadastro nacional de professores/autores do ramo do Direito Eleitoral. Eles serão os colaboradores preferenciais da EJE para a confecção dos cursos de capacitação a distância. Esse cadastro conterá informações bibliográficas dos professores, endereços (físicos, eletrônicos, etc.), currículo resumido, além, é claro, dos artigos e textos que os cadastrados quiserem divulgar pelo *site* da EJE.

Direcionamento institucional das EJEs

Ficou decidido, durante a reunião de dirigentes de escolas judiciárias eleitorais, ocorrida em Maceió, no dia 28 de outubro de 2005, que será realizado no ano de 2006 o direcionamento institucional das escolas, com a finalidade de definir a missão, os objetivos, as metas e o projeto pedagógico de educação superior continuada em Direito Eleitoral.

Centro de Estudos em Direito Eleitoral e Política (Cedep)

Com base na necessidade de constante refinamento do Direito Eleitoral é que se propõe a criação, na estrutura da EJE, do Centro de Estudos em Direito Eleitoral e Política (Cedep) da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, que terá como objetivo primordial reunir renomados estudiosos do Direito Eleitoral com a finalidade de incentivar o debate de idéias e o aperfeiçoamento do Direito Eleitoral como um todo.

Os integrantes do centro de estudos seriam classificados da seguinte forma:

- como membros natos, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral em exercício, os ministros substitutos e aqueles que exerceram, no passado, os mesmos cargos;
- como membros fundadores, as personalidades escolhidas pelo Tribunal Superior Eleitoral entre as pessoas que tenham colaborado para o estudo do Direito Eleitoral.

Após a instalação do Cedep, a qualquer tempo e observada a indicação feita por três membros do Cedep, poderiam ser admitidos novos membros na condição de efetivos ou colaboradores.

O Cedep se reuniria ordinariamente a cada dois meses para discussão de idéias e temas eleitorais e extraordinariamente sempre que necessário.

A função de membro do centro de estudos seria meramente honorífica e não remunerada, assim como o exercício de seus cargos.

Em casos excepcionais e mediante justificativa própria, as despesas pessoais dos membros para o exercício de suas funções poderiam ser arcadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, de acordo com proposta específica encaminhadas ao diretor-geral, nos termos da legislação aplicável.

Com a sua instalação, os membros elegeriam um responsável pela elaboração de seu regimento interno, convocando-se, em seguida, a primeira reunião para eleição do presidente e demais cargos que forem previstos, cabendo a Escola Judiciária Eleitoral prestar o apoio necessário para a realização das reuniões.

As reuniões seriam, salvo exceções justificadas, realizadas em Brasília.

No curso de suas atividades, visando o incentivo à pesquisa e discussão de idéias do Direito Eleitoral, o Cedep poderá firmar acordos de cooperação ou outras formas de associação não comercial com organismos e institutos afins, nacionais ou estrangeiros.

3. Prestação de Contas

Análise e julgamento de processos

A Comissão de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias, no ano de 2005, promoveu o incremento de suas atividades por meio da intensificação no exame de processos de prestação de contas anuais dos partidos políticos que, até esta data, auferiu os seguintes resultados:

Descrição	Resultado	
Pareceres emitidos	144 informações técnicas	
Decisões proferidas pela Corte decorrentes dos julgamentos das contas partidárias	Decisão monocrática (publicada no DJ de 18.8.2005)	PCB – Exercício/2000
	Decisão monocrática (publicada no DJ de 1º.2.2005)	PDT – Exercício/2002
	Decisão monocrática (publicada no DJ de 1º.8.2005)	PDT – Exercício/2003
	Decisão monocrática (publicada no DJ de 26.4.2005)	PL – Exercício/2001
	Res.-TSE nº 22.064/2005	Prona – Exercício/2001
	Res.-TSE nº 22.016/2005	PRP – Exercício/2002
	Decisão monocrática (publicada no DJ de 23.8.2005)	PRP – Exercício/2004
	Decisão monocrática (publicada no DJ de 1º.2.2005)	PSC – Exercício/2003
	Res.-TSE nº 21.956/2005	PSL – Exercício/2000
	Res.-TSE nº 21.977/2005	PSTU – Exercício/1998
	Res.-TSE nº 21.954/2005	PTdoB – Exercício/2003
	Res.-TSE nº 21.996/2005	PTN – Exercício/2003
	Decisão monocrática (publicada no DJ de 11.2.2005)	PV – Exercício/2003

Outras implementações

Com a finalidade de efetivação do contido no Capítulo X da Res.-TSE nº 21.841/2004, foi designado um tomador de contas para atuar

nos processos sujeitos aos procedimentos de instauração de Tomada de Contas Especial, conforme abaixo discriminado:

Partido	Processo	Exercício Financeiro/ Publicação	Procedimentos de TCE
Partido dos Aposentados da Nação (PAN)	Petição nº 1.453	2003 – DJ 28.10.2004	Inf.-Coep nº 2/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004) Inf.-Coep nº 23/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004) Inf.-Coep nº 59/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004)
Partido Republicano Progressista (PRP)	Petição nº 995	2000 – DJ 15.10.2004	Inf.-Coep nº 66/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004)
	Petição nº 1.077	2001 – DJ 24.8.2004	Inf.-Coep nº 238/2004 (art. 34, Res. nº 21.841/2004)
	Petição nº 1.447	2003 – DJ 7.12.2004	Inf.-Coep nº 13/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004)
Partido Social Democrático (PSD)	Petição nº 909	1999 – DJ 9.8.2004	Inf.-Coep nº 1/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004) Inf.-Coep nº 19/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004) Inf.-Coep nº 51/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004)
Partido Social Trabalhista (PST)	Petição nº 816	1998 – DJ 6.8.2004	Inf.-Coep nº 60/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004) Inf.-Coep/Aesp/TSE nº 127/2005
Partido Trabalhista Cristão (PTC)	Petição nº 1.110	2001 – DJ 15.10.2004	Inf.-Coep nº 21/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004) Inf.-Coep nº 89/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004)
Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB)	PA nº 18.593	1996 – DJ 15.3.2002	Inf.-Coep nº 53/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004) Inf.-Coep/Aesp/TSE nº 128/2005
	Petição nº 1.081	2001 – DJ 13.12.2004	Inf.-Coep nº 4/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004) Inf.-Coep nº 20/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004) Inf.-Coep nº 53 /2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004)
	Petição nº 1.342	2002 – DJ 4.11.2004	Inf.-Coep nº 241/2004 (art. 34, Res. nº 21.841/2004)
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	PA nº 19.032	2002 – DJ 3.11.2004	Inf.-Coep nº 14/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004)
Partido Comunista Brasileiro (PCB)	Petição nº 1.341	2002 – DJ 14.12.2004	Inf.-Coep nº 5/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004) Inf.-Coep nº 22/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004) Inf.-Coep nº 55/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004) Inf.-Coep nº 108/2005 (art. 34, § 2º, Res. nº 21.841/2004)
Partido Social Liberal (PSL)	Petição nº 1.044	2000 – DJ 11.2.2005	Inf.-Coep nº 27/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004) Inf.-Coep nº 75/2005 (art. 24, § f, Res. nº 21.841/2004) Inf.-Coep nº 133/2005 (art. 34, Res. nº 21.841/2004)

Mediante expediente protocolizado sob o nº 10.170/2005, esta unidade técnica sugeriu ao Tribunal a adoção de medidas visando ao

aperfeiçoamento da fiscalização das contas eleitorais e partidárias por meio de convênios com a Fazenda Pública. Foi sugerida ainda a reiteração à Secretaria da Receita Federal dos dados para apuração dos limites de doação da campanha eleitoral de 2002, nos termos do Protocolo-TSE nº 12.257/2005. Solicitou-se também a criação de código de receita para identificação do recolhimento de recursos oriundos de fontes vedadas a que se refere o inciso II do art. 28 da Res.-TSE nº 21.841/2004, para aplicação no âmbito da Justiça Eleitoral.

Trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos de Prestação de Contas de Partidos Políticos (Gecep)

Em 20 de abril de 2005, foi constituído, conforme a Portaria-TSE nº 209/2005, o Grupo de Estudos de Prestação de Contas de Partidos Políticos (Gecep), que, sob a coordenação desta unidade técnica, tem como finalidades:

- elaborar módulo de análise do Sistema de Prestação de Contas Partidárias (SPCP);
- propor procedimentos técnicos de exame das contas partidárias anuais;
- propor procedimentos de auditoria *in loco*;
- reformular o plano de contas dos partidos políticos.

Trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral (Gespec)

Em 20 de abril de 2005, foi constituído, nos termos da Portaria-TSE nº 208/2005, o Grupo de Estudos de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral (Gespec), que, sob a coordenação desta unidade técnica, tem como finalidade:

- propor instruções para a arrecadação de recursos e prestação de contas das eleições gerais de 2006;
- propor procedimentos técnicos de exame das contas de campanha eleitoral;
- propor adequação dos sistemas eletrônicos que compõem a prestação de contas de campanha eleitoral.

Metas de atividades para o ano de 2006

O Gecep, no planejamento de suas atividades para o ano de 2006, viabilizará as seguintes ações:

- apresentar para testes, no âmbito da Justiça Eleitoral, o módulo de análise do Sistema de Prestação de Contas Partidárias (SPCP);
- propor procedimentos de auditoria *in loco*;
- reformular o plano de contas dos partidos políticos.

O Gespec, no planejamento de suas atividades para o ano de 2006, viabilizará as seguintes ações:

- propor instrução à SRF e ao Bacen para abertura de conta bancária de campanha;
- definir redação de *folder* sobre arrecadação, aplicação e prestação de contas eleitorais direcionada à população;
- propor textos a serem divulgados na campanha institucional;
- elaborar Manual de Arrecadação e Aplicação de Recursos e Prestação de Contas para distribuição aos candidatos;
- revisar o Manual de Procedimentos Técnicos de Exame das Prestações de Contas de Comitê Financeiro;
- rever as tabelas do Sistema de Prestação de Contas Externo (SPCEX) de candidato e comitê financeiro;
- verificar a viabilidade de parcerias com as secretarias fazendárias;
- verificar, com a Febraban, a possibilidade de envio eletrônico de extratos bancários.

4. Relações Internacionais

A Assessoria de Assuntos Internacionais, desde que foi instituída, em 26.6.2001, tem intermediado diversas atividades do TSE no âmbito das relações com instituições eleitorais estrangeiras e organizações internacionais e regionais, contribuindo para o fortalecimento da democracia de diferentes países, por meio de convênios de cooperação técnica, conferências, observação eleitoral e intercâmbio de experiências, sobretudo no que diz respeito à urna eletrônica, importante inovação brasileira que, com a ajuda desta Assessoria, pôde, pela primeira vez, sair do Brasil, não mais de forma virtual, mas sim ser apresentada *in loco*, e até mesmo ser emprestada a países interessados em aprimorar seu sistema eleitoral.

Participação em eventos no exterior

Ministro presidente

– Ministro **Carlos Velloso** (*a partir de 15 de março de 2005*)

Estados Unidos – Atlanta (16 e 17 de março de 2005)

Seminário de Voto Eletrônico: Desafios e Lições para a Observação Eleitoral

– Evento promovido pelo Carter Center

– Acompanhou o ministro presidente o Dr. Paulo Camarão, secretário de Informática.

Ucrânia – Kiev (25 a 27 de maio de 2005)

XIII Conferência Judicial Internacional

– Evento promovido pela Furth Family Foundation

- Acompanharam o Ministro Carlos Velloso o Senhor Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (Ibrade), Dr. Torquato Jardim, e o Dr. Paulo Camarão, secretário de Informática.

França – Issy-les-Moulineaux (28 e 29 de setembro de 2005)

VI Fórum Mundial da Democracia Eletrônica

- Evento promovido pela Ville D’Issy-Les-Moulineaux
- Acompanharam o Ministro Carlos Velloso o Sr. Ministro Carlos Madeira, o presidente do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (Ibrade), Dr. Torquato Jardim, e o Dr. Paulo Camarão, secretário de Informática.

Estados Unidos – Washington (12 a 15 de outubro de 2005)

Assinatura de Convênio de Cooperação Técnica Eleitoral – Brasil/OEA/Honduras

- Evento promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA)
- Acompanharam o Ministro Carlos Velloso o Senhor Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (Ibrade), Dr. Torquato Jardim, o secretário de Informática, Dr. Paulo Camarão, e o assessor de Comunicação, Sr. Armando de Araújo Cardoso.

Outros ministros do TSE

- **Ministro Carlos Eduardo Caputo Bastos**

Espanha – Madri (20 a 22 de fevereiro de 2005)

Seminário Sistema Eleitoral Brasileiro

- Evento promovido pelo Departamento de Direito Administrativo da Universidade Complutense de Madri

Paraguai – Assunção (18 a 20 de abril de 2005)

XI Conferência da Associação de Organismos Eleitorais da América do Sul

- Evento promovido pelo Centro de Assessoria e Promoção Eleitoral (Capel)
- O ministro foi acompanhado pelo secretário de Informática, Dr. Paulo Camarão.

Paraguai – Assunção (21 e 22 de abril de 2005)

Agenda para o Fortalecimento dos Partidos Políticos no Cone Sul

– Evento promovido pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH)

Itália – Roma (9 a 11 de junho de 2005)

XXI Seminário Roma–Brasília

– Evento promovido pela Universidade de Brasília (UnB) e Associazione di Studi Sociali Latinoamericani (ASSLA)

Outros representantes do TSE

– Representantes: ***Dr. Paulo Camarão***, secretário de Informática, e ***Sr. Armando de Araújo Cardoso***, assessor de Comunicação

Colômbia – Bogotá (6 e 7 de abril de 2005)

III Reunião Interamericana de Tecnologia Eleitoral

– Evento promovido pela Organização Eleitoral da Colômbia e Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos.

– Representante: ***Dr. Paulo Camarão***, secretário de Informática

Paraguai – Assunção (15 a 18 de julho de 2005)

Eleição do Diretório Nacional do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA)

– Evento promovido pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do Paraguai.

Tunísia – Tunis (15 a 19 de novembro de 2005)

Cúpula Mundial da Sociedade da Informação

– Evento promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU).

– Representante: ***Sr. Armando de Araújo Cardoso***, assessor de Comunicação.

México – Cidade do México (16 a 19 de outubro de 2005)

Seminário Internacional de Meios de Comunicação e Eleições

– Promovido pelo Instituto Federal Eleitoral do México.

– Representantes: *Sr. Armando de Araújo Cardoso*, assessor de Comunicação, e *Dr. Paulo Fialho*, coordenador de Serviços Gerais

Honduras – Tegucigalpa (24 a 28 de novembro de 2005)

Missão de Observação Eleitoral Internacional – Eleições Honduras

– Promovido pelo Tribunal Superior Eleitoral da República de Honduras

– Representante: *Dr. Torquato Jardim*

Canadá – Montreal (14 a 19 de junho de 2005)

Fórum de Observação Eleitoral do Haiti–Canadá

– Evento promovido por Elections Canada

Convênios firmados

Argentina

Data da assinatura: 18 de fevereiro de 2005

Local da assinatura: Brasília – Brasil

Assinatura: Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence e Ana Cafiero (Argentina)

Nome do convênio: Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, para Implementação do Sistema de Voto Eletrônico na Província de Buenos Aires.

Panamá

Data da assinatura: 3 de março de 2005

Local da assinatura: Washington/EUA

Assinatura: José Luiz Machado e Costa (encarregado de Negócios da Missão do Brasil junto à OEA) e Luigi Einaudi (secretário-geral interino da OEA)

Nome do convênio: Convênio de Cooperação Técnica entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e o Governo da República Federativa do Brasil, para a realização de um plano piloto de automatização do voto na República do Panamá.

Paraguai

Data da assinatura: 2 de maio de 2005

Local da assinatura: Brasília – Brasil

Assinatura: Ministro Carlos Velloso e Santiago Murray (coordenador eleitoral da Unidade para Promoção da Democracia da OEA)

Nome do convênio: Convênio de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, para automatização do voto na República do Paraguai. Convênio Suplementar nº 4.

Honduras

Data da assinatura: 14 de outubro de 2005

Local da assinatura: Washington/EUA

Assinatura: Ministro Carlos Velloso e Albert R. Ramdin (secretário-geral adjunto)

Nome do convênio: Convênio de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, para automatização do voto na República de Honduras.

República Dominicana

Data da assinatura: 22 de novembro de 2005

Local da assinatura: Brasília – Brasil

Assinatura: Ministro Carlos Velloso e Sr. Santiago Murray

Nome do convênio: Convênio de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, para automatização do voto na República Dominicana.

Visitas de autoridades internacionais e delegações estrangeiras

18.2 – Assinatura de convênio de cooperação com o Governo da Argentina.

– Delegação Argentina: Ana Cafeiro, diretora de Relações Internacionais da Chancelaria da Argentina

15.3 – Posse do Ministro Carlos Velloso

- Rafael Dendía, presidente do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do Paraguai
- Alberto Ramírez Zambonini, vice-presidente do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do Paraguai

2.5 – Assinatura de convênio com Paraguai

- Rafael Dendía, presidente do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do Paraguai
- Santiago Murray, coordenador da Organização dos Estados Americanos
- Eduardo Valdés Escoffery, presidente do Tribunal Eleitoral do Panamá
- Erasmo Pinilla, vice-presidente do Tribunal Eleitoral do Panamá

8.8 – Visita de delegação da Espanha

- Maria Teresa Fernández de la Vega, vice-presidente do Governo da Espanha
- Ricardo Peidró, embaixador da Espanha no Brasil
- Bernardino Leon, secretário de Estado Espanhol para Assuntos Exteriores
- Leire Pajín, secretário de Estado Espanhol para Cooperação Internacional
- Fernando Escribano, chefe de gabinete da Vice-Presidência
- Jornalistas de agências de notícias, jornais e de emissoras de rádio e de televisão da Espanha.

23.8 – Reunião para proposta de convênio de cooperação – Honduras

- Aristides Mejía Carranza, presidente do Tribunal Superior Eleitoral da República de Honduras
- Santiago Murray, coordenador da Unidade de Promoção da Democracia da Organização dos Estados Americanos

4.9 – Reunião para proposta de convênio de cooperação – Paraguai

- Rafael Dendía, presidente do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do Paraguai
- Ricardo Lesme, diretor-geral de Informática do TSJE/PY

2.10 – Reunião para planejamento de convênio de cooperação – Panamá

- Sr. Roberto Barnes e Sr. Manoel Ossa, responsáveis pela urna eletrônica no Panamá

23.10 – Participação no referendo

- José Maria Ruiz-Jarabo Ferrán, presidente da Junta Eleitoral Central da Espanha
- Manuel Delgado-Iribarren Garcia Campero, chefe da Assistência Jurídica

22.11 – Assinatura de convênio com a República Dominicana

- Magistrado Luís Arias Nunes, presidente da Junta Central Eleitoral da República Dominicana
- Manoel Morales Lama, embaixador da República Dominicana no Brasil
- Alejandro Aria Zarzuela, ministro conselheiro da Embaixada da República Dominicana no Brasil
- Santiago Murray, coordenador da OEA
- Nelson Gomes, presidente da Câmara Contenciosa e Administrativa da Junta Central Eleitoral.

Encaminhamento da urna eletrônica brasileira

A Assessoria Internacional, desde a sua criação, promove a saída da urna eletrônica brasileira para diversos países. Quando solicitada, esta assessoria tem encaminhado a urna para divulgação do voto eletrônico em outros países, com apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), utilizando a mala diplomática do ministério.

Países que receberam a urna por meio da mala diplomática, em 2005:

- República Dominicana;
- Panamá;
- França;

- Tunísia;
- Ucrânia;
- Estados Unidos.

Contatos da Assessoria Internacional

A assessoria manteve contato com organismos internacionais, com a finalidade de estreitar o relacionamento, visando à cooperação em matéria eleitoral. Mantém também um diretório atualizado com os contatos de organismos e tribunais eleitorais internacionais, e recebe periodicamente documentação informando sobre as mudanças na composição das cortes eleitorais internacionais.



PARTE III



Referendo 2005/Estatísticas

Referendo 2005/Estatísticas

1. Grupos de trabalho

Em 2005, no dia 23 de outubro, foi realizada a consulta popular determinada pela Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, sobre a proibição ou não do comércio de armas de fogo e munição em todo o território nacional (referendo 2005).

Assim como ocorre em todos os pleitos, a Justiça Eleitoral, formada pelos juízes eleitorais, tribunais regionais eleitorais, servidores e mesários –, esteve mobilizada para garantir, com eficiência e segurança, a realização de mais esse evento cívico da democracia brasileira.

Mais uma vez, a Justiça Eleitoral se orgulha de ter desempenhado bem sua missão institucional e apresenta à sociedade, neste relatório, informações sobre sua estrutura administrativa e operacional.

O trabalho coordenado pelo TSE, desde o planejamento das ações até as fases de execução do pleito, é resultado de um esforço conjunto de toda a rede, mas depende essencialmente do desempenho dos diversos grupos de trabalho instituídos, mediante portaria, pelo presidente do Tribunal a cada nova eleição. Com o referendo não foi diferente.

Compostos por servidores (gestores) do TSE e de tribunais regionais eleitorais, os grupos recebem instruções detalhadas de suas atribuições, seus objetivos e prazos de execução.

Os grupos que atuaram no referendo foram os seguintes:

- Campanha Institucional (Gescom);
- Sistemas de Candidatura e Propaganda Eleitoral (Gescape);
- Sistema de Totalização (GT-TOT);
- Sistemas de Urnas Eletrônicas (GT-UE);
- Sistema de Divulgação de Resultados (GT-Divulgação);
- Manuais de Instrução e Treinamento de Mesários (GT-Treinamento);

– Avaliação de Logística e Suporte Técnico (GT-Logística).

Após a conclusão das atividades do referendo, os grupos participaram, em São Paulo, da reunião de avaliação do pleito, ocasião em que cada um apresentou suas conclusões, que seguem transcritas a seguir:

Gescom

“Constatamos a consagração da marca ‘Vota Brasil’, utilizada pela terceira vez consecutiva, mostrando que houve massificação e empatia do conceito adotado junto à sociedade. Por conta disso, indicamos sua utilização para as próximas eleições.

Recomendamos também que os trabalhos do Gescom se iniciem no primeiro trimestre do ano, objetivando a agilização e a conclusão, mais cedo, da campanha para as eleições de 2006, evitando, assim, problemas causados por mudanças de última hora e falhas na execução do plano de mídia.

Sugerimos também que, no futuro, nenhuma peça seja produzida antes de sua total aprovação por parte do Gescom e do TSE”.

Gescape

“O treinamento a distância do referendo foi avaliado positivamente pela maioria dos TREs, subsidiando a eliminação do treinamento presencial para as eleições 2006. Como melhorias para o próximo pleito, o grupo sugere:

- utilizar recursos de maior interatividade no treinamento a distância;
- encaminhar relação de *outdoors* disponíveis à Justiça Eleitoral, via Internet;
- adotar sistema de *outdoor* com base de dados centralizada nos TREs, permitindo a migração para o ambiente *web*;
- possibilitar a impressão de todos os relatórios de distribuição separados por distribuição;
- implementar relatório de *outdoors* por situação;
- proibir cadastro de *outdoors* com a mesma identificação de localização;

- realizar testes dos sistemas com massa de dados diversos;
- exibir código de segurança em local nítido;
- ordenar os relatórios de forma padronizada, facilitando o trabalho de conferência.”

GT-TOT e GT-UE

“O grupo firmou entendimento de que os sistemas e demais procedimentos relacionados às urnas e à totalização dos votos atingiram alto nível de qualidade neste referendo, não tendo sido identificadas dificuldades relevantes.

Concluiu-se que a razão da alta qualidade dos sistemas alcançada neste referendo deu-se ao fato de, diante de previsão legal para a realização desta consulta popular, terem sido constituídos os grupos de trabalho, cujas atividades iniciaram-se logo após a sua formação, o que ocorreu nos primeiros meses deste exercício.

Mesmo sem autorização legislativa para a realização do evento, a qual só veio a ser aprovada em julho, os integrantes do GT-UE e GT-TOT bem assim a equipe técnica, de forma motivada e cientes de que o planejamento, a preparação e a continuidade dos procedimentos eram primordiais para atingir os objetivos, respeitaram todo o cronograma traçado para que, em outubro, tudo estivesse pronto, testado e implantado para o referendo.

Os principais trabalhos desenvolvidos pelo GT-UE e GT-TOT envolveram sugestões para as resoluções de atos preparatórios, totalização e apuração, assinatura digital, lacres e justificativa; definição, construção, testes e treinamentos dos sistemas afins; elaboração dos vídeos de treinamento, além do planejamento e acompanhamento do simulado nacional e da análise das avaliações realizadas pelos tribunais regionais eleitorais.”

GT-Divulgação

“Como sugestão de melhoria para os próximos pleitos, o grupo sugere o seguinte:

- estabelecer o aplicativo *Divulga* com configuração padrão para uso interno (Intranet), evitando relação de provedores externos que não serão utilizados no âmbito da JE;

- adotar como padrão de atendimento aos parceiros o modelo utilizado no referendo, isto é, sem conexão de redes dos parceiros nos TREs, em repositório na Internet. Para esse procedimento, deve-se observar:
 - adoção de medidas de segurança com a utilização de senha personalizada para os parceiros;
 - análise da topologia da rede de distribuição das informações para os parceiros de forma centralizada como no referendo ou replicada nos provedores das UFs (verificar necessidade de contratação para esta solução);
 - fusão das funcionalidades dos aplicativos ADMDIV e DIVFTP numa única solução, considerando a diminuição de funcionalidades no DIVFTP neste contexto. Para isto, dever-se-ia promover estudos para sua definição.
- encaminhar ao Grupo de Totalização a criação de perfil exclusivo para usuários da divulgação, obedecendo às regras deste processo e liberando alguns relatórios que não interfiram na *performance*, considerando a dificuldade de prover o aplicativo *Divulga* de alguns relatórios (em formato de impressão) utilizando filtros e seleções sobre as informações dos resultados.
- reimplementar a consulta de municípios que enviaram/não enviaram os resultados no momento (não utilizado no referendo);
- adotar a divulgação por mesorregião, conforme definido pelo IBGE;
- oferecer no mecanismo de atualização automática opção de sua efetivação pelo usuário e mencionar as diferenças em relação à anterior;
- utilizar *site* da Justiça Eleitoral para a divulgação das eleições 2006 contendo pelo menos o resultado de presidente e governadores. No caso de não impactar a *performance* do projeto, esta divulgação deveria verificar a possibilidade de incluir também o cargo de senador;
- emitir relatórios impressos com boa formatação e possibilidade de utilização de seleções e filtros, considerando que a interface atualmente está voltada para a projeção e consulta em tela, preferencialmente utilizando o TOT;
- adotar no segundo turno das eleições 2006 a divulgação das informações parciais utilizadas no referendo, exceto do resultado dos candidatos em função do fuso horário.”

GT-Treinamento

“A capacitação dos multiplicadores dos tribunais regionais se deu em duas turmas, em Brasília/DF, e foi ministrada por instrutores participantes do GT, oriundos dos regionais, eliminando assim uma etapa – a de treinamento dos instrutores.

O número de servidores treinados em Brasília foi proporcional para cada regional, obedecendo o critério do número de zonas eleitorais, totalizando 80 servidores.

Esses multiplicadores ficaram com a responsabilidade de treinar outros servidores em seus tribunais, bem como os mesários, que este ano totalizaram uma força de trabalho de 1,2 milhão.

A importância desse treinamento se dá quando 90% dos mesários afirmam que não tiveram dificuldades de realizar o trabalho no dia do pleito e que as informações recebidas no treinamento colaboraram para os trabalhos, ressaltando que 15 regionais treinam todos os mesários que compõem as seções.

Como piloto, e em parceria com o TRE/MG, elaboramos o conteúdo de treinamento para a realização da capacitação de multiplicadores dos regionais utilizando, além da metodologia presencial, a metodologia de educação a distância. Desse treinamento, participaram 16 tribunais regionais com 54 inscritos e 10 deles utilizaram os alunos desse curso como multiplicadores/instrutores de mesários.”

GT-Logística

“Sugestões para o próximo projeto de suporte técnico às urnas eletrônicas:

- manter as comissões nacional e regionais;
- elaborar resumo contendo os principais pontos a serem observados na execução do contrato (distribuir às comissões regionais);
- realizar reuniões antecipadas entre as comissões nacional e regionais e a contratada.”

2. Frentes Parlamentares (Prestação de contas)

Frente parlamentar SIM – Despesas

Frente parlamentar SIM – Receitas

Frente parlamentar NÃO – Despesas

Frente parlamentar NÃO – Receitas

Frente parlamentar SIM – Despesas

CPF/CNPJ	NOME	DATA	VALOR	TIPO
5814556000135	A 4 PAPELARIA LTDA -ME	22/11/2005	12,50	Materiais de Expediente
5814556000135	A 4 PAPELARIA LTDA -ME	22/11/2005	136,00	Materiais de Expediente
5814556000135	A 4 PAPELARIA LTDA -ME	22/11/2005	1,65	Serviços Prestados por Terceiros
5814556000135	A 4 PAPELARIA LTDA -ME	22/11/2005	15,00	Materiais de Expediente
5814556000135	A 4 PAPELARIA LTDA -ME	22/11/2005	4,50	Serviços Prestados por Terceiros
5814556000135	A 4 PAPELARIA LTDA -ME	20/11/2005	2,70	Serviços Prestados por Terceiros
5814556000135	A 4 PAPELARIA LTDA -ME	22/11/2005	85,20	Serviços Prestados por Terceiros
1848473000106	ACADEMIA DE TENIS RESORT LTDA	22/11/2005	297,00	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
1848473000106	ACADEMIA DE TENIS RESORT LTDA	22/11/2005	20,02	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
1848473000106	ACADEMIA DE TENIS RESORT LTDA	22/11/2005	113,96	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
1848473000106	ACADEMIA DE TENIS RESORT LTDA	22/11/2005	198,00	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
1848473000106	ACADEMIA DE TENIS RESORT LTDA	22/11/2005	297,00	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
1848473000106	ACADEMIA DE TENIS RESORT LTDA	22/11/2005	426,81	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
1848473000106	ACADEMIA DE TENIS RESORT LTDA	22/11/2005	234,36	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
1848473000106	ACADEMIA DE TENIS RESORT LTDA	22/11/2005	572,39	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
1848473000106	ACADEMIA DE TENIS RESORT LTDA	22/11/2005	259,16	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
1848473000106	ACADEMIA DE TENIS RESORT LTDA	22/11/2005	511,96	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
1848473000106	ACADEMIA DE TENIS RESORT LTDA	22/11/2005	2.376,00	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
1848473000106	ACADEMIA DE TENIS RESORT LTDA	22/11/2005	1.821,19	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
1848473000106	ACADEMIA DE TENIS RESORT LTDA	22/11/2005	1.386,00	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
1848473000106	ACADEMIA DE TENIS RESORT LTDA	22/11/2005	604,56	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
1848473000106	ACADEMIA DE TENIS RESORT LTDA	22/11/2005	297,00	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
1685903000116	AMERICEL S/A	22/11/2005	462,27	Água, Luz e Telefone
1685903000116	AMERICEL S/A	22/10/2005	1.765,95	Água, Luz e Telefone
1685903000116	AMERICEL S/A	22/11/2005	1.939,32	Água, Luz e Telefone
49557939400	ANA VENINA RIBEIRO CORREIA DE ARAUJO		5.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
49557939400	ANA VENINA RIBEIRO CORREIA DE ARAUJO		5.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
4921461000158	ANALITICA CONSULTORIA LTDA	20/11/2005	11.000,00	Pesquisas ou Testes
4921461000158	ANALITICA CONSULTORIA LTDA		30.000,00	Pesquisas ou Testes
268989335000178	ASSOCIAÇÃO DOS SERV. DO SUPERIOR TRIB. JUSTICA	22/11/2005	58,25	Serviços Prestados por Terceiros

Frente parlamentar SIM – Despesas

CPF/CNPJ	NOME	DATA	VALOR	TIPO
421103	BANCO DO BRASIL S/A		2,28	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		2,28	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		2,28	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		135,00	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		0,01	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		2,28	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		2,28	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		10,00	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		570,51	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		9,60	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		85,50	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		4,56	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		135,00	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		665,40	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		2,28	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		67,50	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		12,75	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		897,56	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A		371,88	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A	24/10/2005	2,28	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A	24/10/2005	0,85	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A	25/10/2005	0,85	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A	28/10/2005	10,20	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A	28/10/2005	2.016,23	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A	28/10/2005	395,28	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A	1/11/2005	0,85	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A	1/11/2005	4,50	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A	4/11/2005	2.172,12	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A	7/11/2005	6,60	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
421103	BANCO DO BRASIL S/A	11/11/2005	0,02	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias

Frete parlamentar SIM – Despesas

CPF/CNPJ	NOME	DATA	VALOR	TIPO
76535764032690	BRASIL TELECOM S/A	21/11/2005	255,96	Água, Luz e Telefone
76535764032690	BRASIL TELECOM S/A	21/11/2005	191,77	Água, Luz e Telefone
76535764032690	BRASIL TELECOM S/A	21/11/2005	435,28	Água, Luz e Telefone
76535764032690	BRASIL TELECOM S/A	21/11/2005	179,62	Água, Luz e Telefone
51624898000100	C + H COMUNICAÇÕES LTDA	20/11/2005	42.300,00	Serviços Prestados por Terceiros
51624898000100	C + H COMUNICAÇÕES LTDA		17.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
51624898000100	C + H COMUNICAÇÕES LTDA		7.200,00	Serviços Prestados por Terceiros
51624898000100	C + H COMUNICAÇÕES LTDA	20/11/2005	49.500,00	Serviços Prestados por Terceiros
3971928000101	CARVALHO, MELO E TOGNOLO ADVGADOS ASSOCIADOS S/C	27/10/2005	10.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
3971928000101	CARVALHO, MELO E TOGNOLO ADVGADOS ASSOCIADOS S/C	27/10/2005	15.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
33198706000169	CIA INDUSTRIAL DE GRANDES HOTEIS	22/11/2005	228,69	Serviços Prestados por Terceiros
33198706000169	CIA INDUSTRIAL DE GRANDES HOTEIS	22/11/2005	401,55	Serviços Prestados por Terceiros
33198706000169	CIA INDUSTRIAL DE GRANDES HOTEIS	22/11/2005	631,42	Serviços Prestados por Terceiros
1658889000242	CLIP & CLIPPING PUBLICIDADE E PROD. LTDA	22/11/2005	155,00	Serviços Prestados por Terceiros
1658889000161	CLIP & CLIPPING PUBLICIDADE E PRODUÇÕES LTDA		10.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
1658889000161	CLIP & CLIPPING PUBLICIDADE E PRODUÇÕES LTDA	22/11/2005	5.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
47503411022710	COMPANHIA BRASILEIRA DISTRIBUIÇÃO	22/11/2005	14,60	Materiais de Expediente
544478000182	CONSULTABIL CONSULTORES, AUDITORES E CONTADORES LTDA		5.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
544478000182	CONSULTABIL CONSULTORES, AUDITORES E CONTADORES LTDA		3.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
544478000182	CONSULTABIL CONSULTORES, AUDITORES E CONTADORES LTDA	22/11/2005	2.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
72499656468	DANIEL BELTRÃO ROFFITER CORREA	22/10/2005	10.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
34028316016026	ECT - EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	22/11/2005	76,30	Despesas Postais
34028316016026	ECT - EMPR. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	22/11/2005	26,40	Despesas Postais
34028316016026	ECT-EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS	22/11/2005	76,80	Despesas Postais
24906695000133	EDINA MARIA CINTRA-ME		5,60	Serviços Prestados por Terceiros
4042714000113	EMPORA DO LAGO COMERCIO DE BAR E RESTAURANTE LTDA	22/11/2005	166,21	Alimentação
6986788000133	ENCAPA ENCADERNADORA LTDA -ME	22/11/2005	30,00	Serviços Prestados por Terceiros
35664967749	FERNANDO DE OLIVEIRA		5.000,00	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
4020028000141	GOL TRANSPORTES AEREOS S/A		545,62	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
37114709000128	GW BRASILIA COMUNICAÇÃO S/A	22/11/2005	95.000,00	Propagandas e Publicidade

Frente parlamentar SIM – Despesas

CPF/CNPJ	NOME	DATA	VALOR	TIPO
37114709000128	GW BRASILIA COMUNICAÇÃO S/A		150.000,00	Propagandas e Publicidade
37114709000128	GW BRASILIA COMUNICAÇÃO S/A		200.000,00	Propagandas e Publicidade
37114709000128	GW BRASILIA COMUNICAÇÃO S/A		80.000,00	Propagandas e Publicidade
37114709000128	GW BRASILIA COMUNICAÇÃO S/A	20/11/2005	250.000,00	Propagandas e Publicidade
37114709000128	GW BRASILIA COMUNICAÇÕES S/A		150.000,00	Propagandas e Publicidade
32008005000157	J.L. COMPUTAÇÃO GRÁFICA EDITORA LTDA	22/11/2005	4.000,00	Propagandas e Publicidade
49260787434	JOMAN SIQUEIRA BARBOSA		11.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
49260787434	JOMAN SIQUEIRA BARBOSA		10.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
6040702000185	LANZA COMUNICAÇÃO S/C LTDA		7.000,00	Propagandas e Publicidade
6040702000185	LANZA COMUNICAÇÃO S/C LTDA		8.000,00	Propagandas e Publicidade
635197000135	LDC - LINHA DIRETA COMUNICAÇÃO S/C LTDA		50.000,00	Propagandas e Publicidade
635197000135	LDC - LINHA DIRETA COMUNICAÇÃO S/C LTDA		30.000,00	Propagandas e Publicidade
635197000135	LDC - LINHA DIRETA COMUNICAÇÃO S/C LTDA	20/11/2005	72.000,00	Propagandas e Publicidade
635197000135	LDC LINHA DIRETA COMUNICAÇÃO S/C LTDA		30.000,00	Propagandas e Publicidade
7144284000139	LINCE PESQUISA DE MERCADO E PARTICIPAÇÕES LTDA	20/11/2005	42.200,00	Pesquisas ou Testes
5916755000154	LUA BRANCA COMUNICAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL LTDA	22/11/2005	150.000,00	Propagandas e Publicidade
37069853000190	MANHATTAN HOTEIS E TURISMO LTDA		5.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
37069853000190	MANHATTAN HOTEIS E TURISMO LTDA	17/11/2005	3.488,00	Serviços Prestados por Terceiros
37069853000190	MANHATTAN HOTEIS E TURISMO LTDA	22/11/2005	342,44	Serviços Prestados por Terceiros
1566431000182	MARISOL PAPELARIA LTDA	22/11/2005	73,85	Materiais de Expediente
1163221000143	NEW OFFICE PESQUISA E INFORMAÇÃO LTDA		3.400,00	Serviços Prestados por Terceiros
1163221000143	NEW OFFICE PESQUISA E INFORMAÇÃO LTDA		10.200,00	Serviços Prestados por Terceiros
1163221000143	NEW OFFICE PESQUISA E INFORMAÇÃO LTDA		13.600,00	Serviços Prestados por Terceiros
540252000103	PAPELARIA ABC COM IND LTDA	22/11/2005	27,00	Materiais de Expediente
33313503000419	PEREIRA DE SOUZA & CIA LTDA		80.000,00	Propagandas e Publicidade
33313503000419	PEREIRA DE SOUZA & CIA LTDA		91.198,00	Propagandas e Publicidade
554790000157	PROMAVE - PROMOTORA NACIONAL DE VENDAS LTDA		7.000,00	Impressos
72573264000226	REVITA REVISTAS E TABACOS LTDA	22/11/2005	8,90	Materiais de Expediente
3958485000115	RPS BAR E RESTAURANTE LTDA	22/11/2005	201,85	Alimentação
26428219000180	RRN COMUNICAÇÃO E MARKETING S/C LTDA	20/11/2005	30.000,00	Serviços Prestados por Terceiros

Frente parlamentar SIM – Despesas

CPF/CNPJ	NOME	DATA	VALOR	TIPO
26428219000180	RRN COMUNICAÇÃO E MARKETING S/C LTDA		10.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
92772821000164	S/A VIAÇÃO AEREA RIO GRANDE	22/11/2005	56,52	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
92772821000164	S/A VIAÇÃO AEREA RIO GRANDE	22/11/2005	305,00	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
31708000100	SINDICATO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEICULOS RODOVIARIOS	22/11/2005	1.778,70	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
3604733000123	SINDICATO NACIONAL DOS TAXISTAS -SINTAX/DF	22/11/2005	10,00	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
3604733000123	SINDICATO NACIONAL DOS TAXISTAS -SINTAX/DF	22/11/2005	10,00	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
3604733000123	SINDICATO NACIONAL DOS TAXISTAS-SINTAX/DF	22/11/2005	10,00	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
3910081000155	SÓ CARTAZ OUTDOOR S/C LTDA		50.000,00	Impressos
4908301000250	SPLIT COMERCIO DE ALIMENTO LTDA	22/11/2005	18,10	Alimentação
70236971000110	STAMPA OUTDOOR LTDA	20/11/2005	112.332,00	Propagandas e Publicidade
2012862000160	TAM S/A	22/11/2005	638,55	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
2012862000160	TAM S/A	22/11/2005	638,55	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
2012862000160	TAM S/A	22/11/2005	742,55	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
2012862000160	TAM S/A	22/11/2005	1.029,55	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
2012862000160	TAM S/A	22/11/2005	593,10	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
4164616000159	TNL PCS S/A		420,66	Água, Luz e Telefone
4164616000159	TNL PCS S/A	22/11/2005	2.062,40	Água, Luz e Telefone
1621412000101	TORRE RESTAURANTE LTDA	22/11/2005	47,40	Alimentação
14490099134	VALERIA VELASCO		5.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
14490099134	VALÉRIA VELÁSICO		9.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
14490099134	VALÉRIA VELÁSICO		4.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
4066143005035	VARIG LOGISTICA S/A	22/11/2005	736,53	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
92772821000164	VIAÇÃO AEREA RIO GRANDE	22/11/2005	637,55	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
92772821000164	VIAÇÃO AEREA RIO GRANDE	22/11/2005	637,55	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
92772821000164	VIAÇÃO AEREA RIO GRANDE	22/11/2005	963,10	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
92772821000164	VIAÇÃO AEREA RIO GRANDE	22/11/2005	307,55	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
92772821000164	VIAÇÃO AEREA RIO GRANDE	22/11/2005	305,00	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
92772821000164	VIAÇÃO AEREA RIO GRANDE	22/11/2005	457,62	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
92772821000164	VIAÇÃO AEREA RIO GRANDE	22/11/2005	689,62	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
92772821000164	VIAÇÃO AEREA RIO GRANDE	22/11/2005	540,55	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios

Frente parlamentar SIM – Despesas

CPF/CNPJ	NOME	DATA	VALOR	TIPO
1407891000168	WINNWR TRANSPORTE RAPIDO LTDA	22/11/2005	17,00	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
4293466000183	YOIBRASIL COMUNICAÇÃO LTDA	20/11/2005	48.200,00	Propagandas e Publicidade
	CARADEÇÃO PRODUÇÕES LTDA		140.000,00	Propagandas e Publicidade
	J. DI GIORGIO & CIA LTDA		45.000,00	Impressos
	LUIZ PAULO FERNANDEZ CONDE		6.000,00	Locação de Bens Imóveis
			2.283.833,49	

Frete parlamentar SIM – Receitas

CNPJ	DOADOR	DATA	VALOR	TIPO
3011536000109	CARADEÇÃO PRODUÇÕES LTDA	21/10/05	140.000,00	Estimado
17246661000102	CIEMG - CENTRO INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DE MINAS GERAIS	17/10/05	199.240,00	Cheque
2808708000107	COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV	21/10/05	400.000,00	Dinheiro
33042730007206	COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL	28/09/05	200.000,00	Dinheiro
33655721000199	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL	23/09/05	100.000,00	Cheque
2533310000105	COOPERATIVA DE TRABALHO ESTRUTURAR	10/10/05	200.000,00	Cheque
2533310000105	COOPERATIVA DE TRABALHO ESTRUTURAR	18/10/05	200.000,00	Dinheiro
2533310000105	COOPERATIVA DE TRABALHO ESTRUTURAR	11/11/05	80.000,00	Dinheiro
4403983000168	GRAMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	10/10/05	50,00	Dinheiro
34005108000199	J. DI GIORGIO & CIA LTDA	21/10/05	45.000,00	Estimado
26581728187	JOAQUIM NOGALES VASCONCELOS	06/09/05	1,00	Dinheiro
6882874689	LUIZ AUGUSTO CABRAL ASSUNÇÃO	03/10/05	20,00	Dinheiro
2702509720	LUIZ PAULO FERNANDEZ CONDE	11/10/05	6.000,00	Estimado
2757614000148	TNL CONTAX S/A	04/10/05	200.000,00	Dinheiro
2757614000148	TNL CONTAX S/A	20/10/05	200.000,00	Dinheiro

1.970.311,00

Frete parlamentar NÃO – Despesas

NPJ	FORNECEDOR	DATA	VALOR	TIPO
256153	BANCO DO BRASIL		86,64	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
256153	BANCO DO BRASIL		24,90	Água, Luz e Telefone
256153	BANCO DO BRASIL		376,55	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
256153	BANCO DO BRASIL	01/11/05	36,80	Água, Luz e Telefone
256153	BANCO DO BRASIL		163,40	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
256153	BANCO DO BRASIL	10/11/05	4,50	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
256153	BANCO DO BRASIL	18/11/05	23,86	Impostos e Taxas
256153	BANCO DO BRASIL S/A		15,00	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
256153	BANCO DO BRASIL S/A		15,00	Encargos Financeiros e Taxas Bancárias
64355258000193	BELO HORIZONTE FLAT SERVICE		34,40	Passagens e Condições/Viagens e Pedágios
66542002002083	BLUE TREE HOTELS & RESORTS DO BRASIL S/A		173,75	Passagens e Condições/Viagens e Pedágios
2290809000120	COMERCIAL CENTER LIDER ARICANDUVA LTDA		9,90	Material de Expediente
3439316001497	CONSTRUDECOR S/A		7,25	Material de Expediente
256153	CPMF		30,62	Impostos e Taxas
256153	CPMF		93,01	Impostos e Taxas
256153	CPMF	28/10/05	285,43	Impostos e Taxas
256153	CPMF	11/11/05	18,73	Impostos e Taxas
5883170000185	DA CASA & COMPLEMENTOS ALUGUEL DE MATERIAIS P/ FESTA LTDA -EPP	25/10/05	550,50	Locações de Bens Móveis
34028316299303	ECT EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS		58,60	Despesas Postais
68200393000110	ECT EMP. BRASIL. CORREIOS E TELEGRAFOS		57,90	Despesas Postais
34028316299303	ECT EMP BRASILEIRA DE CORREIOS		397,00	Despesas Postais
34028316299303	ECT EMPRESA BRASIL. DE CORREIOS		38,70	Despesas Postais
44193423000140	EMPRESA JORNAL. FOLHA METROPOLITANA LTDA		3.227,00	Propagandas e Publicidade
76621499000116	ESTILO PAINÉIS LTDA		4.000,00	Propagandas e Publicidade
2298581000115	EXPANSÃO PARK ESTACIONAMENTO LTDA - ME	25/10/05	6,00	Passagens e Condições/Viagens e Pedágios
3227178000168	GRAFICA E EDITORA 2000 LTDA	25/10/05	2.980,00	Serviços Prestados por Terceiros
3227178000168	GRAFICA E EDITORA 2000 LTDA	25/10/05	480,00	Impressos
77768943000193	HOTEL BOURBON DE FOZ DO IGUAÇU LTDA		43,00	Passagens e Condições/Viagens e Pedágios
33020520000115	HOTEL NOVO MUNDO LTDA		24,20	Passagens e Condições/Viagens e Pedágios
40413390000197	IRMÃOS MENEZES PAINÉIS PUBLICITÁRIOS LTDA - ME	01/11/05	3.750,00	Propagandas e Publicidade
4311938000183	ITAM SPEED EXPRESS LTDA - ME	24/10/05	340,00	Serviços Prestados por Terceiros
6176593000128	LANCHONETE FLOR DA MARECHAL LTDA - ME	23/10/05	9,00	Alimentação

Frete parlamentar NÃO – Despesas

CNPJ	FORNECEDOR	DATA	VALOR	TIPO
49320534000194	LIP GRÁFICA E EDITORA LTDA - ME		483,87	Impressos
2615379000170	MARILENE SANTANA DOS SANTOS FRAIA		1.700,00	Impressos
2615379000170	MARILENE SANTANA DOS SANTOS FRAIA		1.305,00	Impressos
2615379000170	MARILENE SANTANA DOS SANTOS FRAIA	25/10/05	30.000,00	Impressos
2615379000170	MARILENE SANTANA DOS SANTO S FRAIA - ME		12.000,00	Propagandas e Publicidade
2615379000170	MARILENE SANTANA DOS SANTOS FRAIA - ME		3.800,00	Impressos
2681480000164	PAPELARIA UNIXCEL LTDA - EPP		580,00	Materiais de Expediente
5090977000160	POSTO DE COMBUSTIVEIS ROGERIO MAIA LTDA		1.432,36	Combustíveis e Lubrificantes
5090977000160	POSTO DE COMBUSTIVEIS ROGERIO MAIA LTDA	23/10/05	2.323,05	Combustíveis e Lubrificantes
53372470000142	PRODUTEC PRODUÇÕES DE VIDEO LTDA		2.500,00	Eventos Promocionais
5239708000113	PROPECT INTELLIGENCE ASSESSORIA PLANEJAMENTO INTELIG. SEG. LTD	01/11/05	4.500,00	Serviços Prestados por Terceiros
5239708000113	PROSECT INTELLIGENCE ASS PLANEJ	01/11/05	4.500,00	Serviços Prestados por Terceiros
80188774000127	RESTAURANTE AEROPORTO AFONSO PENA LTDA		184,03	Alimentação
58118563000240	RESULTS ASSESSORIA E ADMINISTRAÇÃO LTDA		110,25	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
58118563000240	RESULTS ASSESSORIA E ADMINISTRAÇÃO LTDA		128,94	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
58118563000240	RESULTS ASSESSORIA E ADMINISTRAÇÃO LTDA		154,29	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
21580105000137	RITZ PLAZA HOTEL		5,69	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
4787614000116	RTS COMÉRCIO E SERVIÇOS EM HARDWARE LTDA - ME	16/11/05	6.300,00	Serviços Prestados por Terceiros
358523000104	S/A XAVIER - ME		2.200,00	Alimentação
3017210000180	SILVA & CASTILHOS LTDA		1.500,00	Propagandas e Publicidade
2012862000160	TAMI LINHAS AEREAS S/A	03/11/05	3.141,00	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
	TAXI	23/10/05	35,00	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
	TAXI	24/10/05	19,00	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
92772821000164	VARIG S/A	03/11/05	361,58	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
92772821000164	VARIG S/A	03/11/05	234,62	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
92772821000164	VARIG S/A	03/11/05	449,62	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
7612543000109	VISÃO COMÉRCIO DE BRINDES LTDA	24/10/05	3.670,00	Impressos
	VOUCHER RIO TAXI COOP		25,40	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
43686617000115	VOX POPULI CRIAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA		5.000,00	Passagens e Conduções/Viagens e Pedágios
	APICE ARTES GRÁFICAS LTDA		10.000,00	Impressos
	CBC CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		63,66	Água, Luz e Telefone
	CBC CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		200.000,00	Serviços Prestados por Terceiros

Frente parlamentar NÃO – Despesas

CNPJ	FORNECEDOR	DATA	VALOR	TIPO
	CBC CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		125.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
	CBC CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		0,00	Serviços Prestados por Terceiros
	CBC CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		187,04	Água, Luz e Telefone
	CBC CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		1.078,93	Água, Luz e Telefone
	CBC CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		947,79	Água, Luz e Telefone
	CBC CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		436.606,67	Propagandas e Publicidade
	CIA BRASILEIRA CARTUCHOS		243,90	Água, Luz e Telefone
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		22.500,00	Pesquisas ou Testes
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		200.000,00	Propagandas e Publicidade
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		22.500,00	Pesquisas ou Testes
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		150.000,00	Propagandas e Publicidade
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		150.000,00	Propagandas e Publicidade
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		150.000,00	Propagandas e Publicidade
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		150.000,00	Propagandas e Publicidade
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		1.100,00	Serviços Prestados por Terceiros
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		1.050,00	Locações de Bens Móveis
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		9.750,00	Impressos
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		150.000,00	Propagandas e Publicidade
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		45.000,00	Pesquisas ou Testes
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		101,82	Água, Luz e Telefone
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		123,97	Água, Luz e Telefone
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		117,44	Água, Luz e Telefone
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		103,02	Água, Luz e Telefone
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		34.542,37	Impressos
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		4.500,00	Impressos
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		1.260,00	Propagandas e Publicidade
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		150.000,00	Propagandas e Publicidade
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		1.860,00	Propagandas e Publicidade
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		10.025,15	Impressos
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		45,85	Água, Luz e Telefone
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		45,85	Água, Luz e Telefone
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		45,85	Água, Luz e Telefone

Frente parlamentar NÃO – Despesas

CNPJ	FORNECEDOR	DATA	VALOR	TIPO
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		89,97	Água, Luz e Telefone
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		17.795,40	Despesas Postais
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		50.000,00	Pesquisas ou Testes
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		150.000,00	Propagandas e Publicidade
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		125.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		1.500,00	Impressos
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		1.000,00	Impressos
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		2.800,00	Propagandas e Publicidade
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		5.425,01	Impressos
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		250.000,00	Propagandas e Publicidade
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		3.540,00	Serviços Prestados por Terceiros
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		9.165,00	Serviços Prestados por Terceiros
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		1.200,00	Impressos
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		1.480,00	Propagandas e Publicidade
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		2.200,00	Locações de Bens Móveis
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		16.032,00	Aquisição, Confeção e Distribuição de brindes
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		63,56	Água, Luz e Telefone
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		83,36	Água, Luz e Telefone
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		49,64	Água, Luz e Telefone
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		66,57	Água, Luz e Telefone
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		14.364,00	Serviços Prestados por Terceiros
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		1.465,20	Despesas Postais
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		7.621,70	Despesas Postais
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		34.550,00	Pesquisas ou Testes
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		34.550,00	Pesquisas ou Testes
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		225,51	Água, Luz e Telefone
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		208,15	Água, Luz e Telefone
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		175,19	Água, Luz e Telefone
	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS		199,66	Água, Luz e Telefone
	CIEMG - CENTRO INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DE MINAS GERAIS		10.000,00	Impressos
	COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV		2.000,00	Impressos
	COOPERATIVA DE TRABALHO ESTRUTURAR		5.000,00	Impressos

Frente parlamentar NÃO – Despesas

CNPJ	FORNECEDOR	DATA	VALOR	TIPO
	COOPERATIVA DE TRABALHO ESTRUTURAR		1.000,00	Impressos
	DELANO MATERIAIS ELETRICOS LTDA		300,00	Impressos
	ELUMA S/A INDUSTRIA E COMÉRCIO		5.000,00	Impressos
	EXPRESSO ARAÇATUBA LTDA		1.000,00	Impressos
	FORJAS TAURUS S/A		22.500,00	Pesquisas ou Testes
	FORJAS TAURUS S/A		200.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
	FORJAS TAURUS S/A		22.500,00	Pesquisas ou Testes
	FORJAS TAURUS S/A		50.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		100.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		15.000,00	Alimentação
	FORJAS TAURUS S/A		125.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
	FORJAS TAURUS S/A		200.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		10.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		50.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		25.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		20.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		21.500,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		8.500,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		50.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		12.150,00	Serviços Prestados por Terceiros
	FORJAS TAURUS S/A		5.000,00	Locações de Bens Móveis
	FORJAS TAURUS S/A		12.838,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		4.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
	FORJAS TAURUS S/A		12.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		50.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		2.900,00	Serviços Prestados por Terceiros
	FORJAS TAURUS S/A		1.700,00	Serviços Prestados por Terceiros
	FORJAS TAURUS S/A		20.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		8.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		8.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		2.312,00	Serviços Prestados por Terceiros
	FORJAS TAURUS S/A		50.000,00	Locações de Bens Móveis

Frente parlamentar NÃO – Despesas

CNPJ	FORNECEDOR	DATA	VALOR	TIPO
	FORJAS TAURUS S/A		50.000,00	Locações de Bens Móveis
	FORJAS TAURUS S/A		14.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		45.000,00	Pesquisas ou Testes
	FORJAS TAURUS S/A		7.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		19.700,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		100.356,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		22.944,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		40.000,00	Locações de Bens Móveis
	FORJAS TAURUS S/A		2.500,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		25.500,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		39.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
	FORJAS TAURUS S/A		39.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		4.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		4.800,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		13.300,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		7.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		2.250,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		129.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		36.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		50.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		50.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		18.816,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		11.900,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		28.034,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		9.443,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		7.500,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		10.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		4.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		15.057,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		50.000,00	Pesquisas ou Testes
	FORJAS TAURUS S/A		1.800,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		5.000,00	Propagandas e Publicidade

Frente parlamentar NÃO – Despesas

CNPJ	FORNECEDOR	DATA	VALOR	TIPO
	FORJAS TAURUS S/A		3.600,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		5.000,00	Impressos
	FORJAS TAURUS S/A		29.839,30	Aquisição, Confeção e Distribuição de brindes
	FORJAS TAURUS S/A		1.600,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		6.050,00	Cachês de Artistas ou Animadores
	FORJAS TAURUS S/A		650,00	Impressos
	FORJAS TAURUS S/A		9.350,00	Impressos
	FORJAS TAURUS S/A		8.000,00	Impressos
	FORJAS TAURUS S/A		5.600,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		2.250,00	Impressos
	FORJAS TAURUS S/A		125.000,00	Serviços Prestados por Terceiros
	FORJAS TAURUS S/A		10.577,50	Impressos
	FORJAS TAURUS S/A		2.250,00	Impressos
	FORJAS TAURUS S/A		8.000,00	Propagandas e Publicidade
	FORJAS TAURUS S/A		34.550,00	Pesquisas ou Testes
	FORJAS TAURUS S/A		34.550,00	Pesquisas ou Testes
	FORJAS TAURUS S/A		6.150,00	Aquisição, Confeção e Distribuição de brindes
	FORJAS TAURUS S/A		563.393,34	Propagandas e Publicidade
	INDUBRAC IND. BRASIL, DE CHUMBOS LTDA - EPP		502,00	Propagandas e Publicidade
	INDUSTRIA MECÂNICA SAMOT LTDA		5.000,00	Impressos
	INJETARE PLASTICOS E MOLDES LTDA		1.003,00	Propagandas e Publicidade
	LUIZ PAULO FERNANDEZ CONDE		1.000,00	Impressos
	METALURGICA BONNA LTDA		1.000,00	Impressos
	MIGUEL DE SOUZA		2.900,00	Propagandas e Publicidade
	MIGUEL DE SOUZA		3.220,00	Impressos
	MIGUEL DE SOUZA		300,00	Propagandas e Publicidade
	ONDUPAPEL IND. E COM. DE EMBALAGENS LTDA		2.000,00	Impressos
	PINHALZINHO MADEIRAS LTDA		500,00	Impressos
	ROUPAS PROFISSIONAIS MUNOZ ACUNA LTDA		1.003,00	Propagandas e Publicidade
	SIPRA TRATAMENTO DE SUPERFICIE LTDA		300,00	Impressos
	TNL CONTAX S/A		500,00	Impressos
	TRANSEICH ASS. E TRANSPORTES LTDA		1.000,00	Impressos

Frente parlamentar NÃO – Despesas

CNPJ	FORNECEDOR	DATA	VALOR	TIPO
	TRAYTON LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA		1.998,00	Propagandas e Publicidade
	TREFILAÇÃO UNIÃO DE METAIS S/A		500,00	Impressos
	VERZANI & SANDRINI LTDA		700,00	Impressos
			0,00	Serviços Prestados por Terceiros
			0,00	Serviços Prestados por Terceiros
			4.400,00	Propagandas e Publicidade
			0,00	Serviços Prestados por Terceiros
		TOTAL	5.745.990,71	

Frente parlamentar NÃO – Receitas

CNPJ	DOADOR	DATA	VALOR	TIPO
5457155000175	A DUARTE FLOR	04/10/05	100,00	Dinheiro
3989173000172	A. MELONI - ME	27/09/05	500,00	Cheque
3380268000194	A. SILVESTRE CACA E PESCA LTDA	04/10/05	100,00	Dinheiro
8252538886	ADALBERTO DA SILVA BRANCO	18/10/05	100,00	Dinheiro
36679585104	ADRIANO PERCIANO FANELI	15/09/05	101,00	Transferência Eletrônica
43229905768	ALCEBIADES PAES GARCIA	20/10/05	3.000,00	Dinheiro
93701407000127	ALCINDO REIS - FI	14/10/05	30,00	Dinheiro
1527959872	ALDO PEDRESCHI	15/09/05	5.000,00	Cheque
16371916858	ALEX MELONI	23/09/05	100,00	Transferência Eletrônica
45523517020	ALEXANDRE SOARES	12/09/05	50,00	Dinheiro
45523517020	ALEXANDRE SOARES	19/09/05	100,00	Dinheiro
45523517020	ALEXANDRE SOARES	03/10/05	100,00	Dinheiro
45523517020	ALEXANDRE SOARES	13/10/05	50,00	Dinheiro
25569001808	ALFREDO DIVANI	17/10/05	100,00	Dinheiro
54853532749	ALMIR HERDY DE OREM	05/10/05	90,00	Dinheiro
54853532749	ALMIR HERDY DE OREM	18/10/05	50,00	Dinheiro
54853532749	ALMIR HERDY DE OREM	19/10/05	1.000,00	Dinheiro
14797652870	ANDRÉ LUIZ MARTINS TIBA	15/09/05	1.000,00	Cheque
13251673807	ANDRÉ WEBER ALTOBELLO	10/10/05	100,00	Dinheiro
2990512853	ANTONIO SALVO	15/09/05	1.000,00	Cheque
61472916000139	AO GAUCHO COMERCIAL LTDA	14/10/05	70,00	Dinheiro
49343692000160	ÁPICE ARTES GRÁFICAS LTDA	14/10/05	10.000,00	Estimado
3256443000136	AREIA CAÇA E PESCA LTDA	30/09/05	100,00	Dinheiro
365024000144	ARMAMEC COM E MANUT DE ARMAS LTDA	19/09/05	80,00	Dinheiro
88049192000171	ARY AQUILES GUGEL ME	03/10/05	200,00	Dinheiro
1333676000160	AVENTURA CAÇA E PESCA LTDA	27/09/05	500,00	Cheque
439292000163	AZEVEDO & ALVES LTDA	05/10/05	50,00	Dinheiro

Frete parlamentar NÃO – Receitas

CNPJ	DOADOR	DATA	VALOR	TIPO
94752805000135	BARRIONUEVO E CIA LTDA - ME	11/10/05	100,00	Dinheiro
298713000183	BIG DE BARRA MANSA CAÇA E PESCA LTDA	03/10/05	100,00	Dinheiro
298713000183	BIG DE BARRA MANSA CAÇA E PESCA LTDA - ME	20/10/05	100,00	Dinheiro
93112910000147	BORTOLON ELETRO FERROS	13/10/05	99,00	Dinheiro
19365477000107	BRACILDO R. RICCIARDI	19/09/05	30,00	Dinheiro
68231810000192	BUFALO COM DE ARMAS MUNICOES	05/10/05	500,00	Transferência Eletrônica
88755608000177	CACA E PESCA CAMPESTRE LTDA	17/10/05	30,00	Dinheiro
22007553000109	CACA E PESCA PIRAPORA LTDA	18/10/05	50,00	Dinheiro
949938000152	CACIARMA COM DE ART ESPORTIVOS	04/10/05	200,00	Dinheiro
821032836	CARLOS AMERICO CIMATTI	19/10/05	100,00	Dinheiro
18601588620	CARLOS BALDO	05/10/05	100,00	Dinheiro
17199688000183	CASA DE UMBANDA SETE PEDRAS	24/10/05	50,00	Dinheiro
17199688000183	CASA DOS PESCADORES LTDA	03/10/05	500,00	Cheque
925871000116	CASA KAMMEL CAMPING	17/10/05	99,95	Dinheiro
52188158000130	CASA SPERATTI CAÇA E PESCA LTDA	14/10/05	1.500,00	Dinheiro
52188158000130	CASA SPERATTI CAÇA E PESCA LTDA	18/10/05	1.500,00	Dinheiro
65611857000355	CASTRO ARMAS LTDA	18/10/05	97,00	Dinheiro
1084187000111	CASTRO COMÉRCIO E DISTRIB LTDA	14/10/05	10,00	Dinheiro
1084187000111	CASTRO COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA	14/10/05	490,00	Cheque
57494031000163	CBC CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	12/11/05	63,66	Estimado
57494031000163	CBC CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	22/08/05	200.000,00	Estimado
57494031000163	CBC CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	14/09/05	125.000,00	Estimado
57494031000163	CBC CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	03/10/05	4.400,00	Estimado
57494031000163	CBC CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	12/11/05	187,04	Estimado
57494031000163	CBC CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	12/11/05	1.078,93	Estimado
57494031000163	CBC CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	12/11/05	947,79	Estimado
57494031000163	CBC CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	18/11/05	436.606,67	Estimado

Frente parlamentar NÃO – Receitas

CNPJ	DOADOR	DATA	VALOR	TIPO
91857698000111	CELCO BAU - ME	06/10/05	300,00	Transferência Eletrônica
4931721000176	CELESTE REDIVO - FI	07/10/05	100,00	Dinheiro
8251118891	CELESTINO JANUÁRIO	17/10/05	100,00	Dinheiro
19032590000127	CENTER ARMAS LTDA	06/10/05	100,00	Dinheiro
57494031000163	CIA BRASILEIRA CARTUCHOS	06/11/05	243,90	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	17/08/05	22.500,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	24/08/05	200.000,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	02/09/05	22.500,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	09/09/05	150.000,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	12/09/05	150.000,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	19/09/05	150.000,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	26/09/05	150.000,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	27/09/05	1.100,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	27/09/05	1.050,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	03/10/05	150.000,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	03/10/05	45.000,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	03/10/05	9.750,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	06/10/05	101,82	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	06/10/05	117,44	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	06/10/05	103,02	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	06/10/05	123,97	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	10/10/05	150.000,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	10/10/05	10.025,15	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	10/10/05	1.260,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	10/10/05	1.860,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	10/10/05	34.542,37	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	10/10/05	4.500,00	Estimado

Frente parlamentar NÃO – Receitas

CNPJ	DOADOR	DATA	VALOR	TIPO
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	12/10/05	45,85	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	12/10/05	45,85	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	12/10/05	89,97	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	12/10/05	45,85	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	14/10/05	17.795,40	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	17/10/05	150.000,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	17/10/05	50.000,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	18/10/05	125.000,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	19/10/05	2.800,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	19/10/05	1.000,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	19/10/05	1.500,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	20/10/05	3.540,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	20/10/05	250.000,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	20/10/05	9.165,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	20/10/05	5.425,01	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	21/10/05	1.200,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	21/10/05	1.480,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	24/10/05	2.200,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	28/10/05	16.032,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	28/10/05	14.364,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	28/10/05	49,64	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	28/10/05	66,57	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	28/10/05	83,36	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	28/10/05	63,56	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	31/10/05	1.465,20	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	31/10/05	7.621,70	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	01/11/05	34.550,00	Estimado

Frete parlamentar NÃO – Receitas

CNPJ	DOADOR	DATA	VALOR	TIPO
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	01/11/05	34.550,00	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	06/11/05	199,66	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	06/11/05	175,19	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	06/11/05	225,51	Estimado
57494031000163	CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	06/11/05	208,15	Estimado
64707075053	CLARI PEREIRA DE ARAUJO	03/10/05	50,00	Dinheiro
64707075053	CLARI PEREIRA DE ARAUJO	06/10/05	50,00	Dinheiro
64707075053	CLARI PEREIRA DE ARAUJO	11/10/05	50,00	Dinheiro
42479541053	CLEUSA CENTENO DOS SANTOS	12/09/05	100,00	Dinheiro
42479541053	CLEUSA CENTENO DOS SANTOS	04/10/05	150,00	Dinheiro
42479541053	CLEUSA CENTENO DOS SANTOS	05/10/05	90,00	Dinheiro
42479541053	CLEUSA CENTENO DOS SANTOS	17/10/05	10,00	Dinheiro
42479541053	CLEUSA CENTENO DOS SANTOS	18/10/05	50,00	Dinheiro
2034527000162	CLOVIS CESAR DE AGUIAR - FI	05/10/05	50,00	Dinheiro
3523265000162	COM DE ART DE CACA E PESCA CANOAS LTDA	17/10/05	50,00	Dinheiro
4741010000139	COM DE CAÇA E PESCA CAMPING LTDA	14/09/05	150,00	Dinheiro
2427658000100	COMERCIAL NATIVA LTDA	16/09/05	100,00	Dinheiro
4741010000139	COMÉRCIO DE CAÇA, PESCA E CAMPING LTDA	11/10/05	150,00	Dinheiro
2519182000137	COML S&C ARTIGOS ESPORTIVOS	07/10/05	50,00	Dinheiro
2686086000183	COMPESCA ART DE CACA E PESCA LTDA	20/10/05	50,00	Dinheiro
4349636000102	CTT CENTRO DE TREINAMENTO TÁTICO LTDA	21/10/05	20.000,00	Dinheiro
84581305000124	D. FERLE E CIA. LTDA	19/09/05	90,00	Dinheiro
88234141000110	DARIO MOTTA JACONDINO	04/10/05	20,00	Dinheiro
5675391800	DÉCIO CORREA	14/10/05	100,00	Transferência Eletrônica
47663778000144	DELAMANO MATERIAIS ELETRICOS LTDA	19/10/05	300,00	Estimado
16770349000142	DEPOSITO ROBERTO DOS SANTOS CARVALHAIS	11/10/05	90,00	Dinheiro
88820360000180	DERLI VALDIR BOHRER	19/10/05	100,00	Dinheiro

Frete parlamentar NÃO – Receitas

CNPJ	DOADOR	DATA	VALOR	TIPO
7616538053	DILSON CAMPOS DIAS	03/10/05	50,00	Dinheiro
7616538053	DILSON CAMPOS DIAS	05/10/05	50,00	Dinheiro
7616538053	DILSON CAMPOS DIAS	11/10/05	20,00	Dinheiro
3542093000174	D.M. PESCA LTDA	19/09/05	50,38	Dinheiro
21657357856	DOUGLAS RYRIE SHAW	19/09/05	1.000,00	Cheque
1673604854	EDGAR A. GODOI R. PINTO	09/09/05	100,00	Dinheiro
46435131791	EDUARDO DIAS CUNHA	05/10/05	400,00	Cheque
66344000759	EDUARDO RUBINSTEIN	14/09/05	300,00	Cheque
19738994853	ELCIO ZICARDI	12/09/05	30,00	Dinheiro
88196696000114	ELETRODOMÉSTICOS SCHWERTNER LTDA	10/10/05	150,00	Dinheiro
11939141168	ELIZABETH GRACIELA DOS SANTOS	04/10/05	100,00	Cheque
75052210868	ELOIR MARIO MARCELINO	10/09/05	100,00	Dinheiro
75052210868	ELOIR MARIO MARCELINO	23/09/05	100,00	Dinheiro
57488645000132	ELUMA S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	19/10/05	5.000,00	Estimado
1237420059	ELY ZEFERINO CENTENO	06/10/05	100,00	Dinheiro
1237420059	ELY ZEFERINO CENTENO	18/10/05	50,00	Dinheiro
2172880000109	EQUIPS DE CACA E PESCA LTDA	10/10/05	50,00	Dinheiro
3767071000102	E.R. QUEIROS COMERCIO ME	22/09/05	30,00	Dinheiro
41695828704	EVANDRO LUIZ COSER	20/09/05	750,00	Transferência Eletrônica
41695828704	EVANDRO LUIZ COSER	18/10/05	250,00	Transferência Eletrônica
57692055003657	EXPRESSO ARAÇATUBA LTDA	19/10/05	1.000,00	Estimado
21602185883	FABIO MAGNANI	14/09/05	1.000,00	Cheque
21602185883	FÁBIO MAGNANI	20/09/05	1.000,00	Cheque
11500557820	FÁBIO MORGANTI	10/10/05	100,00	Transferência Eletrônica
6678137809	FABIO TINELLI	13/10/05	200,00	Dinheiro
10491442874	FERNANDO CANTON ANTONIAZZI	19/09/05	100,00	Dinheiro
10491442874	FERNANDO CANTON ANTONIAZZI	22/09/05	110,00	Dinheiro

Frente parlamentar NÃO – Receitas

CNPJ	DOADOR	DATA	VALOR	TIPO
94682330810	FERNÃO LARA MESQUITA	07/10/05	1.000,00	Transferência Eletrônica
96735188000195	FERRAGEM FELDMAN LTDA	28/09/05	20,00	Dinheiro
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	17/08/05	22.500,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	22/08/05	200.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	02/09/05	22.500,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	09/09/05	50.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	09/09/05	100.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	14/09/05	125.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	14/09/05	15.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	15/09/05	200.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	15/09/05	50.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	15/09/05	20.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	15/09/05	10.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	15/09/05	25.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	16/09/05	21.500,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	16/09/05	8.500,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	19/09/05	50.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	22/09/05	12.150,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	22/09/05	12.838,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	22/09/05	12.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	22/09/05	5.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	22/09/05	4.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	23/09/05	2.900,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	23/09/05	50.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	23/09/05	1.700,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	23/09/05	2.312,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	23/09/05	8.000,00	Estimado

Frete parlamentar NÃO – Receitas

CNPJ	DOADOR	DATA	VALOR	TIPO
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	23/09/05	8.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	23/09/05	20.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	26/09/05	14.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	26/09/05	50.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	26/09/05	50.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	28/09/05	45.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	30/09/05	7.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	30/09/05	19.700,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	01/10/05	100.356,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	03/10/05	40.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	03/10/05	25.500,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	03/10/05	7.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	03/10/05	13.300,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	03/10/05	4.800,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	03/10/05	4.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	03/10/05	39.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	03/10/05	39.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	03/10/05	22.944,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	03/10/05	2.500,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	07/10/05	2.250,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	10/10/05	129.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	10/10/05	36.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	10/10/05	50.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	10/10/05	50.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	10/10/05	28.034,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	10/10/05	18.816,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	10/10/05	11.900,00	Estimado

Frente parlamentar NÃO – Receitas

CNPJ	DOADOR	DATA	VALOR	TIPO
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	13/10/05	9.443,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	14/10/05	7.500,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	14/10/05	4.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	14/10/05	10.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	17/10/05	15.057,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	17/10/05	50.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	19/10/05	29.839,30	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	19/10/05	1.800,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	19/10/05	3.600,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	19/10/05	1.600,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	19/10/05	5.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	19/10/05	5.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	20/10/05	8.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	20/10/05	6.050,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	20/10/05	9.350,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	20/10/05	650,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	21/10/05	125.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	21/10/05	5.600,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	21/10/05	10.577,50	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	21/10/05	2.250,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	21/10/05	2.250,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	25/10/05	8.000,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	01/11/05	34.550,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	01/11/05	34.550,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	08/11/05	6.150,00	Estimado
92781335000102	FORJAS TAURUS S/A	18/11/05	563.393,34	Estimado
3233893000103	FRANCELINO QUINTERO PRUDENCIO	30/09/05	85,00	Dinheiro

Frete parlamentar NÃO – Receitas

CNPJ	DOADOR	DATA	VALOR	TIPO
7336969000187	FRANCISCO CORREIA NETO - ME	20/10/05	100,00	Dinheiro
218448872	GIORGIO GAVAZZI	15/09/05	2.000,00	Cheque
10010967893	GUILHERME ALVES	18/10/05	200,00	Dinheiro
4471150000134	GUSTAVO HERTER - FI	17/10/05	50,00	Dinheiro
2731674806	HAMILTON CICONE	07/10/05	100,00	Transferência Eletrônica
85785911949	HILDEBRANDO DE LIMA SOUSA	05/09/05	20,00	Dinheiro
20085419753	HUGO AQUINO FILHO	14/10/05	300,00	Cheque
5263400705	HUGO AQUINO NETO	14/10/05	300,00	Cheque
8631833878	IGOR DENYSZCZUK	04/10/05	100,00	Transferência Eletrônica
8631833878	IGOR DENYSZCZUK	17/10/05	200,00	Cheque
75135590000169	IND E COM DE LANTERNAS JACARÉ LTDA	19/10/05	15,00	Dinheiro
41578535000121	IND E COM DE RACOES DOURADO LTDA	03/10/05	80,00	Dinheiro
59261347000130	INDUBRAC IND. BRASIL. DE CHUMBOS LTDA - EPP	17/10/05	502,00	Estimado
56912124000106	INDÚSTRIA MECÂNICA SAMOT LTDA	14/10/05	5.000,00	Estimado
3579763000127	INJETARE PLASTICOS E MOLDES LTDA	17/10/05	1.003,00	Estimado
88787148000169	IRMAOS BOLDO LTDA	03/10/05	98,00	Dinheiro
31143970004	IVANIR GASPARI	05/10/05	1.100,00	Cheque
80947581049	JEFFERSON DE BEM BORGES	03/10/05	100,00	Dinheiro
80947581049	JEFFERSON DE BEM BORGES	05/10/05	90,00	Dinheiro
80947581049	JEFFERSON DE BEM BORGES	17/10/05	50,00	Dinheiro
11939141168	JOAO ALBERTO FRAGA	07/10/05	130,00	Dinheiro
11939141168	JOÃO ALBERTO FRAGA	06/10/05	500,00	Dinheiro
11939141168	JOÃO ALBERTO FRAGA	07/10/05	500,00	Dinheiro
11939141168	JOÃO ALBERTO FRAGA	19/10/05	500,00	Dinheiro
11939141168	JOÃO ALBERTO FRAGA	19/10/05	500,00	Dinheiro
11939141168	JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA	05/09/05	1,00	Dinheiro
11939141168	JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA	06/09/05	1,00	Dinheiro

Frente parlamentar NÃO – Receitas

CNPJ	DOADOR	DATA	VALOR	TIPO
11939141168	JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA	06/09/05	5,00	Dinheiro
11939141168	JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA	06/09/05	1,00	Dinheiro
11939141168	JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA	08/09/05	1,25	Dinheiro
11939141168	JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA	13/10/05	1.900,00	Dinheiro
11939141168	JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA	14/10/05	5.000,00	Cheque
11939141168	JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA	25/10/05	8,00	Dinheiro
623806000136	JOÃO BATISTA DE CASTRO ME	06/10/05	500,00	Cheque
1022545000161	JOEL C. MACHADO E CIA LTDA	04/10/05	90,00	Dinheiro
1022545000161	JOEL C. MACHADO E CIA LTDA	10/10/05	100,00	Dinheiro
4682610000173	JOELMO S. PEREIRA EQUIPS DE PESCA E	17/10/05	95,00	Dinheiro
31897525753	JORGE LUIZ ALQUERES FERREIRA	21/10/05	100,00	Dinheiro
16771699072	JOSÉ JOÃO APPEL MATTOS	20/09/05	100,00	Dinheiro
16771699072	JOSÉ JOÃO APPEL MATTOS	29/09/05	1.000,00	Dinheiro
16771699072	JOSÉ JOÃO APPEL MATTOS	03/10/05	200,00	Dinheiro
16771699072	JOSÉ JOÃO APPEL MATTOS	05/10/05	90,00	Dinheiro
16771699072	JOSÉ JOÃO APPEL MATTOS	10/10/05	50,00	Dinheiro
16771699072	JOSÉ JOÃO APPEL MATTOS	18/10/05	2.000,00	Dinheiro
19973870859	JOSÉ MARIA FERREIRA	17/10/05	100,00	Dinheiro
4015975804	JOSÉ PONTES JÚNIOR	13/09/05	101,00	Dinheiro
5846951791	JOSÉ SARAIVA ANDRADE	10/10/05	40,00	Dinheiro
4918789749	JOSIAS QUINTAL DE OLIVEIRA	09/09/05	80,00	Dinheiro
4918789749	JOSIAS QUINTAL DE OLIVEIRA	19/09/05	100,00	Dinheiro
4918789749	JOSIAS QUINTAL DE OLIVEIRA	30/09/05	100,00	Dinheiro
4918789749	JOSIAS QUINTAL DE OLIVEIRA	05/10/05	150,00	Dinheiro
4918789749	JOSIAS QUINTAL DE OLIVEIRA	05/10/05	90,00	Dinheiro
4918789749	JOSIAS QUINTAL DE OLIVEIRA	06/10/05	100,00	Dinheiro
4918789749	JOSIAS QUINTAL DE OLIVEIRA	06/10/05	50,00	Dinheiro

Frete parlamentar NÃO – Receitas

CNPJ	DOADOR	DATA	VALOR	TIPO
4918789749	JOSIAS QUINTAL DE OLIVEIRA	06/10/05	20,00	Dinheiro
4918789749	JOSIAS QUINTAL DE OLIVEIRA	11/10/05	150,00	Dinheiro
4918789749	JOSIAS QUINTAL DE OLIVEIRA	17/10/05	2.000,00	Dinheiro
4918789749	JOSIAS QUINTAL DE OLIVEIRA	18/10/05	160,00	Dinheiro
4918789749	JOSIAS QUINTAL DE OLIVEIRA	20/10/05	95,00	Dinheiro
39696703000131	LAGUNA INCORORAÇÕES LTDA	11/10/05	100,00	Dinheiro
11154001857	LAMBERTO GODOY RAMENZONI	15/09/05	1.000,00	Cheque
11154001857	LAMBERTO GODOY RAMENZONI	15/09/05	1.000,00	Cheque
11154001857	LAMBERTO GODOY RAMENZONI	04/10/05	400,00	Dinheiro
2986396887	LAMBERTO JOSÉ RAMENZONI	17/10/05	200,00	Cheque
94123924000129	LEONISIO BERNARDI LANCANOVA	05/10/05	30,00	Dinheiro
85293229834	LUIZ CARLOS ANDRADE DA GRAÇA	18/10/05	200,00	Dinheiro
42459486804	LUIZ ROBERTO ORTIZ NASCIMENTO	22/09/05	1.000,00	Dinheiro
38039974704	LYLE AMAURY TARRISSE DA FONTOURA	19/09/05	100,00	Dinheiro
4891120000187	MACEIO PESCA LTDA	09/09/05	300,00	Transferência Eletrônica
56436955887	MANOEL OTAVIO CARREIRA ROCHA	17/10/05	100,00	Cheque
7185281822	MARCELO DE FREITAS BORGES	18/10/05	100,00	Dinheiro
29856594855	MARCOS ALCANTARA MACHADO	18/10/05	200,00	Cheque
46146016187	MARCOS ANTONIO NUNES DE OLIVEIRA	06/09/05	1,00	Dinheiro
25835323000126	MARCOS DE MELO QUEIROZ	25/09/05	1.000,00	Dinheiro
682330868	MARCOS DE SOUZA BARROS	14/10/05	100,00	Cheque
14539152149	MARCOS SERGIO BENITEZ GONSALEZ	10/10/05	100,00	Transferência Eletrônica
1129316000140	MARIA ROSARIA DE OLIVEIRA - ME	17/10/05	150,00	Dinheiro
74482514000167	MASSIMO TAGLIAVINI	12/09/05	50,00	Dinheiro
97206155000110	MAURO VILI SCHEFFEL - ME	07/10/05	50,00	Dinheiro
4300029000140	METALURGICA BONNA LTDA	19/10/05	1.000,00	Estimado
9836527400	MIGUEL DE SOUZA	17/11/05	2.900,00	Estimado

Frente parlamentar NÃO – Receitas

CNPJ	DOADOR	DATA	VALOR	TIPO
9836527400	MIGUEL DE SOUZA	17/11/05	3.220,00	Estimado
9836527400	MIGUEL DE SOUZA	17/11/05	300,00	Estimado
12551680808	MILAD ALEXANDRE MACK ATALA	15/09/05	1.000,00	Cheque
4346026000147	MILENIUM CACA E PESCA E CAMPING	05/10/05	10,00	Dinheiro
2460784000166	MINERCAMPING MAGAZINE LTDA	06/10/05	20,00	Dinheiro
2467687000103	M.L. MARION E CIA LTDA	10/10/05	100,00	Dinheiro
971157000164	ONDULAPEL IND. E COM. DE EMBALAGENS LTDA	19/10/05	2.000,00	Estimado
25214250797	OTACILIO JOSE COSER FILHO	15/09/05	1.000,00	Dinheiro
83297523000179	PALACIO DOS ESPORTES COM ART ESPORTIVOS	11/10/05	150,00	Dinheiro
83297523000179	PALACIO DOS ESPORTES COM DE ART ESP LTDA	07/10/05	90,00	Dinheiro
13384524000175	PALMA E SANTOS LTDA	10/10/05	50,00	Dinheiro
25166759842	PAULO AMADOR T. ALVES C. BUENO	14/09/05	1.000,00	Cheque
12281565653	PAULO SANTOS GALASSI	21/09/05	200,00	Dinheiro
79249348000177	PAVEI ARTIGOS P/CACA E PESCA	20/09/05	100,00	Dinheiro
68170620000102	PEDRO LUIZ THEODORO DESIGN	04/10/05	100,00	Cheque
77902864000123	PINHALZINHO MADEIRAS LTDA	14/10/05	500,00	Estimado
33502196000171	PKF ARMAS E MUNICOES LTDA.	10/10/05	40,00	Dinheiro
6146677000130	PLATENSE COMÉRCIO E EXPORT LTDA	03/10/05	1.000,00	Cheque
67363954887	PLINIO NORBERTO ALVES JR	19/10/05	50,00	Dinheiro
521588000129	POLESSELLO E CIA LTDA	13/10/05	95,00	Dinheiro
72634694000120	PROPOWER COMERCIAL LTDA	14/10/05	99,00	Dinheiro
3441467000165	R.A.K THEOBALD - EPP	14/10/05	50,00	Dinheiro
21377645800	RENATO RIBEIRO FORTES ABUCHAM	15/09/05	2.000,00	Cheque
2445662000109	RICARDO RODRIGUES LOUZADA RINALDI	10/10/05	60,00	Dinheiro
2445662000109	RICARDO RODRIGUES LOUZADA RINALDI - ME	17/10/05	300,00	Cheque
2445662000109	RICARDO RODRIGUES LOUZADA RINALDI ME	29/09/05	300,00	Cheque
2478922000134	RIO NEGRO CACA E PESCA LTDA	11/10/05	60,00	Dinheiro

Frete parlamentar NÃO – Receitas

CNPJ	DOADOR	DATA	VALOR	TIPO
71006000150	R&M ARTIGOS DE CAÇA E PESCA LTDA	06/10/05	90,00	Dinheiro
1766275000101	R.M. KOTTWITZ CIA LTDA	19/10/05	95,00	Dinheiro
5954371091	ROBERTO CARDOSO MEIRELLES	10/10/05	50,00	Dinheiro
5954371091	ROBERTO CARDOSO MEIRELLES	19/10/05	100,00	Dinheiro
16770349000142	ROBERTO DOS SANTOS CARVALHAIS	30/09/05	200,00	Dinheiro
27316459891	ROBERTO LUIZ FERRO BOGUS	17/10/05	100,00	Dinheiro
75343240097	ROBINSON ANTONIO PAVONI	28/09/05	5,00	Dinheiro
16408113893	RODRIGO DE MORAES	10/10/05	100,00	Dinheiro
28987713849	ROGERIO PINTO COELHO AMATO	17/10/05	1.000,00	Transferência Eletrônica
38201771087	ROLF MUZZELL PAUL	14/09/05	70,00	Transferência Eletrônica
72995418000197	ROUPAS PROFISSIONAIS MUNOZ ACUNA LTDA	17/10/05	1.003,00	Estimado
34534377649	RUY LAGE NETO	19/10/05	1.500,00	Dinheiro
34534377649	RUY LAGE NETO	20/10/05	500,00	Dinheiro
90735424000197	SAMBURA CASA DE CAÇA E PESCA	04/10/05	1.000,00	Transferência Eletrônica
16878365000153	SEBASTIÃO JANUÁRIO DA CRUZ	14/10/05	100,00	Dinheiro
827317808	SÉRGIO D. ANDRADA DE ALMEIDA	15/09/05	2.000,00	Cheque
48395617020	SERGIO DOS SANTOS PEDROSO	22/09/05	13,00	Dinheiro
94352333000123	SERGIO FERRARI E CIA LTDA	13/10/05	100,00	Dinheiro
27471918772	SIDNEY LOVELL PARKER	30/09/05	1.000,00	Dinheiro
29472768091	SILVIO CARDOSO MEIRELLES	15/09/05	90,00	Dinheiro
29472768091	SILVIO CARDOSO MEIRELLES	30/09/05	115,00	Dinheiro
29472768091	SILVIO CARDOSO MEIRELLES	14/10/05	60,00	Dinheiro
1760041000149	SIPRA TRATAMENTO DE SUPERFICIE LTDA	19/10/05	300,00	Estimado
60212792000190	SPORT CENTER LOPES LTDA	13/10/05	1.000,00	Cheque
60212792000190	SPORT CENTER LOPES LTDA	20/10/05	1.000,00	Cheque
92929520000100	SPRINGER S/A	17/10/05	5.000,00	Transferência Eletrônica
667385000145	SUELY APARECIDA DE SOUZA FRANCO	05/10/05	100,00	Dinheiro

Frete parlamentar NÃO – Receitas

CNPJ	DOADOR	DATA	VALOR	TIPO
35319437072	SUL PARK	17/10/05	100,00	Cheque
5963264000164	TAVOLA ADVENTURE ARMAS, MUNICOES	24/10/05	100,00	Dinheiro
5758451000106	THOMPSON MOTTA ADVOG. ASSOCIADOS	14/09/05	1.000,00	Cheque
34653162000140	TIBIRICA BRITO DE ALMEIDA E CIA LTDA	06/10/05	500,00	Cheque
61415964000195	TOSCHI - CAÇA E PESCA LTDA - EPP	11/10/05	100,00	Dinheiro
88246251001092	TRANSEICH ASS. E TRANSPORTES LTDA	19/10/05	1.000,00	Estimado
4219152000130	TRAYTON LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA	17/10/05	1.998,00	Estimado
61456463000157	TREFILAÇÃO UNIÃO DE METAIS S/A	14/10/05	500,00	Estimado
2994470810	UBIRATAN GUIMARÃES	30/09/05	30,00	Dinheiro
2994470810	UBIRATAN GUIMARÃES	06/10/05	100,00	Dinheiro
2994470810	UBIRATAN GUIMARÃES	11/10/05	130,00	Dinheiro
4732011861	UMBERTO LIVANI	17/10/05	100,00	Dinheiro
90132270153	VANESSA GRASIELA DE CARVALHO	11/10/05	50,00	Dinheiro
57559387000138	VERZANI & SANDRINI LTDA	19/10/05	700,00	Estimado
82199884015	VIVIAN ARTIOLI CARDOSO	27/09/05	80,00	Dinheiro
82199884015	VIVIAN ARTIOLI CARDOSO	04/10/05	50,00	Dinheiro
82199884015	VIVIAN ARTIOLI CARDOSO	11/10/05	40,00	Dinheiro
1067765000101	WALDIR DA SILVA MAIA	19/10/05	2.000,00	Dinheiro
2540137830	WALTER ARASHIRO JUNIOR	05/10/05	200,00	Dinheiro
61178365891	WALTER JOSÉ COTELLESA	17/10/05	100,00	Dinheiro
11746807849	WILSON BUMARUF	11/10/05	200,00	Dinheiro
91083532804	YVONNE KASINSKY	21/10/05	1.000,00	Dinheiro
77625283000191	ZARUR E CIA LTDA	03/10/05	300,00	Dinheiro
TOTAL			5.726.491,95	

3. Estatísticas



Eleitorado

Comparativo do eleitorado de 2002 a 2005
Eleitorado geral do Brasil – Batimento nacional
Estatística do eleitorado por sexo e faixa etária
Estatística do eleitorado por UF

Comparativo do eleitorado de 2002 a 2005

UF	2002 Municípios/ Países	2004 Municípios/ Países	2005 Municípios/ Países	Diferença	2002 Eleitorado	2004 Eleitorado	2005 Eleitorado	%
AC	22	22	22	0	369.786	387.657	389.137	5,23
AL	102	102	102	0	1.600.092	1.769.250	1.774.914	10,93
AM	62	62	62	0	1.524.727	1.660.217	1.688.497	10,74
AP	16	16	16	0	290.101	328.577	332.589	14,65
BA	417	417	417	0	8.568.602	8.954.998	8.952.123	4,48
CE	184	184	184	0	4.805.259	5.137.253	5.144.516	7,06
DF	1	1	1	0	1.518.437	1.510.709	1.564.500	3,03
ES	78	78	78	0	2.146.425	2.236.176	2.253.444	4,99
GO	246	246	246	0	3.365.848	3.610.635	3.620.968	7,58
MA	217	217	217	0	3.391.814	3.745.493	3.735.131	10,12
MG	853	853	853	0	12.680.584	13.281.088	13.320.622	5,05
MS	77	78	78	1	1.411.773	1.492.702	1.505.058	6,61
MT	142	141	141	-1	1.730.022	1.836.140	1.854.477	7,19
PA	143	143	143	0	3.569.333	3.979.643	3.999.863	12,06
PB	223	223	223	0	2.322.068	2.468.429	2.468.633	6,31
PE*	185	185	185	0	5.396.667	5.651.120	5.656.670	4,82
PI	223	223	223	0	1.848.292	1.987.040	1.990.993	7,72
PR	399	399	399	0	6.663.381	6.907.327	6.948.437	4,28
RJ	92	92	92	0	10.213.518	10.515.216	10.645.180	4,23
RN	167	167	167	0	1.917.382	2.024.288	2.022.616	5,49
RO	52	52	52	0	882.545	951.813	954.308	8,13
RR	15	15	15	0	208.524	214.659	216.022	3,60
RS	497	496	496	-1	7.352.139	7.543.188	7.593.507	3,28
SC	293	293	293	0	3.817.974	3.996.828	4.022.170	5,35
SE	75	75	75	0	1.147.933	1.243.591	1.245.813	8,53
SP	645	645	645	0	25.655.553	27.055.013	27.303.895	6,42
TO	139	139	139	0	785.397	843.229	838.742	6,79
Total	5.565	5.564	5.564	-1	115.184.176	121.332.279	122.042.825	5,95
ZZ	92	92	92	0	69.937	59.352	59.921	-14,32
Total Geral	5.657	5.656	5.656	-1	115.254.113	121.391.631	122.102.746	5,94

*Incluso o Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Eleitorado geral do Brasil – Batimento nacional

UF	Municípios	Zonas	Locais	Seções	Eleitorado	Eleitores Cancelados	Eleitores Suspensos
AC	22	10	544	1.220	389.137	40.922	2.107
AL	102	54	832	5.063	1.774.914	187.137	893
AM	62	69	1.379	5.042	1.688.497	204.848	2.028
AP	16	11	229	902	332.589	22.440	1.399
BA	417	201	9.502	30.045	8.952.123	1.296.470	6.648
CE	184	122	7.221	19.220	5.144.516	497.928	10.643
DF	1	17	479	4.052	1.564.500	82.318	10.761
ES	78	55	1.623	7.027	2.253.444	264.824	7.577
GO	246	129	2.573	11.657	3.620.968	401.797	7.883
MA	217	92	4.731	13.422	3.735.131	511.867	1.743
MG	853	334	9.958	41.657	13.320.622	1.385.709	22.280
MS	78	54	973	4.663	1.505.058	155.827	11.572
MT	141	60	1.497	6.242	1.854.477	268.828	3.933
PA	143	91	4.454	13.556	3.999.863	555.532	1.479
PB	223	77	1.994	8.758	2.468.633	400.472	8.800
PE	185	151	3.055	17.131	5.656.670	725.547	7.504
PI	223	97	3.236	7.478	1.990.993	381.238	1.088
PR	399	206	5.757	23.156	6.948.437	968.444	32.054
RJ	92	248	5.054	29.231	10.645.180	1.442.985	21.432
RN	167	68	1.483	6.320	2.022.616	210.861	4.462
RO	52	35	546	3.245	954.308	138.107	6.630
RR	15	5	334	853	216.022	31.907	999
RS	496	173	9.156	24.569	7.593.507	689.400	39.155
SC	293	102	4.059	13.669	4.022.170	388.835	12.672
SE	75	35	921	4.015	1.245.813	167.218	2.428
SP	645	407	9.645	62.821	27.303.895	2.348.633	99.149
TO	139	35	847	3.026	838.742	80.735	844
Brasil	5.564	2.938	92.082	368.040	122.042.825	13.850.829	328.163
ZZ	92	92	194	344	59.921	8.441	98
Geral	5.656	3.030	92.276	368.384	122.102.746	13.859.270	328.261

Estatística do eleitorado por sexo e faixa etária

Pesquisa Brasil – Julho/2005				
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Não Informado	Masc+Fem+Não Inf.
16 anos	158.467	163.553	0	322.020
17 anos	896.912	897.741	0	1.794.653
18 a 20 anos	4.564.221	4.518.258	0	9.082.479
21 a 24 anos	6.819.544	6.895.944	0	13.715.488
25 a 34 anos	14.445.685	15.050.548	2.734	29.498.967
35 a 44 anos	12.142.569	12.931.764	49.457	25.123.790
45 a 59 anos	12.368.589	13.514.014	76.753	25.959.356
60 a 69 anos	4.374.676	4.960.234	29.974	9.364.884
70 a 79 anos	2.490.912	2.887.176	20.315	5.398.403
Inválida	3.551	3.900	6	7.457
Superior a 79 anos	906.860	920.194	8.195	1.835.249
Total	59.171.986	62.743.326	187.434	122.102.746

Estatística do eleitorado por UF

Pesquisa por UF – Julho/2005		
UF	Eleitorado	%
Acre	389.137	0,319
Alagoas	1.774.914	1,454
Amapá	332.589	0,272
Amazonas	1.688.497	1,383
Bahia	8.952.123	7,332
Ceará	5.144.516	4,213
Distrito Federal	1.564.500	1,281
Espírito Santo	2.253.444	1,846
Goiás	3.620.968	2,966
Maranhão	3.735.131	3,059
Mato Grosso	1.854.477	1,519
Mato Grosso do Sul	1.505.058	1,233
Minas Gerais	13.320.622	10,909
Pará	3.999.863	3,276
Paraíba	2.468.633	2,022
Paraná	6.948.437	5,691
Pernambuco	5.656.670	4,633
Piauí	1.990.993	1,631
Rio de Janeiro	10.645.180	8,718
Rio Grande do Norte	2.022.616	1,656
Rio Grande do Sul	7.593.507	6,219
Rondônia	954.308	0,782
Roraima	216.022	0,177
Santa Catarina	4.022.170	3,294
São Paulo	27.303.895	22,361
Sergipe	1.245.813	1,02
Tocantins	838.742	0,687
Exterior	59.921	0,049
Total	122.102.746	

Totalização

Histórico de distribuição de resultados (Brasil)

Estatística da urna eletrônica – Votação no Brasil por estado

Estatísticas de justificativas por UF e sexo

Estatísticas de justificativas por faixa etária

Histórico de distribuição de resultados (Brasil)

Acompanhamento das totalizações do referendo 2005							
Dados referentes a outubro/2005							
UF	Início/ Término	Data Geração/hora	Eleitorado Totalizado	% Eleitorado	Seções	Seções Totalizadas	% Seções
AC	Início	23.10.2005 17h14min	602	0,15%	984	2	0,20%
	Término	25.10.2005 10h29min	389.137	100,00%	984	984	100,00%
AL	Início	23.10.2005 17h47min	11.117	0,63%	4.807	32	0,67%
	Término	23.10.2005 23h10min	1.774.914	100,00%	4.807	4.807	100,00%
AM	Início	23.10.2005 17h43min	345.898	20,49%	4.347	908	20,89%
	Término	23.10.2005 23h28min	1.688.287	99,99%	4.347	4.347	100,00%
AP	Início	23.10.2005 17h10min	1.906	0,57%	865	7	0,81%
	Término	23.10.2005 21h33min	332.589	100,00%	865	865	100,00%
BA	Início	23.10.2005 17h22min	4.904	0,05%	23.038	11	0,05%
	Término	24.10.2005 02h46min	8.952.123	100,00%	23.038	23.038	100,00%
CE	Início	23.10.2005 17h52min	255.108	4,96%	15.242	739	4,85%
	Término	23.10.2005 23h30min	5.144.516	100,00%	15.242	15.242	100,00%
DF	Início	23.10.2005 17h33min	6.991	0,45%	3.909	18	0,46%
	Término	23.10.2005 22h05min	1.564.500	100,00%	3.909	3.909	100,00%
ES	Início	23.10.2005 17h05min	645	0,03%	6.568	2	0,03%
	Término	23.10.2005 20h34min	2.253.444	100,00%	6.568	6.568	100,00%
GO	Início	23.10.2005 17h28min	12.036	0,33%	10.260	36	0,35%
	Término	23.10.2005 22h30min	3.620.968	100,00%	10.260	10.260	100,00%
MA	Início	23.10.2005 17h42min	103.807	2,78%	10.284	298	2,90%
	Término	24.10.2005 05h52min	3.735.131	100,00%	10.284	10.284	100,00%
MG	Início	23.10.2005 17h06min	517	0,00%	37.253	1	0,00%
	Término	24.10.2005 04h45min	13.320.622	100,00%	37.253	37.253	100,00%
MS	Início	23.10.2005 17h34min	77.900	5,18%	3.622	190	5,25%
	Término	23.10.2005 20h50min	1.505.058	100,00%	3.622	3.622	100,00%
MT	Início	23.10.2005 18h10min	288.356	15,55%	5.008	776	15,50%
	Término	24.10.2005 13h49min	1.854.477	100,00%	5.008	5.008	100,00%
PA	Início	23.10.2005 17h46min	69.958	1,75%	11.757	179	1,52%
	Término	24.10.2005 14h46min	3.999.863	100,00%	11.757	11.757	100,00%
PB	Início	23.10.2005 17h22min	221	0,01%	6.578	1	0,02%
	Término	24.10.2005 02h07min	2.468.633	100,00%	6.578	6.578	100,00%
PE	Início	23.10.2005 17h35min	106.087	1,88%	15.270	306	2,00%
	Término	23.10.2005 23h25min	5.656.670	100,00%	15.270	15.270	100,00%
PI	Início	23.10.2005 17h32min	9.667	0,49%	6.495	31	0,48%
	Término	24.10.2005 08h18min	1.990.993	100,00%	6.495	6.495	100,00%
PR	Início	23.10.2005 17h12min	51.793	0,75%	22.384	146	0,65%
	Término	24.10.2005 00h13min	6.948.437	100,00%	22.384	22.384	100,00%
RJ	Início	23.10.2005 17h12min	919	0,01%	28.231	2	0,01%
	Término	23.10.2005 22h	10.645.180	100,00%	28.231	28.231	100,00%
RN	Início	23.10.2005 17h12min	609	0,03%	5.691	2	0,04%
	Término	23.10.2005 22h15min	2.022.616	100,00%	5.691	5.691	100,00%
RO	Início	23.10.2005 17h16min	825	0,09%	2.383	5	0,21%
	Término	23.10.2005 21h10min	954.308	100,00%	2.383	2.383	100,00%

RR	Início	23.10.2005 17h34min	3.026	1,40%	624	16	2,56%
	Término	23.10.2005 23h12min	216.022	100,00%	624	624	100,00%
RS	Início	23.10.2005 17h13min	370	0,00%	20.011	1	0,00%
	Término	23.10.2005 23h33min	7.593.507	100,00%	20.011	20.011	100,00%
SC	Início	23.10.2005 17h8min	264	0,01%	11.290	1	0,01%
	Término	23.10.2005 21h24min	4.022.170	100,00%	11.290	11.290	100,00%
SE	Início	23.10.2005 17h25min	2.100	0,17%	2.034	4	0,20%
	Término	23.10.2005 21h50min	1.245.813	100,00%	2.034	2.034	100,00%
SP	Início	23.10.2005 17h32min	27.175	0,10%	61.675	58	0,09%
	Término	24.10.2005 2h17min	27.303.895	100,00%	61.675	61.675	100,00%
TO	Início	23.10.2005 17h12min	652	0,08%	2.758	2	0,07%
	Término	24.10.2005 1h44min	838.742	100,00%	2.758	2.758	100,00%
BR	Início	23.10.2005 17h8min	1.426	0,00%	323.368	4	0,00%
	Término	25.10.2005 10h29min	122.042.615	100,00%	323.368	323.368	100,00%

Estatística da urna eletrônica – Votação no Brasil por estado

Dados Consultados às 18h do dia 23.10.2005								
UF	Eleitorado	Seções Eleitorais	Seções Eleitorais com as Agregações	Total de UE Utilizadas	UE Substit.	% UE Subst.	Seções que Passaram a Votação Manual	% Seções em Votação manual
AC	389.137	1.220	984	1.423	9	0,91%	0	0,00%
AL	1.774.914	5.063	4.807	5.236	32	0,67%	7	0,15%
AM	1.688.497	5.042	4.347	*4.347	48	1,10%	2	0,05%
AP	332.589	902	865	*865	15	1,73%	0	0,00%
BA	8.952.123	30.045	23.038	27.646	118	0,51%	12	0,05%
CE	5.144.516	19.220	15.242	18.210	109	0,72%	5	0,03%
DF	1.564.500	4.052	3.909	*3.909	31	0,79%	2	0,05%
ES	2.253.444	7.027	6.568	7.418	61	0,93%	1	0,02%
GO	3.620.968	11.657	10.260	11.881	70	0,68%	5	0,05%
MA	3.735.131	13.422	10.284	11.729	101	0,98%	11	0,11%
MG	13.320.622	41.657	37.253	41.980	249	0,67%	13	0,03%
MS	1.505.058	4.663	3.622	4.979	46	1,27%	2	0,06%
MT	1.854.477	6.242	5.008	*5.008	76	1,52%	10	0,20%
PA	3.999.863	13.556	11.757	13.837	34	0,29%	7	0,06%
PB	2.468.633	8.758	6.578	*6.578	93	1,41%	6	0,09%
PE	5.656.670	17.131	15.270	17.137	109	0,71%	18	0,12%
PI	1.990.993	7.478	6.495	8.313	89	1,37%	4	0,06%
PR	6.948.437	23.156	22.384	25.455	158	0,71%	25	0,11%
RJ	10.645.180	29.231	28.231	31.462	238	0,84%	16	0,06%
RN	2.022.616	6.320	5.691	6.436	33	0,58%	8	0,14%
RO	954.308	3.245	2.383	2.973	54	2,27%	0	0,00%
RR	216.022	853	624	763	5	0,80%	0	0,00%
RS	7.593.507	24.569	20.011	24.629	198	0,99%	15	0,07%
SC	4.022.170	13.669	11.290	15.432	148	1,31%	15	0,13%
SE	1.245.813	4.015	2.034	2.478	57	2,80%	4	0,20%
SP	27.303.895	62.821	61.675	69.850	550	0,89%	73	0,12%
TO	838.742	3.026	2.758	3.475	69	2,50%	2	0,07%
Brasil	122.042.825	368.040	323.368	352.742	2.800	0,87%	263	0,08%

*Urnas eleitorais utilizadas – Foi utilizado para fins de estatística o mesmo quantitativo das seções sem contar a reserva de contingências.

Estatísticas de justificativas por UF e sexo

UF	Justificativas femininos	Justificativas masculinos	Justificativas não informado	Total
Acre	11.426	12.386	4	23.816
Alagoas	65.272	66.240	103	131.615
Amapá	14.555	18.386	7	32.948
Amazonas	73.337	83.190	64	156.591
Bahia	345.416	353.339	794	699.549
Ceará	204.869	183.024	568	388.461
Distrito Federal	108.716	100.907	155	209.778
Espírito Santo	114.431	125.856	264	240.551
Goiás	224.485	245.399	199	470.083
Maranhão	142.870	140.315	229	283.414
Mato Grosso	102.288	144.588	128	247.004
Mato Grosso do Sul	68.821	84.634	103	153.558
Minas Gerais	505.364	557.871	1.209	1.064.444
Pará	186.898	218.123	304	405.325
Paraíba	82.462	74.178	101	156.741
Paraná	295.884	314.129	562	610.575
Pernambuco	233.737	218.035	565	452.337
Piauí	73.411	66.028	114	139.553
Rio de Janeiro	428.150	433.528	1.272	862.950
Rio Grande do Norte	101.865	95.555	118	197.538
Rio Grande do Sul	269.568	288.553	59	558.180
Rondônia	45.678	52.411	19	98.108
Roraima	9.687	11.705	4	21.396
Santa Catarina	215.950	227.709	181	443.840
São Paulo	1.293.026	1.405.856	4.605	2.703.487
Sergipe	46.089	44.005	42	90.136
Tocantins	45.757	58.491	46	104.294
Total	5.310.012	5.624.441	11.819	10.946.272

Estatísticas de justificativas por faixa etária

Dados atualizados em 28.11.2005.

Faixa etária	Justificativas	%
16 anos	3.668	0,03
17 anos	62.162	0,57
18 a 20 anos	786.586	7,19
21 a 24 anos	1.595.953	14,58
25 a 34 anos	3.560.540	32,53
35 a 44 anos	2.413.658	22,05
45 a 59 anos	1.924.616	17,58
60 a 69 anos	520.290	4,75
70 a 79 anos	70.208	0,64
Inválida	622	0,01
Superior a 79 anos	7.969	0,07
Total	10.946.272	

Resultados

Quadro geral da votação no Brasil por estado

Quadro geral da apuração no Brasil por estado

Quadro geral dos resultados no Brasil por estado

Quadro geral de resultados por UF/Capitais no Brasil

Quadro geral/Capitais e municípios com mais de 200.000 eleitores

Quadro geral da votação no Brasil por estado

Dados consultados às 18h do dia 23.10.2005

UF	Eleitorado	Comparec.	% de Comparec.	Seções Eleitorais	Seções Eleitorais com as Agregações	Total de UE Utilizadas
AC	389.137	270.101	69,41%	1.220	984	1.423
AL	1.774.914	1.296.502	73,05%	5.063	4.807	5.236
AM	1.688.497	1.235.130	73,15%	5.042	4.347	*4.347
AP	332.589	251.473	75,61%	902	865	*865
BA	8.952.123	6.451.916	72,07%	30.045	23.038	27.646
CE	5.144.516	3.937.102	76,53%	19.220	15.242	18.210
DF	1.564.500	1.256.180	80,29%	4.052	3.909	*3.909
ES	2.253.444	1.739.536	77,19%	7.027	6.568	7.418
GO	3.620.968	2.693.536	74,39%	11.657	10.260	11.881
MA	3.735.131	2.640.274	70,69%	13.422	10.284	11.729
MG	13.320.622	10.426.350	78,27%	41.657	37.253	41.980
MS	1.505.058	1.141.862	75,87%	4.663	3.622	4.979
MT	1.854.477	1.322.646	71,32%	6.242	5.008	*5.008
PA	3.999.863	2.830.923	70,78%	13.556	11.757	13.837
PB	2.468.633	1.934.043	78,34%	8.758	6.578	*6.578
PE	5.656.670	4.347.299	76,85%	17.131	15.270	17.137
PI	1.990.993	1.520.309	76,36%	7.478	6.495	8.313
PR	6.948.437	5.589.963	80,45%	23.156	22.384	25.455
RJ	10.645.180	8.640.951	81,17%	29.231	28.231	31.462
RN	2.022.616	1.557.143	76,99%	6.320	5.691	6.436
RO	954.308	675.911	70,83%	3.245	2.383	2.973
RR	216.022	158.757	73,49%	853	624	763
RS	7.593.507	6.293.335	82,88%	24.569	20.011	24.629
SC	4.022.170	3.298.549	82,01%	13.669	11.290	15.432
SE	1.245.813	980.266	78,68%	4.015	2.034	2.478
SP	27.303.895	22.202.977	81,32%	62.821	61.675	69.850
TO	838.742	596.775	71,15%	3.026	2.758	3.475
Brasil	122.042.825	95.289.809	78,08%	368.040	323.368	352.742

Quadro geral da apuração no Brasil por estado

UF	Eleitorado	Comparec.	% Comparc.	Seções Eleitorais	Seções Eleitorais com as Agreg.	Total de UE Utilizadas	Votos Válidos	% Votos Válidos	Votos Brancos	% Votos Brancos	Votos Nulos	% Votos Nulos	Abstenção	% Abst.	Horário Apuração Final
AC	389.137	270.414	69,49%	1.220	984	1.423	264.853	97,94%	2.233	0,83%	3.328	1,23%	118.723	30,51%	10:29min
AL	1.774.914	1.296.502	73,05%	5.063	4.807	5.236	1.258.531	97,07%	15.214	1,17%	22.757	1,76%	478.412	26,95%	23:10min
AM	1.688.497	1.235.130	73,16%	5.042	4.347	*4.347	1.213.097	98,22%	9.697	0,79%	12.336	1,00%	453.157	26,84%	23:28min
AP	332.589	251.473	75,61%	902	865	*865	247.357	98,38%	1.782	0,71%	2.334	0,93%	81.116	24,39%	21:33min
BA	8.952.123	6.451.916	72,07%	30.045	23.038	27.646	6.219.625	96,40%	91.424	1,42%	140.867	2,18%	2.500.207	27,93%	02:46min
CE	5.144.516	3.937.102	76,53%	19.220	15.242	18.210	3.821.025	97,05%	57.806	1,47%	58.271	1,48%	1.207.414	23,47%	23:30min
DF	1.564.500	1.256.180	80,29%	4.052	3.909	*3.909	1.223.497	97,40%	16.249	1,29%	16.434	1,31%	308.320	19,71%	22:05min
ES	2.253.444	1.739.536	77,19%	7.027	6.568	7.418	1.688.566	97,07%	28.458	1,64%	22.512	1,29%	513.908	22,81%	20:34min
GO	3.620.968	2.693.536	74,39%	11.657	10.260	11.881	2.615.580	97,11%	36.281	1,35%	41.675	1,55%	927.432	25,61%	22:30min
MA	3.735.131	2.641.387	70,72%	13.422	10.284	11.729	2.561.694	96,98%	31.505	1,19%	48.188	1,82%	1.093.744	29,28%	05:52min
MG	13.320.622	10.427.514	78,28%	41.657	37.253	41.980	10.045.146	96,33%	174.127	1,67%	208.241	2,00%	2.893.108	21,72%	04:45min
MS	1.505.058	1.141.862	75,87%	4.663	3.622	4.979	1.118.839	97,98%	11.016	0,96%	12.007	1,05%	363.196	24,13%	20:50min
MT	1.854.477	1.349.659	72,78%	6.242	5.008	5.008	1.321.745	97,93%	13.676	1,01%	14.238	1,05%	504.818	27,22%	13:49min
PA	3.999.863	2.881.491	72,04%	13.556	11.757	13.837	2.822.625	97,96%	27.414	0,95%	31.452	1,09%	1.118.372	27,96%	14:46min
PB	2.468.633	1.934.043	78,34%	8.758	6.578	*6.578	1.874.214	96,91%	28.348	1,47%	31.481	1,63%	534.590	21,66%	23:00min
PE	5.656.670	4.347.299	76,85%	17.131	15.270	17.137	4.214.558	96,95%	64.458	1,48%	68.283	1,57%	1.309.371	23,15%	23:25min
PI	1.990.993	1.526.153	76,65%	7.478	6.495	8.313	1.471.711	96,43%	21.065	1,38%	33.377	2,19%	464.840	23,35%	08:18min
PR	6.948.437	5.589.963	80,45%	23.156	22.384	25.455	5.452.465	97,54%	72.281	1,29%	65.217	1,17%	1.358.474	19,55%	00:13min
RJ	10.645.180	8.640.951	81,17%	29.231	28.231	31.462	8.280.469	95,83%	147.610	1,71%	212.872	2,46%	2.004.229	18,83%	22:00min
RN	2.022.616	1.557.143	76,99%	6.320	5.691	6.436	1.514.297	97,25%	18.492	1,19%	24.354	1,56%	465.473	23,01%	22:15min
RO	954.308	675.911	70,83%	3.245	2.383	2.973	663.542	98,17%	6.043	0,89%	6.326	0,94%	278.397	29,17%	21:10min
RR	216.022	158.757	73,49%	853	624	763	156.381	98,50%	1.079	0,68%	1.297	0,82%	57.265	26,51%	23:12min
RS	7.593.507	6.293.335	82,88%	24.569	20.011	24.629	6.166.061	97,98%	72.184	1,15%	55.090	0,88%	1.300.172	17,12%	23:33min
SC	4.022.170	3.298.549	82,01%	13.669	11.290	15.432	3.222.220	97,69%	39.625	1,20%	36.704	1,11%	723.621	17,99%	21:24min
SE	1.245.813	980.266	78,68%	4.015	2.034	2.478	947.824	96,69%	13.152	1,34%	19.290	1,97%	265.547	21,32%	21:50min
SP	27.303.895	22.202.977	81,32%	62.821	61.675	69.850	21.473.817	96,72%	322.130	1,45%	407.030	1,83%	5.100.918	18,68%	02:17min
TO	838.742	596.775	71,15%	3.026	2.758	3.475	582.571	97,62%	5.858	0,98%	8.346	1,40%	241.967	28,85%	01:44min
Brasil	122.042.825	95.375.824	78,15%	368.040	323.368	357.750	92.442.310	96,92%	1.329.207	1,39%	1.604.307	1,68%	26.666.791	21,85%	10:29min

*Urnas eleitorais utilizadas – Foi utilizado, para fins de estatística, o mesmo quantitativo das seções, sem contar a reserva de contingências.

Obs.: O primeiro estado a concluir a apuração foi o Espírito Santo às 20h34min do dia 23.10.2005, e o último estado a concluir a apuração dos votos foi o Acre às 10h29min do dia 25.10.2005.

Quadro geral dos resultados no Brasil por estado

Última atualização em 22.11.2005

UF	Aptos Totalizados	Comparecimento	%	Abstenção	%	Válidos	%	Sim	%	Não	%	Votos Brancos	%	Votos Nulos	%	Votos Anulados e Apurados em Separados	%
AC	389.137	270.414	69,49	118.723	30,51	264.853	97,94	43.025	16,24	221.828	83,76	2.233	0,83	3.328	1,23	0	0
AL	1.774.914	1.296.502	73,05	478.412	26,95	1.258.531	97,07	568.083	45,14	690.448	54,86	15.214	1,17	22.757	1,76	0	0
AM	1.688.287	1.235.130	73,16	453.157	26,84	1.213.097	98,22	374.090	30,84	839.007	69,16	9.697	0,79	12.336	1	0	0
AP	332.589	251.473	75,61	81.116	24,39	247.357	98,36	65.593	26,52	181.764	73,48	1.782	0,71	2.334	0,93	0	0
BA	8.952.123	6.451.916	72,07	2.500.207	27,93	6.219.625	96,4	2.770.718	44,55	3.448.907	55,45	91.424	1,42	140.867	2,18	0	0
CE	5.144.516	3.937.102	76,53	1.207.414	23,47	3.821.025	97,05	1.730.922	45,3	2.090.103	54,7	57.806	1,47	58.271	1,48	0	0
DF	1.564.500	1.256.180	80,29	308.320	19,71	1.223.497	97,4	528.169	43,17	695.328	56,83	16.249	1,29	16.434	1,31	0	0
ES	2.253.444	1.739.536	77,19	513.908	22,81	1.688.566	97,07	736.510	43,62	952.056	56,38	28.458	1,64	22.512	1,29	0	0
GO	3.620.968	2.693.536	74,39	927.432	25,61	2.615.580	97,11	839.508	32,1	1.776.072	67,9	36.281	1,35	41.675	1,55	0	0
MA	3.735.131	2.641.387	70,72	1.093.744	29,28	2.561.694	96,98	995.849	38,87	1.565.845	61,13	31.505	1,19	48.188	1,82	0	0
MG	13.320.622	10.427.514	78,28	2.893.108	21,72	10.045.146	96,33	3.889.398	38,72	6.155.748	61,28	174.127	1,67	208.241	2	0	0
MS	1.505.058	1.141.862	75,87	363.196	24,13	1.118.839	97,98	298.372	26,67	820.467	73,33	11.016	0,96	12.007	1,05	0	0
MT	1.854.477	1.349.659	72,78	504.818	27,22	1.321.745	97,93	305.457	23,11	1.016.288	76,89	13.676	1,01	14.238	1,05	0	0
PA	3.999.863	2.881.491	72,04	1.118.372	27,96	2.822.625	97,96	928.006	32,88	1.894.619	67,12	27.414	0,95	31.452	1,09	0	0
PB	2.468.633	1.934.043	78,34	534.590	21,66	1.874.214	96,91	690.751	36,86	1.183.463	63,14	28.348	1,47	31.481	1,63	0	0
PE	5.656.670	4.347.299	76,85	1.309.371	23,15	4.214.558	96,95	1.918.048	45,51	2.296.510	54,49	64.458	1,48	68.283	1,57	0	0
PI	1.990.993	1.526.153	76,65	464.840	23,35	1.471.711	96,43	545.828	37,09	925.883	62,91	21.065	1,38	33.377	2,19	0	0
PR	6.948.437	5.589.963	80,45	1.358.474	19,55	5.452.465	97,54	1.463.776	26,85	3.988.689	73,15	72.281	1,29	65.217	1,17	0	0
RJ	10.645.180	8.640.951	81,17	2.004.229	18,83	8.280.469	95,83	3.155.897	38,11	5.124.572	61,89	147.610	1,71	212.872	2,46	0	0
RN	2.022.616	1.557.143	76,99	465.473	23,01	1.514.297	97,25	575.783	38,02	938.514	61,98	18.492	1,19	24.354	1,56	0	0
RO	954.308	675.911	70,83	278.397	29,17	663.542	98,17	144.117	21,72	519.425	78,28	6.043	0,89	6.326	0,94	0	0
RR	216.022	158.757	73,49	57.265	26,51	156.381	98,5	23.453	15	132.928	85	1.079	0,68	1.297	0,82	0	0
RS	7.593.507	6.293.335	82,88	1.300.172	17,12	6.166.061	97,98	812.207	13,17	5.353.854	86,83	72.184	1,15	55.090	0,88	0	0
SC	4.022.170	3.298.549	82,01	723.621	17,99	3.222.220	97,69	752.678	23,36	2.469.542	76,64	39.625	1,2	36.704	1,11	0	0
SE	1.245.813	980.266	78,68	265.547	21,32	947.824	96,69	351.811	37,12	596.013	62,88	13.152	1,34	19.290	1,97	0	0
SP	27.303.895	22.202.977	81,32	5.100.918	18,68	21.473.817	96,72	8.685.149	40,45	12.788.668	59,55	322.130	1,45	407.030	1,83	0	0
TO	838.742	596.775	71,15	241.967	28,85	582.571	97,62	139.847	24,01	442.724	75,99	5.858	0,98	8.346	1,4	0	0
Brasil	122.042.615	95.375.824	78,15	26.666.791	21,85	92.442.310	96,92	33.333.045	36,06	59.109.265	63,94	1.329.207	1,39	1.604.307	1,68	0	0

Quadro geral de resultados por UF/Capitais no Brasil

Última atualização em: 22.11.2005

UF	Município	Aptos Totalizados	Comparec.	%	Abstenção	%	Válidos	%	Sim	%	Não	%	Votos Brancos	%	Votos Nulos	%	Votos Anulados e Apurados em Separados	%
AC	Rio Branco	180.497	136.895	75,84	43.602	24,16	134.371	98,2	28.482	21,2	105.889	78,8	1.125	0,82	1.399	1,02	0	0
AL	Maceió	448.811	358.093	79,79	90.718	20,21	349.090	97,5	169.914	48,67	179.176	51,33	3.736	1,04	5.267	1,47	0	0
AM	Manaus	933.964	764.284	81,83	169.680	18,17	751.650	98,4	277.780	36,96	473.870	63,04	6.312	0,83	6.322	0,83	0	0
AP	Macapá	195.966	152.914	78,03	43.052	21,97	150.281	98,3	45.251	30,11	105.030	69,89	1.168	0,76	1.465	0,96	0	0
BA	Salvador	1.604.591	1.277.138	79,59	327.453	20,41	1.223.603	95,8	523.765	42,81	699.838	57,19	20.036	1,57	33.499	2,62	0	0
CE	Fortaleza	1.373.129	1.124.232	81,87	248.897	18,13	1.094.210	97,3	486.513	44,46	607.697	55,54	15.536	1,38	14.486	1,29	0	0
DF	Brasília	1.564.500	1.256.180	80,29	308.320	19,71	1.223.497	97,4	528.169	43,17	695.328	56,83	16.249	1,29	16.434	1,31	0	0
ES	Vitória	231.981	181.805	78,37	50.176	21,63	175.922	96,8	76.262	43,35	99.660	56,65	3.081	1,69	2.802	1,54	0	0
GO	Goiânia	799.471	584.680	73,13	214.791	26,87	565.715	96,8	202.440	35,78	363.275	64,22	7.457	1,28	11.508	1,97	0	0
MA	Sao Luís	575.525	448.956	78,01	126.569	21,99	439.451	97,9	210.410	47,88	229.041	52,12	4.971	1,11	4.534	1,01	0	0
MG	Belo Horizonte	1.693.655	1.371.313	80,97	322.342	19,03	1.312.564	95,7	486.874	37,09	825.690	62,91	23.987	1,75	34.762	2,53	0	0
MS	Campo Grande	474.063	379.922	80,14	94.141	19,86	372.205	98	110.166	29,6	262.039	70,4	3.265	0,86	4.452	1,17	0	0
MT	Cuiabá	346.866	268.889	77,52	77.977	22,48	262.549	97,6	77.932	29,68	184.617	70,32	2.764	1,03	3.576	1,33	0	0
PA	Belém	903.990	715.531	79,15	188.459	20,85	699.537	97,8	290.315	41,5	409.222	58,5	7.737	1,08	8.257	1,15	0	0
PE	Recife	1.036.395	847.418	81,77	188.977	18,23	825.205	97,4	384.073	46,54	441.132	53,46	11.215	1,32	10.998	1,3	0	0
PI	Teresina	459.220	368.602	80,27	90.618	19,73	359.661	97,6	154.802	43,04	204.859	56,96	3.777	1,02	5.164	1,4	0	0
PB	João Pessoa	408.826	339.652	83,08	69.174	16,92	330.642	97,4	128.257	38,79	202.385	61,21	4.655	1,37	4.355	1,28	0	0
PR	Curitiba	1.185.438	973.399	82,11	212.039	17,89	947.641	97,4	254.749	26,88	692.892	73,12	11.982	1,23	13.776	1,42	0	0
RJ	Rio de Janeiro	4.456.249	3.583.744	80,42	872.505	19,58	3.418.359	95,4	1.242.385	36,34	2.175.974	63,66	62.744	1,75	102.641	2,86	0	0
RN	Natal	471.429	381.766	80,98	89.663	19,02	371.595	97,3	156.027	41,99	215.568	58,01	3.666	0,96	6.505	1,7	0	0
RO	Porto Velho	227.890	177.533	77,9	50.357	22,1	174.437	98,3	43.352	24,85	131.085	75,15	1.352	0,76	1.744	0,98	0	0
RR	Boa Vista	145.797	108.633	74,51	37.164	25,49	106.997	98,5	19.365	18,1	87.632	81,9	747	0,69	889	0,82	0	0
RS	Porto Alegre	1.009.480	836.050	82,82	173.430	17,18	817.097	97,7	133.535	16,34	683.562	83,66	9.188	1,1	9.765	1,17	0	0
SE	Aracaju	330.427	265.613	80,38	64.814	19,62	256.932	96,7	97.835	38,08	159.097	61,92	3.469	1,31	5.212	1,96	0	0
SC	Florianópolis	276.187	223.231	80,83	52.956	19,17	216.342	96,9	71.077	32,85	145.265	67,15	2.562	1,15	4.327	1,94	0	0
SP	São Paulo	7.811.213	6.361.165	81,44	1.450.048	18,56	6.138.824	96,5	2.599.723	42,35	3.539.101	57,65	92.447	1,45	129.894	2,04	0	0
TO	Palmas	113.189	82.215	72,64	30.974	27,36	80.743	98,2	29.860	36,98	50.883	63,02	718	0,87	754	0,92	0	0

Quadro geral/Capitais e municípios com mais de 200.000 eleitores

Última atualização em 22.11.2005

UF	Município	Aptos Totalizados	Comparec.	%	Abstenção	%	Válidos	%	Sim	%	Não	%	Votos Brancos	%	Votos Nulos	%	Votos Anulados e Apurados em Separados	%
AC	Rio Branco	180.497	136.895	75,84	43.602	24,16	134.371	98,2	28.482	21,2	105.889	78,8	1.125	0,82	1.399	1,02	0	0
AL	Maceió	448.811	358.093	79,79	90.718	20,21	349.090	97,5	169.914	48,67	179.176	51,33	3.736	1,04	5.267	1,47	0	0
AM	Manaus	933.964	764.284	81,83	169.680	18,17	751.650	98,4	277.780	36,96	473.870	63,04	6.312	0,83	6.322	0,83	0	0
AP	Macapá	195.966	152.914	78,03	43.052	21,97	150.281	98,3	45.251	30,11	105.030	69,89	1.168	0,76	1.465	0,96	0	0
BA	Salvador	1.604.591	1.277.138	79,59	327.453	20,41	1.223.603	95,8	523.765	42,81	699.838	57,19	20.036	1,57	33.499	2,62	0	0
CE	Fortaleza	1.373.129	1.124.232	81,87	248.897	18,13	1.094.210	97,3	486.513	44,46	607.697	55,54	15.536	1,38	14.486	1,29	0	0
DF	Brasília	1.564.500	1.256.180	80,29	308.320	19,71	1.223.497	97,4	528.169	43,17	695.328	56,83	16.249	1,29	16.434	1,31	0	0
ES	Vitória	231.981	181.805	78,37	50.176	21,63	175.922	96,8	76.262	43,35	99.660	56,65	3.081	1,69	2.802	1,54	0	0
GO	Goiânia	799.471	584.680	73,13	214.791	26,87	565.715	96,8	202.440	35,78	363.275	64,22	7.457	1,28	11.508	1,97	0	0
MA	São Luís	575.525	448.956	78,01	126.569	21,99	439.451	97,9	210.410	47,88	229.041	52,12	4.971	1,11	4.534	1,01	0	0
MG	Belo Horizonte	1.693.655	1.371.313	80,97	322.342	19,03	1.312.564	95,7	486.874	37,09	825.690	62,91	23.987	1,75	34.762	2,53	0	0
MS	Campo Grande	474.063	379.922	80,14	94.141	19,86	372.205	98	110.166	29,6	262.039	70,4	3.265	0,86	4.452	1,17	0	0
MT	Cuiabá	346.866	268.889	77,52	77.977	22,48	262.549	97,6	77.932	29,68	184.617	70,32	2.764	1,03	3.576	1,33	0	0
PA	Belém	903.990	715.531	79,15	188.459	20,85	699.537	97,8	290.315	41,5	409.222	58,5	7.737	1,08	8.257	1,15	0	0
PE	Recife	1.036.395	847.418	81,77	188.977	18,23	825.205	97,4	384.073	46,54	441.132	53,46	11.215	1,32	10.998	1,3	0	0
PI	Teresina	459.220	368.602	80,27	90.618	19,73	359.661	97,6	154.802	43,04	204.859	56,96	3.777	1,02	5.164	1,4	0	0
PB	João Pessoa	408.826	339.652	83,08	69.174	16,92	330.642	97,4	128.257	38,79	202.385	61,21	4.655	1,37	4.355	1,28	0	0
PR	Curitiba	1.185.438	973.399	82,11	212.039	17,89	947.641	97,4	254.749	26,88	692.892	73,12	11.982	1,23	13.776	1,42	0	0
RJ	Rio de Janeiro	4.456.249	3.583.744	80,42	872.505	19,58	3.418.359	95,4	1.242.385	36,34	2.175.974	63,66	62.744	1,75	102.641	2,86	0	0
RN	Natal	471.429	381.766	80,98	89.663	19,02	371.595	97,3	156.027	41,99	215.568	58,01	3.666	0,96	6.505	1,7	0	0
RO	Porto Velho	227.890	177.533	77,9	50.357	22,1	174.437	98,3	43.352	24,85	131.085	75,15	1.352	0,76	1.744	0,98	0	0
RR	Boa Vista	145.797	108.633	74,51	37.164	25,49	106.997	98,5	19.365	18,1	87.632	81,9	747	0,69	889	0,82	0	0
RS	Porto Alegre	1.009.480	836.050	82,82	173.430	17,18	817.097	97,7	133.535	16,34	683.562	83,66	9.188	1,1	9.765	1,17	0	0
SE	Aracaju	330.427	265.613	80,38	64.814	19,62	256.932	96,7	97.835	38,08	159.097	61,92	3.469	1,31	5.212	1,96	0	0
SC	Florianópolis	276.187	223.231	80,83	52.956	19,17	216.342	96,9	71.077	32,85	145.265	67,15	2.562	1,15	4.327	1,94	0	0

SP	São Paulo	7.811.213	6.361.165	81.44	1.450.048	18,56	6.138.824	96,5	2.599.723	42,35	3.539.101	57,65	92.447	1,45	129.894	2,04	0	0
TO	Palmas	113.189	82.215	72,64	30.974	27,36	80.743	98,2	29.860	36,98	50.883	63,02	718	0,87	754	0,92	0	0
BA	Feira de Santana	319.789	253.621	79,31	66.168	20,69	246.510	96,8	112.182	45,69	133.328	94,31	3.170	1,25	4.941	1,95	0	0
ES	Vila Velha	247.753	198.481	80,11	49.272	19,89	192.386	96,9	86.622	45,03	105.764	54,97	3.323	1,67	2.772	1,4	0	0
ES	Serra	212.099	167.884	79,15	44.215	20,85	162.801	97	79.721	48,97	83.080	51,03	2.674	1,59	2.409	1,43	0	0
ES	Canaieca	207.980	171.097	82,27	36.883	17,73	166.453	97,3	76.945	46,23	89.508	53,77	2.631	1,54	2.013	1,18	0	0
GO	Aparecida de Goiânia	206.515	153.888	74,52	52.627	25,48	149.212	97	56.343	37,76	92.869	62,24	2.084	1,35	2.592	1,68	0	0
GO	Anápolis	201.404	157.019	77,96	44.385	22,04	151.105	96,2	52.036	34,44	99.069	65,56	2.676	1,7	3.238	2,06	0	0
MG	Comaêna	382.807	314.243	82,09	68.564	17,91	300.015	95,5	125.693	41,9	174.322	58,1	5.773	1,84	8.455	2,69	0	0
MG	Uberlândia	362.895	298.263	82,19	64.632	17,81	288.772	96,2	92.956	32,41	193.816	67,59	4.944	1,66	6.547	2,2	0	0
MG	Juiz de Fora	349.626	290.505	83,09	59.121	16,91	276.078	95	109.308	39,59	166.770	60,41	5.312	1,83	9.115	3,14	0	0
MG	Montes Claros	206.698	164.856	79,76	41.842	20,24	159.521	96,8	65.569	41,1	93.952	58,9	2.189	1,33	3.146	1,91	0	0
MG	Betim	203.073	166.934	82,2	36.139	17,8	159.885	95,8	73.237	45,81	86.548	54,19	3.133	1,88	3.916	2,35	0	0
PA	Ananindeua	202.867	162.894	80,29	39.983	19,71	159.446	97,9	69.364	43,5	90.082	56,5	1.727	1,06	1.711	1,05	0	0
PB	Campina Grande	244.608	199.938	81,74	44.670	18,26	194.328	97,2	63.530	32,69	130.798	67,31	2.878	1,44	2.732	1,37	0	0
PE	Jaboatão dos Guararapes	364.785	296.393	81,25	68.392	18,75	287.683	97,1	148.189	51,51	139.494	48,49	4.203	1,42	4.507	1,52	0	0
PE	Olinda	276.596	230.821	83,45	45.775	16,55	224.725	97,4	102.710	45,7	122.015	54,3	2.994	1,3	3.102	1,34	0	0
PR	Londrina	328.635	265.136	80,68	63.499	19,32	258.935	96,9	76.773	30,66	178.162	69,34	3.253	1,23	4.948	1,87	0	0
PR	Maringá	220.981	176.061	79,67	44.920	20,33	171.174	97,2	49.670	29,02	121.504	70,98	2.389	1,36	2.498	1,42	0	0
PR	Ponta Grossa	203.280	169.636	83,45	33.644	16,55	165.358	97,5	41.509	25,1	123.849	74,9	2.340	1,38	1.938	1,14	0	0
RJ	São Gonçalo	602.806	499.575	82,9	103.031	17,1	476.346	95,4	188.434	39,56	287.912	60,44	9.476	1,9	13.753	2,75	0	0
RJ	Nova Iguaçu	485.837	398.776	82,08	87.061	17,92	382.466	95,9	150.584	39,37	231.882	60,63	6.829	1,71	9.481	2,38	0	0
RJ	Duque de Caxias	532.442	438.462	82,35	93.980	17,65	419.548	95,7	165.324	39,41	254.224	60,59	8.109	1,85	10.805	2,46	0	0
RJ	São João de Meriti	332.998	273.333	82,08	59.665	17,92	261.512	95,7	102.331	39,13	159.181	60,87	4.768	1,74	7.053	2,58	0	0
RJ	Niterói	314.779	277.400	88,13	37.379	11,87	265.116	95,6	94.639	35,7	170.477	64,3	4.405	1,59	7.879	2,84	0	0
RJ	Campos	306.572	243.544	79,44	63.028	20,56	234.997	96,5	90.374	38,46	144.623	61,54	4.047	1,66	4.500	1,85	0	0
RJ	Belford Roxo	274.917	223.876	81,43	51.041	18,57	215.496	96,3	87.825	40,75	127.671	59,25	3.850	1,72	4.530	2,02	0	0
RJ	Petropolis	220.200	182.875	83,05	37.325	16,95	175.780	96,1	64.467	36,67	111.313	63,33	3.144	1,72	3.951	2,16	0	0
RS	Caxias do Sul	269.820	235.798	87,39	34.022	12,61	229.620	97,4	30.988	13,49	198.652	86,51	2.809	1,19	3.369	1,43	0	0
RS	Pelotas	235.020	193.667	82,4	41.353	17,6	186.982	97,6	23.332	12,35	165.650	87,65	2.257	1,17	2.428	1,25	0	0

RS	Camões	226.318	192.778	85.18	33.540	14,82	186.530	97,8	29.833	15,82	158.697	84,18	2.147	1,11	2.101	1,09	0	0
SC	Joinville	307.926	261.125	84,8	46.801	15,2	254.778	97,6	76.723	30,9	176.055	69,1	2.820	1,08	3.527	1,36	0	0
SP	Campinas	677.634	543.843	80,26	133.791	19,74	523.669	96,3	215.927	41,21	307.842	58,79	7.498	1,38	12.676	2,33	0	0
SP	Guarulhos	664.429	560.105	84,3	104.324	15,7	543.129	97	239.086	44,02	304.043	55,98	6.723	1,2	10.253	1,83	0	0
SP	Santo André	515.082	420.988	81,73	94.094	18,27	404.883	96,2	163.995	40,5	240.888	59,5	5.765	1,37	10.340	2,46	0	0
SP	São Bernardo do Campo	507.523	423.829	83,51	83.694	16,49	409.344	96,6	183.702	44,88	225.642	55,12	5.780	1,36	8.705	2,05	0	0
SP	Osasco	480.808	399.486	83,09	81.322	16,91	388.395	97,2	172.987	44,54	215.408	55,46	4.880	1,22	6.211	1,55	0	0
SP	São José dos Campos	382.912	316.565	82,67	66.347	17,33	307.769	97,2	142.822	46,41	164.947	53,59	4.167	1,32	4.629	1,46	0	0
SP	Ribeirão Preto	360.468	290.031	80,46	70.437	19,54	277.547	95,7	102.161	36,81	175.386	63,19	4.336	1,5	8.148	2,81	0	0
SP	Sorocaba	351.956	295.590	83,98	56.366	16,02	282.910	95,7	126.077	44,56	156.833	55,44	4.831	1,63	7.849	2,66	0	0
SP	Santos	286.115	248.785	86,95	37.330	13,05	240.833	96,8	78.946	32,78	161.887	67,22	3.269	1,31	4.683	1,88	0	0
SP	Diadema	278.430	231.512	83,15	46.918	16,85	224.427	96,9	112.714	50,22	111.713	49,78	3.183	1,37	3.902	1,69	0	0
SP	São José do Rio Preto	257.886	206.493	80,13	51.193	19,87	198.638	96,2	70.357	35,42	128.281	64,58	3.557	1,72	4.298	2,08	0	0
SP	Mauá	296.528	215.669	84,07	40.859	15,93	208.032	96,5	93.636	45,01	114.396	54,99	3.076	1,43	4.561	2,11	0	0
SP	Jundiaí	243.296	205.634	84,52	37.662	15,48	198.079	96,3	77.898	39,33	120.181	60,67	2.707	1,32	4.848	2,36	0	0
SP	Mogi das Cruzes	235.268	196.420	83,49	38.848	16,51	191.017	97,3	78.306	40,99	112.711	59,01	2.238	1,14	3.165	1,61	0	0
SP	Carapicuíba	233.800	194.034	83,06	39.566	16,94	188.736	97,3	88.010	46,63	100.726	53,37	2.607	1,34	2.691	1,39	0	0
SP	Piracicaba	233.402	195.892	83,93	37.510	16,07	189.082	96,5	66.710	35,28	122.372	64,72	2.908	1,48	3.902	1,99	0	0
SP	São Vicente	222.458	183.053	82,29	39.405	17,71	177.185	96,8	63.908	36,07	113.277	63,93	2.752	1,5	3.116	1,7	0	0
SP	Bauru	220.518	178.999	81,17	41.519	18,83	171.589	95,9	60.827	35,45	110.762	64,55	3.093	1,73	4.317	2,41	0	0



Impressão e acabamento:
Setor de Reprografia e Encadernações/COM/SDI
Janeiro – 2006